

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

MAILIZ GARIBOTTI LUSA

**TRABALHO NO CONTEXTO RURAL: quando a divisão sexual do trabalho conforma
as tramas da identidade de mulheres e homens da agricultura familiar no Oeste
Catarinense**

**DEPTO. SERVIÇO SOCIAL
DEFENDIDO E APROVADO**

EM: 02/06/2008


**Rosana Maria Gaio
Depto de Serviço Social / CSE**

**Florianópolis
2008/1**

MAILIZ GARIBOTTI LUSA

**TRABALHO NO CONTEXTO RURAL: quando a divisão sexual do trabalho conforma
as tramas da identidade de mulheres e homens da agricultura familiar no Oeste
Catarinense**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social, da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Dra. Teresa Kleba Lisboa

**Florianópolis
2008/1**

MAILIZ GARIBOTTI LUSA

**TRABALHO NO CONTEXTO RURAL: quando a divisão sexual do trabalho conforma
as tramas da identidade de mulheres e homens da agricultura familiar no Oeste
Catarinense**

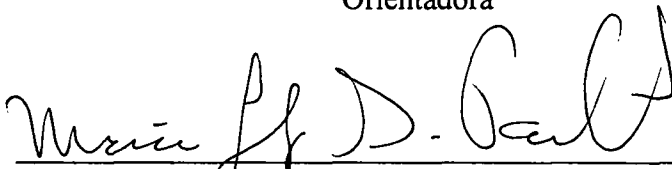
Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao processo de avaliação pela Banca Examinadora e julgado adequado para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, segundo as normas vigentes na Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico, Curso de Graduação em Serviço Social.

Aprovado em 02 de junho de 2008.



Dra. Teresa Kleba Lisboa

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC
Centro Sócio-Econômico - CSE
Departamento de Serviço Social - DSS
Orientadora



Dra. Maria Ignez Silveira Paulilo

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC
Centro de Filosofia e Ciências Humanas - CFH
Departamento de Sociologia e Ciência Política - CSO
1ª Examinadora



Dra. Cláudia Mazzei Nogueira

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC
Centro Sócio-Econômico - CSE
Departamento de Serviço Social - DSS
2ª Examinadora

*Àqueles de quem a vida e a inspiração vieram-me,
por serem agricultores, por serem professores,
por serem lutadores... simplesmente
por serem MÃE e PAI!*

MEMORIAL A PESSOAS IMPORTANTES

Neste espaço em que geralmente se escrevem os agradecimentos, **eu escolho fazer memória**. Fazer memória é lembrar de fatos e neles das pessoas importantes que os fizeram e marcaram. E se considero que são importantes, é fazendo lembrança, ou memorando a importância de cada uma destas, que revivo uma espécie de saudade sempre presente. Então **faço deste rememorar o meu gesto de agradecimento**.

Memorial...

Aos colegas das turmas que frequentei, sejam do Serviço Social ou de outros cursos, pela importância da construção de um saber coletivo.

A todas colegas e amigas mais próximas nestes quatro anos e meio de caminhada, representadas nas Marias e Alices, Fabianas, Taises, Priscilas, Jaquelines, Francielles, Dianas e Mayaras, pela importância da discussão, da presença e do olhar.

Às companheiras e companheiros do Centro Acadêmico Livre de Serviço Social, nosso **CALISS**, e a todos demais estudantes que juntos estiveram nas reuniões, assembléias, fóruns e salas de aula, pela importância da discussão política que se concretiza em nossas lutas estudantis.

Às manas CEULINAS, pela importância do conviver, do escutar, do chorar e do simplesmente olhar, do falar e discutir, do decidir coletivamente, do partilhar objetos e vidas... num espaço tão coletivo e tão pessoal quanto é a nossa Casa da Estudante Universitária, CEU.

Aos amigos cujas distâncias não nos permitiram conviver por alguns poucos ou muitos períodos, mas cujas lembranças sempre estiveram presentes, pela importância da amizade, do querer bem, da compreensão e do refúgio.

As várias famílias que encontrei em Florianópolis e que se tornaram minha família, pela importância de revigorarem-me nos afetos trocados.

Aos homens e mulheres que possibilitaram que eu aprendesse, na prática, a atuação do Serviço Social, pela importância da troca de saberes e do confiar.

Às colegas do NUSSERGE, pela importância das trocas de olhares, discussões e saberes coletivos sobre 'Gênero', sobre 'pesquisa' e sobre a vida. Em especial, àquelas que recentemente passaram a compor o NUSSERGE e o meu mundo, pela importância da alegria,

da jovialidade, do entusiasmo, da curiosidade e do companheirismo que impulsionaram-me quando o ânimo já faltava.

Às professoras, professores e funcionárias do Departamento de Serviço Social, pela importância do acolhimento, dos inúmeros ensinamentos, da confiança no saber discente e das relações horizontais.

A minha supervisora de campo, Jane, pela importância dos intensos momentos de aprendizado e pelos conselhos de amiga e de ‘quase’ colega de profissão.

A minha mestre e companheira, identificada muitas vezes, simplesmente, como professora, ou ‘Teresa’, ou minha orientadora, pela importância das vezes em que me deixava desolada dizendo que ‘ainda não estava bom, que era preciso refazer nossas produções’, e pelas outras tantas em que me consolava, enxugava minha lágrimas e abraçava-me, incentivando-me a pesquisar, mas também a ‘viver’! A ela faço memória silenciosa de tantas descobertas e fatos convividos em dois anos e meio de companheirismo e de pesquisa.

Àqueles que mais me fizeram falta nestes anos de Universidade: pai, mãe, Quel, Keliha, também Vó Botti e Vó Lusa. A vocês faço memória da importância dos olhares que se entrecruzavam a cada seis meses e que acalentavam o sonho do ensino universitário pelos lados da capital. Também faço memória da importância dos abraços e beijos revigorantes, das notícias transmitidas ao telefone que me ‘lembravam’ da minha terra e dos e-mails e mensagens dizendo: ‘se cuida, saudades, amo você’!

...Enfim, por todas estas importâncias e porque memorar é reconhecer um pertencimento recíproco e as contribuições para a vida que nos tornaram o que hoje somos, quero simplesmente dizer-lhes: obrigado por comporem esta história!

RESUMO

LUSA, Mailiz Garibotti. **Trabalho no contexto rural:** quando a divisão sexual do trabalho conforma as tramas da identidade de mulheres e homens da agricultura familiar no Oeste Catarinense. Trabalho de Conclusão de Curso. Florianópolis: UFSC/CSE/DSS, 2008. 152f.

O Trabalho de Conclusão de Curso em tela apresenta a investigação científica, instigada a partir do levantamento prévio da realidade ora apresentada, que teve como objetivo analisar a equidade de gênero nas relações de trabalho e familiares no sistema de integração avícola entre produtores rurais e agroindústrias no município de Concórdia (SC). Partiu-se da hipótese de que permanece uma situação de desigualdade entre homens e mulheres decorrentes de um longo processo de construção e incorporação da divisão sexual do trabalho e das demais relações de poder envolvendo gênero, as quais são constituintes do modo de vida camponês. Isto denotaria que as mulheres encontram-se ainda em situação de submissão e dependência em relação ao homem, agravando ainda mais a exclusão social vivida por serem agricultoras. Para elaboração desta pesquisa optou-se pela abordagem quali-quantitativa, de tipo explicativa, utilizando como técnicas procedimentais a pesquisa bibliográfica e a entrevista semi-estruturada. Esta última foi realizada com homens e mulheres de dezoito famílias agricultoras que trabalham a partir do 'sistema de integração de avicultura' no município de Concórdia, região oeste de Santa Catarina, além de um dos dirigentes locais do Sindicato da Agricultura Familiar. Apresenta-se a discussão dos dados obtidos, permeados pelos aportes teóricos que fundamentaram as análises, enfocando diretamente: o modo de vida camponês; o desenvolvimento da agroindústria na região oeste catarinense; a reestruturação produtiva no campo a partir da atividade da avicultura; as relações de poder produzidas e reproduzidas pela 'Divisão Sexual do Trabalho'; e as relações de dominação e submissão conseqüentes da situação da titularidade, administração e divisão de responsabilidades da propriedade e familiares, as quais corroboram para a perpetuação da subalternidade das agricultoras em relação aos seus esposos. Aborda-se categorias como: campesinato, capitalismo, reestruturação produtiva, sindicato, gênero, divisão sexual do trabalho, poder, dominação, subalternidade, necessidades humanas, insegurança social, demandas, perspectivas, políticas públicas, Serviço Social e emancipação. Ao final, indica-se Políticas Públicas para o meio rural, segundo as demandas dos agricultores e agricultoras entrevistadas e, a partir delas, discute-se a importância da atuação do Serviço Social neste campo.

Palavras-chave: Campesinato. Agroindústria. Reestruturação Produtiva. Relações de Gênero. Divisão Sexual do Trabalho. Dominação e Subalternidade. Políticas Públicas. Serviço Social.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 - Descendência familiar	32
Gráfico 02 - Tipificação da concepção sobre o sistema de integração	59
Gráfico 03 - Situação de residência dos filhos	78
Gráfico 04 - Tipo de mão-de-obra utilizada – comparativo entre 1978 e 2007	84
Gráfico 05 - Organização familiar para desenvolvimento da avicultura.	85
Gráfico 06 - Responsabilidades assumidas na propriedade e na família – segundo sexo	104
Gráfico 07 - Administração da propriedade, disposição das finanças familiares e titularidade do acordo de integração - dados por propriedade e segundo sexo	105
Gráfico 08 - Perspectiva de saída e de permanência no campo – segundo entrevistas validadas	132
Gráfico 09 - Demandas de Políticas Públicas indicadas - segundo sexo	134
Gráfico 10 - Áreas de Políticas Públicas demandadas pelos entrevistados – segundo grande área de atendimento	135

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - A divisão sexual do trabalho na agricultura familiar	102
Quadro 02 - Necessidades, políticas e demandas apresentadas pelos entrevistados..	135

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Descendência Familiar	32
Tabela 02 - Indicações de modificações ocorridas no período de integração, desde que iniciaram na atividade até janeiro de 2008, segundo números absolutos e relativos	46
Tabela 03 - Tipificação da concepção sobre o sistema de integração	60
Tabela 04 - Nível de escolaridade segundo sexo	79
Tabela 05 - Identificação da Atividade	82
Tabela 06 - Grupos sociais em que participam os entrevistados	124
Tabela 07 - Necessidades de atendimento - Indicações segundo sexo	130

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACARESC	Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina
ATER	Política de Assistência Técnica Rural
CEAG/SC	Centro de Assistência Gerencial à Pequena e Média Empresa de Santa Catarina
CNPSA	Centro Nacional de Pesquisa de Suínos e Aves
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ESALQ-SP	Escola Superior de Agricultura Luis de Queirós
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social
MAB	Movimento de Atingidos por Barragens
NUSSERGE	Núcleo de Estudos e Pesquisas em Serviço Social e Relações de Gênero
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
S.A.	Sociedade Anônima
SC	Santa Catarina
SINTRAF	Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
ULS	Unidade Local de Saúde

SUMÁRIO

1	APRESENTANDO O PERCURSO DE UMA LONGA E INSTIGANTE CAMINHADA	12
2	A FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DO OESTE CATARINENSE: QUE TERRAS E GENTES SÃO ESSAS?	20
2.1	Configuração política	21
2.1.1	<i>Região oeste: a história como pressuposto para compreender um povo</i>	21
2.1.2	<i>O município de Concórdia: terra que serve de referência na região</i>	23
2.2	Configuração humana	24
2.2.1	<i>Caboclos e imigrantes: gentes do oeste catarinense</i>	24
2.2.2	<i>Configuração de uma classe: camponesa</i>	26
3	AS MÚLTIPLAS DETERMINAÇÕES DO SISTEMA INTEGRAÇÃO AVÍCOLA	33
3.1	O processo de industrialização e internacionalização da economia e o surgimento do complexo avícola no Brasil	33
3.2	O complexo avícola no Brasil: formação e expansão	34
3.3	A gênese da produção avícola em Concórdia	36
3.4	As especificidades da produção avícola: industrialização e inovação tecnológica no campo	39
3.5	Reestruturação produtiva na avicultura: das mudanças genéticas às ‘sempre novas’ exigências de manejo	41
3.6	A relação com a agroindústria: integração e/ou parceria?	55
3.7	O sindicato e a avicultura: ajustando o foco das lentes	62
3.7.1	<i>O sindicalismo no Brasil</i>	62
3.7.2	<i>O sindicalismo rural</i>	63
3.7.3	<i>O Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Concórdia</i>	64
4	A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E AS DEMANDAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS	74
4.1	Mulheres, homens e suas famílias: a trama da vida no campo	74
4.2	Mulheres, homens e a avicultura: ajustando os pontos da trama	81
4.3	Quando e como começa esta aventura teórica: o surgimento dos estudos de gênero no mundo e no Brasil	86
4.4	Terrenos sociais: da demarcação entre o público e o privado à construção dos estereótipos de gênero	92
4.5	A Divisão Sexual do Trabalho: as principais nuances a luz de diferentes autores	94
4.6	Os reflexos da divisão sexual do trabalho na conformação da identidade da mulher camponesa	97
4.7	O quadro da divisão sexual do trabalho encontrado em terras concordienses	99
4.8	Os mecanismos de cristalização da divisão sexual do trabalho no campo: a importância das imagens sociais de mulheres e homens reproduzidas para as crianças	107
4.9	Pequenos acontecimentos, gestos e falas do cotidiano rural produzindo significativas visões acerca dos papéis de gênero	111

4.10	Da divisão sexual do trabalho à perpetuação do poder	116
4.11	Análises de Gênero no oeste catarinense: da submissão à emancipação das mulheres	120
4.12	Articulando perspectivas, sonhos e necessidades desta gente camponesa	130
4.13	Reconhecendo as demandas e propondo políticas de atenção à agricultura familiar	122
5	COLHENDO AS FLORES E OS ESPINHOS DESTA CAMINHADA ..	142
	REFERÊNCIAS	147
	APÊNDICES	151
	Apêndice A	152
	Apêndice B	154
	Apêndice C	156
	ANEXO	157
	Anexo A	158

1 APRESENTANDO O PERCURSO DE UMA LONGA E INSTIGANTE CAMINHADA

Nas últimas décadas percebeu-se a emergência de um ‘novo mundo rural’, fruto entre outros fatores, da reestruturação produtiva da sociedade capitalista que atingiu campo e cidade, embora de formas diferentes. Esta nova ‘ruralidade’ foi decorrente também da experiência conflitiva entre os valores do campo e àqueles produzidos pela cultura urbana de massa, a qual adentra também no imaginário e nas experiências de homens e mulheres que trabalham na agricultura familiar.

Nesta realidade parece co-existirem, sem serem percebidos, aspectos conseqüentes da modernização do campo com aspectos do *ethos* camponês, tradicional e conservador, baseado em valores e costumes construídos pelas gerações passadas e reproduzidos pelas gerações atuais no cotidiano rural. Esta característica da coexistência do moderno com o tradicional expressa a necessidade de um olhar voltado para a realidade atual do campo, a fim de reconhecer naquele espaço as demandas postas e, a partir delas, as possibilidades de respostas efetivas e eficazes na vida das agricultoras e agricultores familiares. É neste contexto que se entende configurar também um dos lugares de atuação do Assistente Social.

Diante disto, a escolha do tema em tela deveu-se, em primeiro lugar, à inserção da pesquisadora na realidade rural que pretende investigar, sendo sua família agricultora no município de Concórdia. Em segundo lugar, como integrante e pesquisadora PIBIC/CNPq do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Serviço Social e Relações de Gênero - NUSSERGE – despertou especial atenção para o enfoque da divisão sexual do trabalho junto à agricultura familiar. Além disto, as discussões sobre o desenvolvimento rural e as características agrárias brasileiras, realizadas na disciplina ‘Modelos de Desenvolvimento e Sustentabilidade da Agricultura no Brasil’¹, contribuíram para instigar esta pesquisa.

A partir das primeiras aproximações com a realidade da agricultura familiar, verificou-se que ainda permanece uma situação de desigualdade nas relações entre homens e mulheres decorrentes de um longo processo de construção e de incorporação da divisão sexual do trabalho. Isto denota que muitas mulheres encontram-se ainda em situação de submissão e dependência, a qual fica bastante explícita, quando se observa que são atribuídas ao homem as tarefas destinadas à geração dos recursos e administração da propriedade, e à mulher as

¹ Disciplina oferecida pelo Departamento de Sociologia e Ciência Política (CFH/UFSC), ministrada pela Profa. Dra. Maria Ignez S. Paulilo, cursada pela autora durante o semestre 2007/1.

tarefas de produção e reprodução relativas ao âmbito doméstico extensivo aos arredores da casa.

Esta constatação motivou uma pesquisa cujo percurso passa-se a apresentar, com certo tom de sobriedade que a própria ciência lhe exige, ou seja, ‘uma longa e instigante caminhada’.

Assim, elegeu-se como região para realização desta caminhada empírica, o oeste catarinense, cuja configuração humana é fruto principalmente da colonização de imigrantes europeus italianos, alemães e poloneses. Sua geografia política é formada por pequenos municípios, cujas economias têm forte predominância de atividades agrícolas com base em pequenas e médias propriedades familiares. Especificamente na região oeste, adotou-se o município de Concórdia para a coleta dos dados, por ser grande pólo na produção de aves e sediar a matriz de uma das maiores agroindústrias do gênero em nível mundial. Este município possui economia baseada na agricultura familiar, na agroindústria e comércio. Sua população atual é de 67.249 habitantes, segundo dados do Censo 2007 realizado pelo IBGE².

Diante disto, propôs-se no Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso – TCC – “analisar a equidade de gênero nas relações de trabalho e familiares no sistema de integração avícola entre produtores rurais e agroindústrias no município de Concórdia (SC)”.

Em relação à metodologia utilizada para elaboração do trabalho em tela, adotou-se como pressuposto o que afirma Schreiner (2007, p.36), que “a metodologia de uma pesquisa refere-se, especialmente, ao conjunto de procedimentos utilizados para o desenvolvimento da mesma, bem como o tratamento teórico dado às informações aferidas pelos instrumentais utilizados”.

Assim, destaca-se que já no Projeto de TCC, elaborado ainda durante o 2º semestre letivo de 2007, foi optado pela abordagem quali-quantitativa de pesquisa, visto que a associação dos dois tipos de abordagem possibilita retratar de forma mais efetiva o universo de fatores e significados onde está inserido o objeto de pesquisa, extraindo o máximo de dados sobre a realidade e permitindo alcançar considerações com significativo nível de fundamentação. Além disto, “o conjunto de dados quantitativos e qualitativos não se opõem, ao contrário, se complementam, pois a realidade abrangida por eles interage dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia” (MINAYO, 1996, p.22).

Em relação à abordagem qualitativa, sabe-se que a mesma oferece possibilidades de compreender os fatos estudados segundo a perspectiva dos participantes da situação em

² Disponíveis em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem2007/contagem.pdf>. Acesso em: 18/05/2008.

questão e não da perspectiva apenas do pesquisador. Além disto, esta abordagem oferece respostas a questões muito particulares, voltando-se a um nível de realidade que não pode ser reduzido somente a quantificações, já que “trabalha com o universo de significados, aspirações, crenças, valores e atitudes, que correspondem a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos” (MINAYO, 1996, p.21).

Já em relação à abordagem quantitativa, conforme Cortes (1998, p.14), o que a particulariza é que ela “se caracteriza pelo uso de números, os quais permitem a construção de descrições detalhadas, que podem ser organizadas em variáveis [...] e desse modo oferecer explicações para certos tipos de fenômenos, [...] permitindo a realização de generalizações”

Assim, a partir da abordagem quali-quantitativa adotada nesta caminhada, buscou-se fazer uma aproximação com o objeto procurando compreender ao máximo suas múltiplas determinações. Para tanto, baseou-se no método ‘dialético’, pois segundo Gil (1999, p.32) o mesmo “permite a interpretação dinâmica e totalizante da realidade, já que estabelece que os fatos não podem ser entendidos quando considerados isoladamente, abstraídos de suas influências políticas, econômicas e culturais”. A opção por este método deveu-se, inclusive, porque a lógica que o configura é a da dinamicidade de situações, da inter-relação entre os sujeitos, da dialética no conjunto das relações e das mudanças qualitativas.

Ao recorrer ao método dialético, tendo em vista a abordagem de gênero, foi importante ter presente que a teoria marxista fundamentada neste método, embora tenha contemplado o universo feminino em suas análises, não o fez de forma central, pelo contrário, compreendia a classe operária com uma identidade única: ‘a de classe’, não incitando interesse por outras questões, tais como gênero e raça.

No entanto, há dentro do movimento feminista, militantes e estudiosas que trabalham sob esta perspectiva, conhecidas como feministas marxistas, as quais trazem importantes contribuições para os estudos de gênero, contrastando principalmente com o feminismo liberal. Neste sentido, ao propor-se analisar neste caminho, também a atuação do Serviço Social junto aos trabalhadores da agricultura familiar, especialmente junto às mulheres agricultoras, considerou-se importante a contribuição que o feminismo marxista trouxe, ao entrelaçar as questões de gênero com as questões de classe e trazer à baila as múltiplas determinações das relações sociais engendradas a partir dos espaços de produção e reprodução.

Segundo Castro (2000, p.99), enquanto “o feminismo de corte liberal e social-democrata trouxe como referência uma mulher genérica, desterrada de classe e de raça”, o feminismo marxista traz a partir do final da década de 70, várias publicações que se apoiariam

em categorias do materialismo histórico para explicar a situação da mulher, em especial, no mercado de trabalho capitalista, discutindo limites da teoria do valor e da dicotomia entre trabalho produtivo e não produtivo, inserindo nos estudos de gênero o debate sobre os conceitos de produção e de reprodução, o valor do trabalho doméstico e a relação entre divisão sexual e social do trabalho.

O tipo de pesquisa que orientou o trabalho foi inicialmente de base exploratória, por compreender que a mesma possibilitaria explorar o tema, através do acesso bibliográfico a várias áreas de conhecimento, associada à observação de campo com coleta de dados. Entretanto, no decorrer do percurso da pesquisa, percebeu-se que as informações acessadas, o material bibliográfico visitado e as tabulações dos dados coletados permitiam avançar na descrição e, principalmente, na explicação do objeto e da realidade onde ele se encontra, caracterizando-se desta forma como pesquisa de base explicativa.

Segundo Gil (1999, p.44), as pesquisas explicativas “são aquelas que têm como preocupação central identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos”. Além disto, para o mesmo autor (GIL, 1999), este é o tipo de pesquisa que mais aprofunda o conhecimento da realidade, visto que explica a razão, o porquê das coisas, podendo ser a continuação das pesquisas exploratória e descritiva, as quais constituem etapa prévia e indispensável para obter as explicações científicas.

Para a coleta de dados prevista para ocorrer durante o percurso deste caminho, foi utilizada como técnicas procedimentais a pesquisa bibliográfica e a entrevista semi-estruturada. A partir da pesquisa bibliográfica foi possível apontar elementos que contribuem para o entendimento da realidade agrária no Brasil, da identificação dos agricultores como classe trabalhadora, do debate sobre gênero e da divisão sexual do trabalho, bem como das ‘subalternidades’ produzidas no meio rural. A estes elementos identificou-se de múltiplas determinações da situação, os quais se configuram como pressupostos da ação profissional voltada para o meio rural.

Na pesquisa bibliográfica buscou-se compreender categorias como: classe trabalhadora camponesa e classes subalternas; modernização da agricultura e reestruturação produtiva no campo; relações de gênero, dominação e submissão, divisão sexual do trabalho; políticas públicas para o campo e ‘atuação profissional’. Para tanto, foram utilizados aportes teóricos estabelecidos em Renk (1997 e 2001), Lisboa (2003), Spurk (2005), Martins (2003), Barroco (2007), Yasbek (2006), Espíndola (1997 e 1999), Silva (2003), Rocha-Coutinho (1994), Bourdieu (1995), Scott (1995), Gamba (2007), Nogueira (2004 e 2006), Pereira (2000 e 2004), entre outros.

Já em relação à pesquisa empírica, optou-se pela entrevista semi-estruturada compreendendo que a mesma, ao articular características da entrevista aberta e da estruturada, permite aos informantes abordarem livremente o tema proposto, tendo como fio condutor algumas questões previamente discutidas e formuladas pela pesquisadora (MINAYO, 1996). Por conseguinte, foi possível, ao mesmo tempo, conduzir a coleta dos dados e possibilitar a participação direta dos entrevistados, através da interação com os mesmos, proporcionando-lhes “conhecer a sua própria realidade, participar da produção deste conhecimento e tomar posse dele” (BRANDÃO, 1982, p.11). Portanto, despertando-lhes o potencial emancipatório.

Inicialmente previu-se no Projeto de TCC a realização das entrevistas com três grupos distintos de sujeitos, sendo eles: 1) casais de agricultores familiares; 2) dirigente sindical dos trabalhadores na agricultura; e 3) gerente técnico de avicultura da agroindústria integradora. Foi prevista coleta de 15 a 20 entrevistas no primeiro grupo e 1 em cada um dos demais. Foram previstos, também, critérios para seleção da amostra apenas do primeiro grupo, uma vez que os demais diziam respeito ao cumprimento de função sindical ou de cargo dentro da empresa integradora. Estes critérios foram:

- a) Desenvolvimento da atividade da avicultura em sistema de integração com agroindústrias;
- b) Existência de relações conjugais atuais ou recentes;
- c) Organização e desenvolvimento das atividades da propriedade com base na mão-de-obra familiar;
- d) Organização da amostra em três partes preferencialmente iguais, tendo como enfoque a titularidade do acordo de integração, sendo elas: titularidade conjunta; titularidade da mulher e titularidade do homem. Os dados necessários para aplicação deste critério, tal como a listagem dos avicultores integrados, seriam solicitados à agroindústria local, através da entrevista com o gerente técnico.

Há de se observar que houve uma ocorrência durante o percurso deste caminho que modificou os procedimentos para a seleção da amostra, tal qual foi a ‘não autorização’ por parte da agroindústria local para realização da entrevista com o informante-chave da instituição. Sobre o ocorrido, convém informar que foi realizado, ainda na primeira semana do mês de dezembro de 2007, contato telefônico e pessoal junto à empresa, ocasião em que se foi recebida pela secretária da ‘gerência técnica de agropecuária’ no hall de acesso à agroindústria, momento em que lhe foi entregue o ofício de solicitação da entrevista e requerido visto de recebimento. A estranheza da situação já inicia quando a secretária diz não poder conceder o visto, que deveria ser dado pelo próprio gerente, assegurando, por

consequente, que entraria em contato telefônico para informar o agendamento da entrevista e que devolveria o ofício protocolado no dia da realização da mesma³. O desfecho da situação foi, em primeiro lugar, o não recebimento de nenhuma comunicação telefônica, fato que obrigou novas tentativas durante o mês de janeiro. Depois o não recebimento do referido ofício protocolado e, por fim, a não realização da entrevista sem nenhuma justificativa formal por parte da empresa.

Diante das circunstâncias observadas em dezembro, percebeu-se que não se poderia contar com a realização da entrevista com o informante-chave da instituição para ter acesso à listagem dos integrados e, assim, fazer a seleção da amostra da pesquisa. Como também o sindicato não dispunha de uma lista específica de avicultores sindicalizados, partiu-se para a abordagem pessoal de algumas famílias de avicultores de localidades conhecidas pela pesquisadora. A partir desta abordagem chegou-se ao contato com uma das lideranças da Associação de Avicultores de Concórdia, que passou a listagem dos associados. Com base nesta listagem foram feitos os contatos com as famílias de avicultores e agendado a realização das entrevistas. Por último há de se registrar que apesar de ter sido possível o acesso à listagem dos associados, não foi possível, a partir dela, detectar a titularidade do acordo de integração, critério este que teve de ser eliminado.

Destarte a coleta de dados foi realizada em nove localidades rurais do município de Concórdia, tendo como sujeitos casais de dezoito famílias de agricultores familiares. Destas famílias, encontrou-se uma situação recente de viuvez, o que ocasionou que fossem entrevistados dezessete homens e dezoito mulheres (Formulários de entrevista com mulheres e homens – Apêndice A e B seqüencialmente). Além disto, realizou-se uma entrevista com um informante-chave do Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar de Concórdia – SINTRAF (Formulário de entrevista – Apêndice C).

Portanto, foi fundamentado no levantamento bibliográfico sobre as categorias de estudo já indicadas; nas aproximações com o campo de investigação, suas características e múltiplas determinações; na coleta de dados empíricos a partir das entrevistas; e na sistematização, codificação e análise os dados coletados, à luz dos referenciais teóricos, que se elaborou o Trabalho de Conclusão de Curso em tela, fruto de uma ‘longa, mas instigante caminhada’, conforme já anunciado no título desta introdução.

³ Os procedimentos adotados para solicitar a entrevista com o informante-chave da instituição (agroindústria) foram baseados nas experiências anteriores de contato com esta mesma agroindústria, vividos pela pesquisadora por volta dos anos de 2000 a 2003, os quais requeriam sempre formalidade. Outrossim, os procedimentos para realização da entrevista com o informante-chave do sindicato e com as mulheres e homens das famílias entrevistadas não foram os mesmos.

Como resultante do conhecimento adquirido no processo de investigação, pleiteia-se que ele possa subsidiar a reflexão sobre a divisão sexual do trabalho na agricultura familiar e oferecer pistas para a atuação do Serviço Social junto a estes trabalhadores e trabalhadoras, indicando inclusive Políticas Públicas para o campo.

Para tanto, o TCC foi organizado em três seções principais, nas quais são discutidas as múltiplas determinações da vida das mulheres e homens agricultores familiares que trabalham em sistema de integração com a agroindústria local e que determinam e/ou interferem na divisão sexual do trabalho, tema central da investigação.

Na primeira seção aborda-se a formação sócio-histórica do oeste catarinense. A fim de desvendar que ‘terras’ e ‘gentes’ são estas, perpassa-se pelo histórico social político, econômico e cultural da região e do município de Concórdia, discutindo-se a identidade dos primeiros grupos de camponeses que se instalaram na região, a destacarem-se os caboclos e os imigrantes italianos.

Na segunda seção adentra-se na questão da criação e desenvolvimento do complexo avícola e suas múltiplas determinações na organização da vida e da propriedade rural das famílias agricultoras integradas à agroindústria através dos acordos de parceria para avicultura. Nesta seção são debatidos: ‘o processo de industrialização e internacionalização da economia e o surgimento do complexo avícola no Brasil’, ‘o complexo avícola no Brasil: formação e expansão’, ‘a gênese da produção avícola em Concórdia’, ‘as especificidades da produção avícola: industrialização e inovação tecnológica no campo’, a ‘reestruturação produtiva na avicultura: das mudanças genéticas às ‘sempre novas’ exigências de manejo’, ‘a relação entre avicultores e a agroindústria: integração e/ou parceria?’ e, por fim, ‘o sindicato e sua relação com a avicultura: ajustando o foco das lentes’

Na terceira seção, trata-se diretamente sobre a ‘Divisão Sexual do Trabalho’, perpassando a análise dos vários fatores que a determinam, e ao final chegando à indicação de políticas públicas para o meio rural, a partir da leitura atenta das necessidades, sonhos e perspectivas, a qual indica as demandas desta gente camponesa de Concórdia (SC). Nesta seção discute-se: ‘mulheres, homens e suas famílias: a trama da vida no campo’, e na seqüência ‘mulheres, homens e a avicultura: ajustando os pontos da trama’, além disto: ‘quando e como começa esta aventura teórica: o surgimento dos estudos de gênero no mundo e no Brasil’; ‘terrenos sociais: da demarcação entre o público e o privado à construção dos estereótipos de gênero’, ‘a Divisão Sexual do Trabalho: as principais nuances a luz dos diferentes autores’, ‘os reflexos da divisão sexual do trabalho na conformação da identidade da mulher camponesa’, ‘o quadro da divisão sexual do trabalho encontrado em terras

concordienses’, ‘os mecanismos de cristalização da divisão sexual do trabalho no campo: a importância das imagens sociais de mulheres e homens reproduzidas para as crianças’, ‘pequenos acontecimentos, gestos e falas do cotidiano rural produzindo significativas visões acerca dos papéis de gênero’, ‘da divisão sexual do trabalho à perpetuação do poder’, ‘análises de Gênero no oeste catarinense: da submissão a emancipação das mulheres’, ‘articulando perspectivas, sonhos e necessidades desta gente camponesa’ e finalmente ‘reconhecendo as demandas e propondo políticas de atenção à agricultura familiar’.

Apresentado o percurso desta longa e instigante caminhada, isto é, oferecidos os marcos do contexto da pesquisa, elucidadas as principais questões teóricas, metodológicas e procedimentais que orientaram este trabalho a partir do projeto de pesquisa e apresentadas as discussões e construções que o conformam, resta ainda fazer o convite para que o leitor acompanhe esta caminhada como uma aventura teórica e empírica desafiadora e apaixonante, participando do processo de desvelar as condições de vida e de trabalho na agricultura familiar, as quais contribuem para determinar as relações de gênero e a divisão sexual do trabalho neste contexto.

2 A FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DO OESTE CATARINENSE: QUE TERRAS E GENTES SÃO ESSAS?

*Se o sonho uma forma tivesse
e a esperança, um lugar pra morar,
levariam teu nome Concórdia,
pois aqui se os consegue abraçar.
Ao caboclo que aqui mourejava
e imigrante sua força juntou:
e, o que outrora já foi Contestado,
em Concórdia e em paz se mudou.*

Hino do município de Concórdia
Sérgio Jeremias de Souza

O município de Concórdia está inserido na região oeste de Santa Catarina, cuja ocupação foi realizada por imigrantes europeus atraídos pelas empresas de colonização, fato este que sinaliza para muitos o ponto de partida da história do município. No entanto, assim como em qualquer história relatada, há sempre um ‘período anterior’ geralmente relegado pelo seu ‘contador’ a um segundo plano, quase no esquecimento, também a história de Concórdia tem um início anterior à chegada dos migrantes vindos do Rio Grande do Sul. É dela que se partirá, uma vez que se entende que o histórico de um povo é um dos mais significativos elementos que compõem o conjunto de múltiplas determinações as quais possibilitam compreender sua atual dinâmica de vida.

Como a visão proposta pelo próprio Serviço Social em suas diretrizes envolve a totalidade da realidade, não se poderia incorrer na fragmentação da história da colonização do município. Assim, resgata-se a formação social desta gente concordiense, para que se possa compreender quem são os sujeitos da pesquisa, principalmente os agricultores e agricultoras que trabalham na avicultura a partir de acordos de integração com a agroindústria local, bem como o espaço social e político onde ela acontece.

2.1 Configuração política

2.1.1 Região oeste: a história como pressuposto para compreender um povo

A ocupação da região oeste catarinense pelas ‘gentes oficiais’ se inicia ainda durante o governo imperial. Segundo Goularti (2007), já em 1850 havia uma determinação imperial para a criação da Colônia Militar de Chapecó. No entanto foi apenas a partir do ‘conflito’ diplomático entre Brasil e Argentina pela definição de suas fronteiras, conhecido como Questão de Palmas, que a ocupação é intensificada.

Em 1882 é fundada a ‘Colônia Militar de Chapecó. Em 1895, já no período Brasil República, é assinado um tratado entre os dois países encerrando a litigiosa Questão de Palmas. No ano seguinte dão-se as negociações entre o governo brasileiro e empresas estrangeiras para a construção da estrada de ferro ligando São Paulo com as colônias do Sul, conhecida como ‘Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, que é inaugurada no ano de 1910, quase 15 anos após o início da construção.

Durante todo este período já havia iniciado a circulação do homem branco nas terras até então ocupadas pelos índios kaingang e xoklengs (desde o planalto serrano até a divisa com a Argentina). Assim, em decorrência do processo de miscigenação, originou-se uma vasta população de caboclos. Mas é:

Com a inauguração do trecho ferroviário, em 1910, e com a colonização da região por imigrantes ítalo e teuto-brasileiros, provenientes do Rio Grande do Sul, pós 1916, é que a região efetivamente passa a ter um destaque econômico expressivo, devido à exploração da madeira, da erva-mate e de pequenas atividades agropecuárias. (GOULARTI, 2007, p.70)

O espaço de tempo entre 1910 e 1916 foi marcado por disputas de terra na região, basicamente de duas ordens. Uma delas teve caráter político e se referiu ao estabelecimento das fronteiras políticas entre os estados do Paraná e Santa Catarina, solucionado somente em 1916 com a assinatura do ‘Acordo de Limites’. Cabe salientar que antes deste acordo, a região pertencia ao Paraná e depois passou a ser considerada território catarinense.

Já a segunda teve caráter social e econômico, envolvendo uma população que, a partir deste momento será denominada por ‘camponeses originais/locais’, a qual havia se fixado na região fazia aproximadamente 15 anos, criando certa identidade e modo de vida naquelas

terras, o que justificava o forte combate pelas forças do Estado, para que realmente fossem expulsos.

Este conflito teve como pano de fundo a luta pela posse de terra e ficou marcado na história do Brasil como a Guerra do Contestado (1912-1916). Na verdade, foi um levante popular contra a concentração de terras na região, iniciado por um grupo de sertanejos, mas que com o tempo chegou a reunir aproximadamente 20 mil pessoas, dentre as quais estavam mulheres, homens, crianças e idosos. Aconteceu na mesma região disputada pelos Estados do Paraná e Santa Catarina, advindo disto o nome de ‘Guerra do Contestado’, fazendo alusão à região ‘contestada’ entre os Estados. Com a morte de um de seus primeiros líderes, o movimento passou a ter características messiânicas tal qual a Revolta de Canudos (Bahia, 1896 a 1897), sendo seus líderes conhecidos pelo pré-nome de ‘monge’, como o ‘Monge José Maria’ e o ‘Monge João Maria’.

Durante o período, os sertanejos ocuparam alguns campos da região, fundando ‘cidades santas’. Nelas viviam os caboclos expulsos de suas terras pelas empresas colonizadoras e também os trabalhadores da estrada de ferro, que após sua conclusão transformaram-se em um grande contingente de desempregados. O movimento resistiu por quatro anos, vencendo as tropas dos dois estados por várias vezes, até culminar no massacre e rendição dos insurgentes pelo exército nacional no ano de 1916, o qual, além de uso de canhões e fuzis, utilizou aviões de guerra pela primeira vez na história nacional.

Segundo Lisboa (2003, p. 43), “o conflito armado foi uma resposta do poder republicano à ousadia dos sertanejos que enfrentaram o avanço capitalista na região”. A mesma autora, baseada na afirmação de Auras (1994, *apud* LISBOA, 2003, p.43) que diz que “uma questão de cunho eminentemente social, foi considerada pelos governantes como um caso policial”, reflete que o tabu sobre o Contestado permaneceu por décadas na região atingida, em função do desfecho do conflito que provocou a eliminação de milhares de seus habitantes nativos. Seus descendentes, vencidos e humilhados, silenciaram procurando apagar a imagem pública que lhes foi atribuída: a de fanáticos, jagunços, bandidos e revoltosos.

Passado este período de forte conflito, intensifica-se o processo de ocupação na região, criando-se povoados e vilarejos, a partir da migração dos colonos italianos advindos das colônias do Rio Grande do Sul, atraídos pelas propostas das empresas colonizadoras instaladas na região.

2.1.2 O município de Concórdia: terra que serve de referência na região

É neste contexto, que chegam à região do atual município de Concórdia, por volta do ano de 1910, os primeiros grupos de imigrantes europeus oriundos do Rio Grande do Sul. Eles se estabelecem na região através das empresas colonizadoras ‘Mosele & Eberle’ e ‘Brazil Development & Colonization Company’, responsáveis por colonizar grandes áreas de terras às margens dos Rios Uruguai e do Peixe.

Assim , segundo dados do IBGE (2007)

Nos primeiros anos, a localidade recém criada era conhecida pelo nome de Queimados, topônimo que se originou da queimada de alguns corpos que ficaram abandonados após uma luta entre *os fanáticos* do Contestado. Posteriormente, com o estabelecimento da Empresa Colonizadora Mosele, foi mudado para Colônia Concórdia. Em 1934, tendo à frente Leonel Mosele, um dos primeiros habitantes, foi criado o Município com o nome de Concórdia [Sem grifo no original].

Conforme Goularti (2007), os colonos que chegaram à região deixaram o Rio Grande do Sul basicamente por dois motivos: a falta de novas áreas a serem colonizadas e a perspectiva de tornarem-se ricos num novo lugar. Portanto, desenvolveu-se não somente na região de Concórdia, mas em todo o oeste catarinense um tipo de colonização “[...] baseada no sistema de pequenas propriedades voltadas para a economia de subsistência e para a comercialização do excedente, estimulando desde cedo a formação de um mercado interno, que rapidamente se integrou à economia nacional por meio da ferrovia” (p.78).

Goularti (2007, p. 79) aponta que esta forma de ocupação da região fez parte do processo de “expansão das fronteiras agrícolas do Brasil”. No entanto, para o autor

A ocupação do oeste catarinense não deve ser levada em conta apenas do ponto de vista estratégico-territorial para demarcar terras comandadas pelo governo federal. Terra é um recurso que incorpora valor e se valoriza, portanto é fonte de acumulação capitalista. As fronteiras no oeste catarinense têm uma ligação direta entre o capital industrial e o capital mercantil, que atuavam simultaneamente e em comum acordo com os governos locais, no sentido de buscar a valorização do capital, utilizando a terra como fonte de acumulação. Portanto, o objetivo não era apenas demarcar terras, mas também acumular capital por meio da venda da terra.

Para cumprir tal objetivo várias medidas foram tomadas pelo Estado, desde a criação de vilas e municípios, a abertura de estradas, a construção da ferrovia São Paulo-Rio Grande e de portos fluviais, bem como o incentivo para a instalação de casas comerciais. Conforme relata Campos (1987, *apud* GOULARTI, 2007, p.98)

Nas pequenas propriedades havia pequenas plantações de arroz, feijão, trigo e mandioca destinados ao consumo familiar. Em torno da casa era comum existirem um pequeno pomar e uma horta, bem como galinhas e outros animais. As plantações de milho destinavam-se à alimentação de suínos e do gado. Havia, portanto, um potreiro destinado à criação. Lá estavam presentes uma ou talvez mais vacas de leite, e, quiçá, cabeças de gado, cavalos ou cargueiros. Na maioria dos casos o porco era criado solto em mangueiras (pequenos cercados) e em sua alimentação era utilizado, além do milho, a abóbora, o aipim e outros alimentos disponíveis como resto da alimentação familiar. [...] A criação de porcos em pocilgas e chiqueirões, embora fosse praticada em algumas propriedades, só muito mais tarde se consolidou.

É importante mencionar que estas terras conhecidas como Vila Queimados, Colônia Concórdia e depois município de Concórdia serviram como ponto de referência na região para viajantes que por ali passavam, devido a proximidade com a estrada de ferro e com o porto fluvial, ambos situados no distrito de Volta Grande, a uma distância de aproximadamente 40 Km da sede do município. Nestas terras os viajantes comercializavam seus produtos e aproveitavam para pernoitar com segurança.

Destarte, em meio à dinâmica humana da colonização, foram chegando ora migrantes e ora viajantes. Os primeiros com o intuito de ali se estabelecerem e construírem suas vidas e os segundos com o intuito de comercializar produtos, já que o local era um dos poucos da região oeste que servia como ponto de referência para a troca de produtos.

2.2 Configuração humana

2.2.1 Caboclos e imigrantes: gentes do oeste catarinense

Desde o início é imprescindível esclarecer que a ocupação da região oeste de Santa Catarina ocorreu nos marcos do processo de expansão da fronteira agrícola brasileira, iniciada no estado do Rio Grande do Sul e que, aos poucos, foi alargando-se, visando ampliar as áreas de produção e comercialização e, assim, chegando à região oeste catarinense.

Logo, esta ocupação ocorre a fim de garantir os interesses de expansão capitalista, numa região anteriormente ocupada por camponeses originais/locais, que produziam apenas valores de uso e não valores de troca. “Surgiu para deter o processo de apropriação livre

mediante a posse da terra, pois era o momento da imigração de trabalhadores estrangeiros. O preço da terra estipulado pelo Estado deveria ser tal, que sua compra se tornasse impossível aos posseiros, trabalhadores nacionais” (MORAES SILVA, 1999, apud Lisboa, 2003, p.31), o que trouxe como efeito, premeditado, a disseminação na região do ideal capitalista de produtividade e de acúmulo de riquezas.

Neste sentido, ao chegarem à região os primeiros imigrantes encontraram um grupo de pessoas constituído por uma camada de brasileiros “livres e pobres, vivendo à margem da sociedade estruturada ainda sobre o regime de trabalho escravo”, tinham um modo de vida próprio, “com pouco ou nenhum contato com o mercado, [...] eram mestiços, índios, excluídos do direito à propriedade”, eram apenas posseiros, caboclos. “[...] Uma população rarefeita, miscigenada e andarilha, que vivia quase em total isolamento, praticando uma produção voltada à subsistência” (POLI, 2001, p.17 e 31).

Dentre os vários pontos de conflito instalados, estava a relação com a terra, fator primordial para o camponês, que acontecia de forma diferente para o camponês que habitava a região e para o camponês migrante que ali chegava. Enquanto os primeiros tinham uma relação de gratuidade para com ela, extraíndo apenas o necessário para a subsistência familiar momentânea, os segundos tinham uma relação comercial iniciada no momento em que ‘pagavam pela terra’ e depositavam nela perspectivas de prosperidade a partir da intenção de produzir para além da subsistência familiar.

Segundo Lisboa (2003, p.32)

Os posseiros não se preocupavam com os excedentes da produtividade, nem com o lucro, tampouco com a propriedade individual da terra, porque viviam do seu usufruto; a matriz sócio-econômica-cultural destas famílias assentava-se na aldeia indígena, da qual herdaram a concepção de terra, como fonte geradora de vida, cuja posse era sempre provisória e servia para atender as necessidades imediatas. O mesmo espaço tinha muitas significações: era ao mesmo tempo destinado ao trabalho e ao lazer, ao ócio, à construção de redes de parentesco, de convívio com a natureza.

Por isto, a chegada do imigrante ocorreu, conforme Poli (2001), em oposição à existência do camponês local, marcando o confronto entre os mesmos. Desta forma o imigrante acabou tendo papel fundamental para a expansão capitalista na região, inclusive colaborando com as empresas colonizadoras ‘no desalojamento e expulsão dos caboclos’, ao incorporar a ideologia e preconceito das elites, através da negação do modo de vida do camponês/caboclo local.

Para Uczai (1992, apud Poli, 2001, p.27), o deslocamento dos imigrantes do Rio Grande do Sul para o oeste catarinense aconteceu devido ao

[...] esgotamento da fronteira agrícola nas terras destinadas a colonização naquele estado, o que forçou a saída de muitos camponeses (sobretudo casais jovens) para outros estados [...]. Montanhosas, de *difícil acesso e enjeitadas pela grande propriedade*, essas terras se assemelhavam muito às recebidas pelos primeiros colonizadores quando da sua chegada ao Brasil. Alardeadas como fonte de fortuna e progresso, as novas terras foram, então, de novo, a *terra prometida*, onde muitos camponeses, já sem espaço no seu lugar de origem, vieram semear suas esperanças de uma vida melhor. [grifos no original]

Portanto, marcava-se a contradição dentro da própria classe de trabalhadores camponeses, uma vez que os camponeses imigrantes europeus, excluídos do acesso a terra no Rio Grande do Sul, aliavam-se ao capital para a expulsão dos camponeses locais, também excluídos do acesso a terra, agora em território catarinense.

Percebe-se então, que durante os primeiros anos de colonização da região pelos imigrantes europeus, houve dificuldade de contato com o mercado, realizada exclusivamente pelos viajantes, o que forçou os camponeses a desenvolverem também eles uma cultura de subsistência ou de ‘auto-suficiência’, conforme afirma Poli (2001).

Desta forma, marcava-se na história da região, um período de desenvolvimento primário, aquém do potencial produtivo ali existente, o qual começa a ser desenvolvido somente após a efetivação de canais de transporte para escoamento da produção, em meados das décadas de 1930 e 1940. Foi nesta época que ocorreu a instalação de casas comerciais que faziam a intermediação entre a venda dos produtos locais e a compra dos produtos comercializados nos centros comerciais, tais como São Paulo e Porto Alegre.

2.2.2 Configuração de uma classe: camponesa

A noção marxista de classe, segundo Spurk (2005) é a de que a mesma constitui-se, localiza-se e determina-se a partir de sua posição no processo de produção capitalista. A partir disto, o reconhecimento e localização das classes sociais teria como baliza o seu próprio reconhecimento.

Seguindo os termos utilizados até este momento - camponeses originais e camponeses imigrantes – percebe-se de antemão que não apenas alguns pesquisadores e teóricos da área os colocam como uma mesma classe, mas ambos os sujeitos se compreendem como camponeses

e assim se colocam e se denominam pertencentes à mesma classe, a classe de trabalhadores camponeses, agricultoras e agricultores⁴.

Segundo Martins (2003), o campesinato é uma classe social que se coloca no limiar da pré-existência do capitalismo. Para ele, camponês é aquele indivíduo que, vivendo no mundo rural, possui uma forte ligação com a terra. Logo, a identidade camponesa estaria intimamente ligada à terra, de onde tira seu sustento e o da família. A terra para ele simboliza trabalho presente e também futuro, logo, na terra ele também deposita as possibilidades de mudanças em sua vida.

Para o autor, esta identificação com a terra pode ser compreendida também ao verificar que “o trabalho do camponês é um *trabalho independente*. O que ele vende não é a sua força de trabalho e sim o fruto de seu trabalho, que nasce como sua propriedade, visto que ele ainda dispõe dos instrumentos de produção, sendo a terra o mais importante” (MARTINS, 2003, p.60. Grifos no original).

Outrossim, o que também identifica o camponês são os fortes laços sociais que ele tem com sua família e comunidade. Neste sentido

A consciência do camponês expressa a consciência da pessoa, que é extensão da família e da comunidade e dos laços comunitários. [...] Nas comunidades camponesas tradicionais, no limite, o trabalho e a festa se mesclam nos mutirões, nas festas celebrativas do fim da colheita, como a Festa do Divino (MARTINS, 2003, p.75).

Esta ligação pode ser observada no fato de que ele não trabalha sozinho, mas trabalha com sua família, vendendo tudo aquilo que excede as necessidades de sobrevivência sua e de sua família⁵. Portanto aí se encontra mais um traço que caracteriza o camponês: ele “[...] se situa no mundo através do seu produto. Seu trabalho se oculta no seu produto. Seu trabalho não aparece como relação de trabalho, embora de fato seja. É uma relação invisível com o

⁴ Afirmção da própria autora do trabalho em tela, com base em sua experiência empírica enquanto agricultora (e filha de agricultores) residente numa das localidades rurais do município de Concórdia até o ano de 2003.

⁵ Os debates sobre a produção para a subsistência familiar na agricultura se alongam na área das ciências sociais e humanas, abrindo um leque considerável de compreensões e concepções definidas pelos diversos pesquisadores, segundo os contextos em que analisam a agricultura familiar. Um dos sociólogos que trata sobre o assunto na região sul do Brasil e apresenta considerações interessantes no âmbito deste trabalho é Ivaldo Gehlen. Segundo ele, o ponto determinante para a compreensão desta questão, tem a ver com os objetivos de produção dos agricultores. Gehlen (1996, p.04-05) afirma que para o agricultor familiar moderno ou ‘colono’ (imigrante europeu) “a produção em prioridade de mercadorias, visa reproduzir a família e o patrimônio (material, social e cultural) e melhorar a qualidade de vida”. Assim, preponderantemente a produção destina-se à comercialização e “secundariamente, a produção para sua subsistência”. Já o agricultor familiar tradicional ou caboclo (identificado como camponês original neste trabalho) produz apenas o necessário para a reprodução familiar, sendo que “o trabalho se orienta pela lógica da subsistência familiar”, onde a venda de excedentes destina-se apenas à compra daquilo que a família necessita para sua reprodução, não visando qualquer forma de acúmulo. Portanto, produz prioritariamente para subsistência e secundariamente para a comercialização, sendo que também os recursos obtidos com esta última, voltam-se para a reprodução familiar.

mercado de produtos e, por meio dele, com o capital” (2003, p.71), visto que ele é um produtor autônomo.

Além disto, o campesinato é um grupo que possui “consciência social conservadora, no geral norteada pelos valores e concepções centrados na família, na terra, na religião, na comunidade e no trabalho” (MARTINS, 2003, p. 108). Neste sentido, os camponeses não se apresentam como um grupo que se “propõe a *superação do capitalismo*, mas a *resistência ao capitalismo*” (MARTINS, 2003, p.112. Grifos no original), visto que para eles, o maior desacordo com este sistema de produção refere-se ao fato de que o mesmo destrói seus valores e concepções tão importantes na sua consolidação como sujeitos. Portanto, não seria necessário transformá-lo / superá-lo, dado o fato que ele próprio não se percebe inserido no mundo capitalista, já que seria uma classe pré-existente a este sistema. Assim o capitalismo poderia existir, bastasse que as transformações provocadas por ele não transformassem seu modo de vida.

Contextualizada a conceituação do ‘campesinato’, segundo Martins (2003), resgata-se a discussão de que, apesar dos dois distintos grupos de camponeses que colonizaram a região oeste identificarem-se como um único grupo social cuja identificação maior é a de ‘agricultores’, é imprescindível ressaltar que ocorre dentro desta mesma ‘classe’ ou ‘categoria’ uma subdivisão em grupos, dentro dos quais são construídas e difundidas visões de mundo, interesses, necessidades e demandas diferentes, segundo valores próprios adquiridos e cultivados (perpetuados) a partir do modo de vida de cada um.

Importa apontar também, que a conformação de classes ou grupos sociais não acontece de forma imediata. Mesmo reconhecendo que a ontologia da constituição das classes sociais, tal qual se apresentam hoje, dá-se a partir da instalação do capitalismo, há de se salientar que não foi da noite para o dia que tais classes surgiram e nem de forma independente uma das outras. Justamente, “a consciência de classe não é um bloco homogêneo e desenvolve-se num processo de interdeterminações recíprocas” (BARROCO, 2007, p.194).

Nas palavras de Barroco ao lembrar Antunes

É uma mediação que particulariza os seres sociais que vivenciam condições de similitude em sua existência concreta, no mundo da produção e reprodução social. A consciência de uma classe é, pois, a articulação complexa, comportando identidades e heterogeneidades entre singularidades que vivem uma situação particular. Essa consciência do ser que trabalha é, portanto, uma processualidade, algo em movimento, em seu ir-sendo. Neste longo, complexo, tortuoso percurso, com idas e vindas, encontra-se ora mais próximo da imediatividade, do seu ser-para-si-mesmo, da consciência contingente, ora mais próximo da consciência emancipadora, do seu ser-

para-si-mesmo que vive como gênero” (ANTUNES, 1995, *apud* Barroco, 2007, p.194).

Seguindo esta reflexão, ao pensar no camponês de forma ampla, como pessoas com forte ligação com a terra, de onde extraem direta ou indiretamente seu sustento, pode-se sim, afirmar que se está falando de uma única classe. No entanto, se utilizar como base para tal definição a existência de múltiplas determinações na vida de cada indivíduo, verifica-se que os camponeses imigrantes europeus distinguem-se enormemente dos camponeses originais/locais do oeste catarinense.

Como o intuito não é discutir a configuração da classe camponesa, nem a constituição da consciência de classe, ao menos neste momento, reserva-se o espaço de debate para assinalar que nos primeiros períodos de interação entre os dois grupos, que habitavam a região, houve um violento confronto, motivado pela expansão capitalista na região, que fez um grupo opor-se ao outro, levando a marginalização dos menos abastados dentro do próprio grupo de ‘des-possuídos’ de capital.

Assim, é como se naquele momento passasse co-existir dois grupos dentro da classe de trabalhadores camponeses. Esta cisão foi provocada pelo capital, que se utilizou da massa de camponeses imigrantes europeus para excluir e até dizimar os camponeses originais / locais, também denominados de ‘caboclos’ por vários estudiosos, como Renk (1997). Seriam estes últimos, que não podendo servir ao capital nem como mão-de-obra industrial e nem como mão-de-obra agrícola familiar, já que não possuíam quantidade de terras e bens suficientes para a produção agroindustrial, acabavam por serem marginalizados e empurrados para os terrenos de encostas, onde se produzia pouco e com muita dificuldade, gerando uma produção mínima apenas para a subsistência, o que é confirmado pela antropóloga ao dizer que

A trajetória dos *brasileiros* apresentou um deslocamento espacial, [...] com a colonização foram empurrados e concentrados nas áreas acidentadas. Da mobilidade anterior, das mudanças frequentes, do “enjoar da terra”, foram imobilizadas espacialmente, até a expropriação das áreas antes não incluídas no circuito de concorrência. Este deslocamento espacial e a ruptura advinda com a colonização implicaram num deslocamento no espaço social, agora concorrido com os *de origem*, onde, ocupando as posições hierarquicamente inferiores, foram transformados na condição de minoria (BANTON, 1979, *apud* Renk, 1997, p.207. Grifos no original)

Percebem-se aí as estratégias pelas quais o capital agiu para atingir seu intento de ‘garantia de produtividade’, quando num primeiro momento, ainda no período de colonização já operou um processo seletivo do tipo de camponês que lhe convinha que ocupasse as terras onde futuramente seria desenvolvido o complexo agroindustrial. Este mesmo processo de seleção não se restringiu a este período, mas, fez-se presente também para a seleção dos

agricultores mais habilitados para trabalharem em sistema de integração com a agroindústria, ocorrida quase meia década depois.

Estes processos seletivos do capital foram operados, em princípio, por intermédio do Estado quando o mesmo delineou o projeto colonizador para a região oeste catarinense. Este projeto, como já manifestado, voltava-se para a expansão das fronteiras agrícolas brasileira, tendo forte caráter excludente de uma parcela significativa da população, estereotipada como ‘gente que não tem vontade de trabalhar’. De acordo com Renk

O projeto colonizador, enunciado através das representações da elite política do Estado ou dos colonizadores, esteve voltado a um determinado tipo de *colonos*: “os obreiros da civilização”, e às “colméias admiráveis do trabalho”, como foram apresentados os *de origem*⁶. À medida que privilegiavam e enalteciam este tipo de campesinato, isto é, os *de origem*, excluía a fração localizada na área, pela “falta de vocação agrícola”, “pela falsa consciência de posse”; pela ausência de acumulação de capital econômico para a compra da terra; por ser diferente. Enfim, um conjunto de indicativos que justificavam a expropriação dessa população (1997, p.206. Grifos no original).

Portanto, os camponeses originais/locais (caboclos na terminologia de Renk) constituíam uma massa por vezes supérflua para o capital, visto que não produziam segundo o objetivo de acumulação de capital, logo não contribuíam diretamente para a produção de mercadorias para o capital. Porém, por outro lado, continuavam a serem úteis em alguns casos e sobretudo em algumas épocas do ano, dado que serviam de mão-de-obra nos períodos de colheita, ou de aumento de trabalho por qualquer outro motivo, além de que cumpriam tarefas tais como a abertura de estradas e a construção da ferrovia São Paulo - Rio Grande. Esta população aos poucos foi sendo excluída do círculo de produção e comercialização, ocupado prioritariamente pelos colonos imigrantes europeus. A estes últimos é atribuído o fato de terem feito o capital agroindustrial prosperar - numa medida muito superior à prosperidade alcançada pela própria família camponesa - com o passar das décadas e às custas do trabalho árduo e intenso de todos os membros da família agricultora.

Neste sentido, aponta Renk (1997, p.206) que o modo de colonização da região foi responsável pela existência destes dois grupos bastante distintos de camponeses, cada qual com itinerários de vida diferentes. “Aos *italianos* a apropriação do solo – pela compra – permitiu a reprodução deste campesinato. A uma fração destes foi aberta a possibilidade de trajetória ascendente, aumentando suas terras e, inclusive, com a aquisição de outras [...]”

⁶ Ao referir-se à “os de origem”, ou “colonos de origem”, Renk (1997) remete-se a indicação dos colonos de origem européia, considerados pela sociedade como superiores hierarquicamente dos colonos caboclos, os quais eram tidos como ‘sem origem’. Explicitando esta questão, quer-se chamar atenção para a distinção do termo ‘colonos de origem’ e ‘colonos originais/locais/tradicionais’, pois enquanto o primeiro refere-se aos descendentes de imigrantes europeus, o segundo refere-se aos descendentes de caboclos.

Para os *brasileiros*, sem a acumulação de outros capitais, como o econômico e o escolar, e ante o descompasso de seu *habitus* com aquele introduzido pelos *colonos de origem*, a colonização representou a ruptura, marcando a passagem de um tempo anterior, o da “largueza”, da “fartura”, a um novo tempo, onde “tudo se diferenciou” (RENK, 1997, p.206. Grifos no original).

Como resultado deste processo de marginalização e exclusão dos camponeses originais/locais (caboclos), verifica-se que aqueles que resistiram à expulsão propriamente dita, continuam a trabalhar na região como diaristas ou em acordos de ‘empreitadas’. No meio urbano eles trabalham cuidando de jardins, fazendo limpezas, pinturas e pequenas reparações em casas, etc. No meio rural servem como mão-de-obra para os agricultores mais abastados que não dispõem de mão de obra familiar suficiente e nem contratam mão-de-obra permanente.

A partir disto, é possível compreender porque no grupo das 18 (dezoito) famílias pesquisadas, nenhuma é de origem brasileira e apenas duas são de origem miscigenada entre brasileiros e imigrantes europeus. Isto se explica, de acordo com Renk (1997, p.210), pois

A colonização representou a introdução de relações mercantis, com mudança acelerada e descompasso entre o *habitus* do nativo e do colonizador[...]. Significou uma discordância entre as atitudes concretas que não se transformaram ao ritmo das estruturas econômicas introduzidas, [...] o que parece ser um dos pontos de maior afastamento entre os dois grupos. Os *italianos*, com as necessidades de subsistência já asseguradas, têm possibilidades de acumulação do capital econômico e os *brasileiros*, cuja atividade laborativa culturalmente volta-se para a subsistência, “fazem apenas para o gasto”, voltando-se ao presente, sem computar o futuro [grifos no original].

Logo o que aconteceu, na compreensão desta pesquisadora, foi uma estratificação interna dentro do próprio grupo de camponeses, aqui identificado como ‘classe camponesa’ – dentre os quais estavam aqueles que nada possuíam, e aqueles que pouco possuíam em termos de capital. Esta estratificação interna de classe, iniciada a partir o processo oficial de colonização da região e reforçada nas décadas seguintes através das políticas agrícolas do Estado e das estratégias de produção da agroindústria, corroborou para a configuração humana dos integrados tal qual demonstram a Tabela 01 e o Gráfico 01 na seqüência.

[redimensionamento para a página seguinte]

Tabela 01 – Descendência Familiar

Descendência	Famílias (N)	Famílias (%)
Italiana	11	61,11
Alemã	2	11,11
Polonesa	Z	Z
Brasileira	Z	Z
Miscigenação européia	3	16,67
Miscigenação européia e brasileira	2	11,11
Totalização	18	100

Fonte: Entrevistas realizadas pela pesquisadora, Concórdia (SC), 2008.

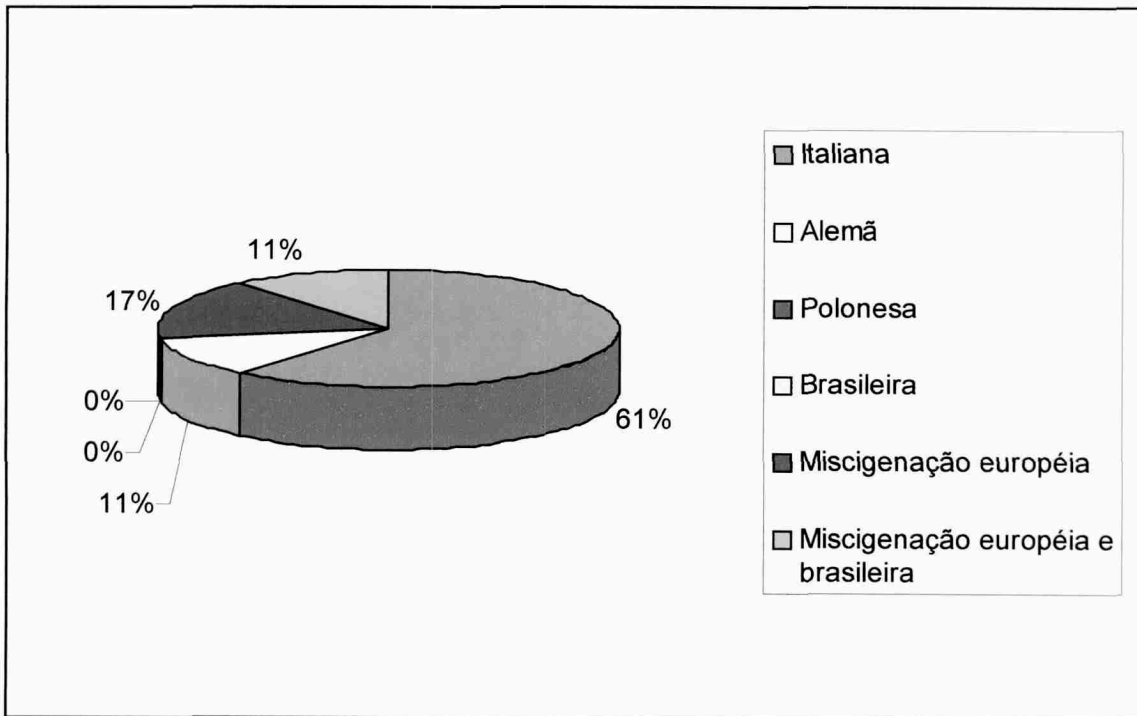


Gráfico 01 – Descendência familiar.

Fonte: Entrevistas realizadas pela pesquisadora, Concórdia (SC), 2008.

Destarte, ao tecer esta consideração não se almeja redirecionar as discussões deste trabalho, teorizando sobre a 'classe' ou 'as classes/grupos' camponesas. Percebe-se, outrossim, que é imprescindível indicar que este é um conflito de interesses provocado pelo capital, o qual configura-se como uma das múltiplas determinações da atual situação da avicultura no município, objeto de reflexão da próxima sessão.

3 AS MÚLTIPLAS DETERMINAÇÕES DO SISTEMA INTEGRAÇÃO AVÍCOLA

*Minha suposição é justamente a de que
a escravidão contemporânea é,
de certo modo, constitutiva desse desenvolvimento,
forma de ampliar e extremar a eficácia
dos mecanismos de acumulação.*

José de Souza Martins

3.1 O processo de industrialização e internacionalização da economia e o surgimento do complexo avícola no Brasil

A segunda década do século XX foi marcada por uma grande crise econômica mundial, deflagrada com a quebra da Bolsa de Valores de Nova York em 1929. Esta crise assolou a economia em todos os países, inclusive no Brasil, que até aquele momento tinha em sua balança comercial um quadro significativo de exportação de produtos agrícolas e outros tipos de matéria prima e de importação dos produtos industrializados.

Com a falta de produtos no mercado e a barreira internacional para as importações, o governo brasileiro a partir de 1930, passou a direcionar sua política econômica em favor da agricultura voltada ao comércio interno, dando prioridade à indústria nacional. Segundo o que resgata Espíndola (1997), com base no que já tinha afirmado Fonseca (1989), reduzia-se a importação de bens de consumo e estimulava-se a produção nacional. Fazia parte da política nacional de industrialização, os cuidados e incentivos voltados à agricultura, que resultaram em algumas políticas específicas para o setor. Assim, “em 1937 foi criada a Carteira do Crédito Agrícola e Industrial Banco do Brasil, a qual deveria financiar a criação de novas indústrias e a expansão das já existentes, concedendo empréstimos com prazos de até dez anos” (FONSECA, 1989, *apud* Espíndola, 1997, p.15).

Observa-se que processo de internacionalização da economia brasileira, deflagrado naquele período e intensificado nas décadas seguintes, guarda relação direta com o

desenvolvimento da atividade agroindustrial e com o posterior surgimento do complexo avícola nas décadas que se seguiram.

Neste sentido, corrobora-se com a afirmação de Sorj, Pompermayer e Coradini (1982), de que este processo tem sido um fenômeno profusamente analisado e discutido na última década nas ciências sociais, porém tais reflexões têm-se centrado em torno do setor urbano-industrial, pouco tendo sido escrito em relação à agricultura.

Segundo os mesmos autores, ‘o complexo agroindustrial é componente básico no processo de produção de setores crescentes da agricultura brasileira’, tanto no que se refere à indústria de transformação de insumos e de produção de máquinas agrícolas, como em relação à agroindústria de processamento de produtos agrícolas, que é o caso em questão neste trabalho.

Dito isto, é importante situar que, dentre os vários setores que compõem o complexo agroindustrial, está o setor de produção avícola. Três décadas depois da crise mundial da economia, mas ainda com reflexo dela, este setor começa a se desenvolver rapidamente a partir da década de ‘60, imprimindo traços de um tipo de desenvolvimento que se tornou característico da região oeste de Santa Catarina até os dias de hoje. Assim, passa-se a ter como ponto de referência para o surgimento e desenvolvimento do setor avícola catarinense o município de Concórdia, localizado na região do Alto Uruguai Catarinense.

Segundo Sorj, Pompermayer e Coradini (1982), este setor se caracteriza desde o princípio pelo altíssimo grau de transformação e subordinação da produção rural à moderna tecnologia exigida pelo complexo agroindustrial, o que faz com que seja um campo privilegiado para a análise das transformações das relações sociais no campo, sob a liderança do capital tecnológico industrial.

3.2 O complexo avícola no Brasil: formação e expansão

Desde seu início, a produção avícola utilizou-se da estratégia de dominação do processo total de produção⁷. Isto representou o que Sorj, Pompermayer e Coradini (1982) identificaram como “apropriação das atividades pelo complexo agroindustrial”. Neste sentido,

⁷ Desde a produção de ovos a partir das matrizes de animais – matéria prima básica – passando pela criação, abate e industrialização, bem como a inserção do produto no mercado.

o capital industrial passou a dominar inclusive as atividades internas das propriedades rurais, antes determinadas pelo próprio agricultor e sua família, passando a “impor aos mesmos padrões e ritmos de transformação do processo produtivo” (p.31 e 32).

A formação do complexo avícola no Brasil é bastante recente, tendo se iniciado a partir da segunda metade do século XX e intensificando-se na década de ‘70 e seguintes. Este processo de formação e consolidação recebeu forte apoio do Estado nas primeiras décadas, através do crédito público subsidiado, que propiciou as condições necessárias para que as unidades produtivas rurais pudessem inserir-se no processo de produção indicado pelas agroindústrias, e pelo incentivo fiscal às agroindústrias no que tange a isenção de impostos, sejam eles da esfera municipal, estadual ou até nacional.

Na avicultura a integração das unidades produtivas rurais ao mercado ocorre fundamentalmente de duas maneiras: a integração através da indústria de transformação e a integração direta com o próprio mercado. A primeira acontece a partir da participação em empresas privadas ou em cooperativas, o que tem como conseqüência a eliminação dos efeitos do mercado na relação entre empresa e produtor rural. Já a segunda, por acontecer diretamente dentro do livre-mercado, passa a ser organizada e regulada pelo mesmo, ficando sujeita às condições postas pela ‘lei da oferta e da procura’ do produto (SORJ; POMPERMAYER; CORADINI, 1982).

No caso da produção avícola no município de Concórdia, a integração do avicultor ao mercado ocorreu desde o seu início até recentemente, exclusivamente através de uma única empresa / agroindústria. Foi apenas a partir dos últimos três ou quatro anos que novas agroindústrias começaram a se instalar na micro-região, trabalhando, no entanto, com produção ainda irrisória comparativamente a grande agroindústria tradicional instalada no município há 64 anos.

O surgimento destas novas agroindústrias é um elemento significativo na história do desenvolvimento econômico da região, uma vez que possibilita a quebra do monopólio da agroindústria tradicional, que dominou (e ainda domina) as regras do mercado desde a década de ‘40. Para os avicultores, isto pressupõe a possibilidade de abrir negociação com estas novas agroindústrias e com isto melhorar tanto o preço que elas pagam pelo seu produto, quanto as condições de trabalho e as relações decorrentes da produção.

3.3 A gênese da produção avícola em Concórdia

Para chegar à gênese do setor avícola agroindustrial em Concórdia, foi necessário situar historicamente alguns fatores que provocaram seu desenvolvimento. Portanto, foi necessário resgatar alguns fatos que antecederam a década de '60, quando surge oficialmente este tipo de produção, os quais passarão a ser apresentados.

Conforme relato de Espíndola, percebe-se que ainda na década de 1940

Um grupo de comerciantes do Rio Grande do Sul e membros das colonizadoras Mosele, Eberle, Ahrons & Cia., iniciaram a construção de um moinho e um frigorífico de suínos na cidade de Concórdia (SC). No entanto, a paralisação das obras levou o prefeito da cidade (Dogelo Goes) a convidar Atílio Fontana para participar como acionista do empreendimento industrial (1997, p. 15).

O novo acionista do Frigorífico Concórdia era um jovem gaúcho, de descendência italiana que havia se instalado no município de Bom Retiro de Campos Novos, atual Herval d'Oeste, firmando-se na região do Vale do Rio do Peixe como um promissor comerciante. Fontana, que iniciou trabalhando como empregado, logo passou a intermediar a venda de produtos da região, tais como alfafa e suínos, na cidade de São Paulo, tornando-se em, pouco tempo, sócio de seu primeiro patrão em terras catarinenses. O passo seguinte foi a compra de um hotel em Bom Retiro, o qual foi transformado no ano seguinte em casa comercial, a fim de continuar realizando as transações comerciais dos produtos da região nos grandes centros e, ao mesmo tempo, melhorar o abastecimento na região de produtos oriundos dos maiores centros comerciais do país.

Assim, na década de '40, Atílio Fontana chegou ao município de Concórdia já com experiência no ramo das transações comerciais com outros centros do país, fato este que tinha motivado o prefeito a convidá-lo para ser acionista e administrador do Frigorífico Concórdia, na tentativa de fazê-lo funcionar, conforme relatado acima por Espíndola.

O empreendimento realmente começa a funcionar e render divisas a seus sócios já no primeiro período de funcionamento, pois o novo administrador passou a aproveitar a produção local (colonos) da região que resultava em quantidade significativa de matéria-prima de suínos e trigo, os quais eram industrializados no frigorífico e comercializados nos grandes centros a partir das relações comerciais que Atílio Fontana já tinha estabelecido anteriormente.

Verificando que a atividade era bastante promissora, no ano de 1944 o administrador adquire grande parte do Frigorífico Concórdia, tornando-se sócio majoritário do estabelecimento que passou a se denominar ‘Sociedade Anônima Concórdia’, ou simplesmente, S.A. Concórdia. Segundo Bison e Colussi (2006), no ano seguinte este frigorífico é renomeado para Indústria e Comércio Sadia, tendo como atividades principais o processamento da carne suína e o beneficiamento do trigo, contando, para isto, com o trabalho de aproximadamente 50 pessoas.

Chama-se a atenção para o período que o Brasil vivia em termos de desenvolvimento econômico, pois este teve importante influência para o surgimento e expansão desta agroindústria, como já refletido nos parágrafos anteriores. Vivia-se o período desenvolvimentista de Vargas (1945-1954), logo depois assumido também por Kubitschek (1956-61), através do incentivo para expansão das atividades econômicas por meio de políticas de substituição de importações. No entanto, esta fase desenvolvimentista desembocou numa crise que se estendeu de 1962 a 1967, período em que a produção industrial não cresceu, contrastando com o desempenho econômico do período anterior. Assim, no início dos anos ‘60, a indústria brasileira chegara a uma situação de superinvestimento e capacidade ociosa, conforme afirma Espíndola (1997) ao rememorar o que Rangel já tinha constatado em 1980.

Como efeito desta crise, diminui a procura das carnes tradicionalmente industrializadas pelos frigoríficos brasileiros, estimulando “os grandes frigoríficos catarinenses a investirem na produção de carne de frango, visando a conquista de novos mercados. Vale apontar que a crise econômica, ao comprimir o poder de compra da população brasileira, impulsiona o consumo de outras carnes” (ESPÍNDOLA, 1997, p. 25)

Neste contexto, em 1964 a Sadia, já consolidada como agroindústria, elabora juntamente com a Associação Rural de Concórdia⁸ e com o governo municipal um plano conjunto para o início de um programa piloto de fomento à suinocultura, que foi imediatamente estendido para a avicultura. Neste plano, conforme Sorj, Pompermayer e Coradini (1982) a agroindústria entrava com uma soma financeira, sua organização e pessoal técnico, a prefeitura com outra soma (menor) em dinheiro, maquinaria e área para os experimentos e a associação com pessoal técnico (também) e fornecimento de medicamentos e outros produtos para início do fomento.

⁸ Fortemente ligada à própria Sadia, devido ao forte incentivo desta para sua criação ocorrida ainda no ano de 1951 (SADIA, 1994, p.47)

Segundo os mesmos autores (1982, p.33), “[...] a estratégia desse projeto era selecionar algumas propriedades rurais que servissem de modelo de modernização para a atração dos demais proprietários, numa metodologia semelhante à posta em prática pelos órgãos oficiais como a ACARESC⁹”. Conjuntamente a agroindústria desenvolveu forte campanha de divulgação da experiência através de seu veículo de comunicação a Rádio Rural, fundada ainda no ano de 1956 e também “[...] intensificou sua atuação no desenvolvimento genético e técnico em geral e passou a aumentar suas exigências de padronização qualitativa, estabelecendo inclusive competições com prêmios para os produtores”.

Com base nas observações deste plano piloto foram “feitos os ajustes a experiência já realizada por alguns colonos que tinha aceitado o programa de integração e assumido a parceria para criação de aves ainda em 1961”. Assim surge o ‘fomento de integração avícola - parceria entre agricultores e Sadia’, num modelo cuja estrutura básica das relações de parceria ainda permanece inalterada no ano de 2008

A empresa comprometia-se a fornecer os pintinhos, a ração e todo o suporte técnico necessário. O criador, por sua vez, assumia o compromisso da construção dos aviários, do alojamento e cuidados das aves, seguindo à risca a orientação recebida, até a devolução dos animais à Sadia. Neste momento seria feito o acerto de contas entre as partes, por critérios previamente estabelecidos de desempenho e eficiência (SADIA, 1994, p.46).

Na verdade, desde 1950 Atílio Fontana já demonstrava interesse pela criação de frangos para o abate, o que foi concretizado através de uma sociedade entre ele e o médico veterinário do Ministério da Agricultura, Sr. Roberto Nogueira da Gama, que trabalhava no município. Assim foi implantada a Granja Santa Luzia, que trabalhava tanto para produção de ovos quanto de frangos, numa escala quase ‘doméstica’. Três anos depois a sociedade se desfez e a Granja foi repassada para a Sadia, que passou a administrá-la com o intuito de desenvolver um modo de produção de aves com baixo custo, que pudesse chegar numa escala de abate e beneficiamento industrial (FONTANA, 1980).

Conforme dados da publicação institucional alusiva aos 50 anos da Sadia (1994), em 1961, um dos colaboradores da agroindústria, o jovem Ivo Reich, realiza uma viagem aos Estados Unidos onde conhece o modelo lá desenvolvido de “avicultura integrada” e propõe-se a implantá-lo no município.

Consegui achar, a uns oito quilômetros da cidade, um colono disposto a realizar a experiência. Diomédio Bósio construiu um pequeno aviário de

9 Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina (Acaresc), criada em 1957 pelo governo do estado e incorporada em 1991 a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri).

3X3 metros, de chão batido, coberto de sapé e aquecido a lenha. Ivo levou para lá 100 pintinhos que passaram a ser cuidadosamente tratados e alimentados com ração especialmente preparada. [...] Em 85 dias, tempo recorde para a época, Diomédio Bósio já estava trazendo os frangos de volta no seu jipe para o abate na Sadia. Não demorou muito e outros colonos seguiram o exemplo dos Bósio. A Sadia, de seu lado, ampliou os incubatórios, aumentou a produção de pintos e dinamizou seu Departamento de Fomento Agropecuário. (SADIA, 1994, p.47)

Em 1972 a Sadia já tinha intensificado significativamente a assistência técnica e formulado as relações contratuais entre o produtor rural e a empresa e já contava com mais de 100 unidades de produção no município (SORJ; POMPERMAYER; CORADINI, 1982, p.34).

Em relação ao crescimento da atividade, os mesmos autores repassam o panorama de todo estado de Santa Catarina na época, afirmando que houve uma rápida expansão da indústria de processamento de aves, tanto no que se refere ao número de agroindústrias, quanto ao número de produtores integrados no estado. Segundo eles

Enquanto em 1972 havia apenas uma agroindústria, com 134 avicultores integrados, com um abate anual de 3,3 milhões de cabeças e com uma média de 24.791 cabeças por integrado, já em 1976 eram nove empresas processadoras, 953 integrados [...], com abate anual de 60 milhões de cabeças, perfazendo uma média de 62.959 cabeças para cada integrado (1982, p.34).

Embora esteja-se aqui apresentando a perspectiva histórica do surgimento da atividade, pode-se afirmar que um ritmo semelhante de crescimento perdura até hoje, e mesmo observando algumas oscilações de oferta e procura do produto as quais fazem parte da própria dinâmica do mercado, pode-se dizer que a avicultura não deixou de ser uma das atividades mais rentosas para a agroindústria.

3.4 As especificidades da produção avícola: industrialização e inovação tecnológica no campo

Desde o início da atividade na década de '60, a produção do complexo avícola ingressou no mercado nacional já com significativa procura. Isto fez com que “o incremento, da demanda interna e externa de carne de frango, estimulasse as alocações de recursos para o melhoramento genético dos planteis”, segundo afirmação de Espíndola (1997, p.27).

Como efeito deste rápido processo de formação, expansão e consolidação avícola, verificou-se a aceleração da modernização da agricultura; a especialização produtiva da região, a qual já era suinícola e passou a ser também avícola; o predomínio do sistema de integração de pequenos produtores rurais com a agroindústria como forma de produção de animais para o abate; a constituição de empresas públicas e também privadas especializadas em pesquisas genéticas e de alimentação e a melhoria no transporte, desde a utilização do transporte aéreo e ferroviário nos anos iniciais, à construção de rodovias, chegando ao aprimoramento das frotas para transporte rodoviário, a partir da utilização de caminhões equipados com câmaras frias e recentemente equipados com rastreador e bloqueador de cargas via satélite.

No dizer de Espíndola (1997, p.43)

[...] esse processo de acumulação e expansão capitalista no contexto nacional e internacional foi fruto de certas condições naturais, históricas, econômicas e empresariais que se estruturaram no oeste de Santa Catarina. Contudo, o Estado participou como agente direto e indireto na consolidação dos grupos agroindustriais.

Neste sentido, foram observadas no setor avícola várias medidas políticas referentes à modernização da agricultura catarinense, as quais tiveram forte influência para o bom desempenho de todo o complexo. Estas medidas concretizaram-se, inclusive, através de apoio direto das agroindústrias como foi o caso da liberação de financiamentos, ou da isenção de impostos, entre outros. O apoio indireto pode ser constatado a partir da criação de algumas empresas ou órgãos públicos voltados para assessoria, estudos, pesquisas e assistência técnica para a agricultura.

Destarte, observa-se em 1957 a criação da ACARESC, órgão executor da extensão rural em Santa Catarina e, portanto, responsável pelo acompanhamento e assessoria técnica na área da produção da matéria-prima. Além da assistência técnica gratuita aos pequenos e médios agricultores, cuja mão-de-obra é familiar, a ACARESC era o órgão estadual responsável por oferecer crédito orientado mediante acordos com a rede de bancos conveniada ao governo estadual.

Por conseguinte, percebe-se a presença bastante forte do Estado no desenvolvimento do setor, o que foi também influenciado pelo fato de que Atílio Fontana exerceu cargos políticos tanto locais, quanto regionais, estaduais e nacionais, tendo sido inclusive Vice-Governador de Santa Catarina, deputado Federal e Senador da República entre outros, sempre ligado ao PSD (Partido Social Democrata). Embora, reconheça-se a importância desta ligação entre o capital agroindustrial e o Estado para o desenvolvimento do complexo avícola, opta-se

por não dedicar demasiadas reflexões a isto, haja vista compreender que seria necessário adentrar nos meandros desta relação para cumprir com eficiência tal tarefa.

Portanto, sintetizando esta reflexão, aponta-se para o que Espíndola também constatou em seus estudos, que

[...] em termos gerais, pode-se ver que tanto o Estado nacional como o Estado regional procuraram, a partir de 1960, instaurar uma política de desenvolvimento no setor. Trata-se de uma política baseada na ação consciente do estado a articular os diferentes setores que compõem o complexo agroindustrial. Nessa etapa, através de incentivos fiscais, linhas de crédito, isenção de impostos, créditos-prêmios etc., o governo procurou alçar as agroindústrias brasileiras a um patamar de competitividade mesmo mundial (1997, p.63).

3.5 Reestruturação produtiva na avicultura: das mudanças genéticas às ‘sempre novas’ exigências de manejo

A partir do último quartel do século XX, observou-se o aumento no ritmo do crescimento da reprodução do capital conjuntamente com a redução da capacidade de atuação dos Estados. Segundo Caiado, Ribeiro e Amorim (2004, p.64)

O ‘padrão sistêmico de riqueza’ passou a ser, desde os anos 1970, a financeirização [...]. No mesmo período verifica-se a emergência da terceira Revolução Industrial que gerou transformações no padrão produtivo para reforçar ou adquirir competitividade. A crescente importância do complexo eletrônico [...], a automação integrada flexível como novo paradigma industrial, bem como a utilização de novos materiais, a transformação dos processos de trabalho, o uso de novas estratégias empresariais e as alianças tecnológicas como forma de competição têm sido as principais inovações nas economias capitalistas.

Contemporaneamente ocorreram mudanças estruturais no Estado. As características *keynesianas* foram sendo diluídas juntamente com o padrão desenvolvimentista. Assim, o padrão de “bem-estar social” foi sendo abandonado tanto nos países que já o tinham implantado e experimentado, como naqueles em que, devido a implantação tardia, nunca foi possível efetivá-lo. Em termos mundiais, verificou-se que o ataque ao Estado com características reguladoras acontece juntamente com o retorno dos atributos liberais, balizados no novo pensamento hegemônico, que significou a ‘restauração do liberalismo-conservador’, na nova roupagem ‘neoliberal’, que passou a determinar o rumo das políticas e medidas econômicas das nações em desenvolvimento (CAIADO; RIBEIRO; AMORIM, 2004)

No Brasil, a partir dos anos 1990, nota-se a forte introdução das reformas ‘liberalizantes’ da economia e do Estado, que resultou na abertura comercial e financeira, na privatização dos capitais e bens estatais e no recuamento da atuação do Estado.

É neste contexto de eclosão da terceira revolução industrial, que se intensificam as transformações nos padrões tecnológico e econômico do complexo avícola, respingando de forma significativa no sistema de produção de matéria-prima deste complexo, ou seja, na base da cadeia produtiva que é onde se encontra o avicultor.

Apontadas na seção acima algumas das especificidades de produção no setor avícola, fica objetiva que as inovações tecnológicas sempre estiveram presentes, imprimindo ao setor a característica de ‘constante transformação, a qual é intensificada a partir de fins dos anos 1980 e 1990 na região oeste catarinense, tendo como ponto de referência a agroindústria instalada no município de Concórdia, conforme relato do avicultor da Família 3

Que começaram a exigir mais [...] assim de equipamento foi em '89 e '90, por aí. Só que eles exigiram demais e muito rápido. Então teve aviários que eles fecharam porque o cara não tinha condições de colocar, ou porque tinha problemas de doença na família, ou porque ele não tinha condições mesmo, [...] porque ele deveria ter um pouco de dinheiro pra começar, pra não ter que pegar o dinheiro todo no banco [...] e a agroindústria fechou essas propriedades.

Estas transformações acabam fazendo do avicultor um agente passivo, exigindo-lhe um nível muito alto de adaptação tanto de suas atividades (manejo), quanto dos próprios equipamentos e instalações, os quais sempre são de sua responsabilidade.

Observa-se que estas transformações seguem por duas linhas mestras: as transformações genéticas e as inovações tecnológicas de equipamentos. Embora as duas estejam imbricadas, opta-se por dedicar atenção especial a uma e outra linha de transformação em dois espaços separados neste trabalho.

No primeiro momento tratar-se-á da questão genética por estar este debate ainda bastante vinculado aos parágrafos anteriores. Em relação a esta questão, é possível perceber, através do que aqui já foi refletido que um aspecto fundamental para alcançar o bom desempenho produtivo é o controle genético. É este controle que determina, a partir das características genéticas dos animais, os posteriores processos de alimentação e de cuidados.

Este aspecto, conforme já citado, sempre foi alvo de pesquisas e conseqüentes transformações. Entretanto, nos últimos 10 anos estas transformações se intensificaram o que pode ser verificado a partir do depoimento de alguns dos avicultores entrevistados.

Então é assim, a genética melhorou, mas a exigência do equipamento também aumentou muito. Hoje o frango é um animalzinho muito delicado. É assim, [...] porque é claro: ele tem que produzir [...] ele chega aqui com 40

ou 42 gramas e em 40 dias ele tem que pesar 2.500 kg (Homem - Família 11, Comunicação pessoal, 2008).

[...] a conversão mudou muito e a genética dos pintos também mudou bastante. A própria 'conversão'¹⁰ quando nós começamos era 1,7, 1,8 ou até 2,2. Hoje eles falam em 1,5, no máximo é 1,8. Daí a gente reclama com eles, mas eles dizem que 'as coisas vão mudando' e que é assim mesmo, tem que se adequar às mudanças da [empresa]. Então vai mudando a genética e eles vão apertando cada vez mais a conversão (Homem - Família 13, Comunicação pessoal, 2008).

Então eles pensaram muito em ganhar carne e não fizeram a estrutura do frango [...] então é muito rápido o ganho de peso, por isso dá mortalidade, ele não agüenta, é frágil. Antigamente tu não precisava se preocupar com vento, o frio ou o calor que fosse atingi os frangos. Não sei se era mais ou menos assim o clima como é hoje, mas também deviam ser quentes os verões naquela época. [...] Mas, hoje precisa no mínimo umas 20 horas de vento quando o lote tem 40 dias, daí a gente quase nem dorme de noite quando dá essas noites meio quentes. O manejo também tem que ser bem mais perfeito, se não o frango não cresce direito e tu não vai bem de lucro, tudo porque o pintinho agora é bem mais fraco (Homem - Família 15, Comunicação pessoal, 2008).

Além do depoimento destes três avicultores, outros 13 entrevistados também citaram as modificações genéticas que ocorreram no período, perfazendo um total de 45,45% de entrevistados que asseguram terem sentido no manejo as interferências das transformações genéticas ocorridas.

A intensidade no ritmo das transformações genéticas deve-se, entre outros, ao fato de que no Brasil, o governo resolveu a partir de 1975 financiar e regularizar o programa de melhoramento genético de aves. Assim, visando reforçar as pesquisas tanto genéticas, quanto de melhoramento do manejo e produção de aves (e suínos), o Estado cria em 1975 uma unidade da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) destinada a este fim, que é o Centro Nacional de Pesquisa de Suínos e Aves (CNPSA), com sede em Concórdia (SC). Segundo Espíndola (1997, p.103), no mesmo período “Brasília financiou projetos nas universidades de Viçosa (MG), Santa Maria (RS), São Carlos e da Escola Superior de Agricultura Luis de Queirós (ESALQ), bem como em outros órgãos federais”.

O mesmo autor (2002, p.140) lembra que

[...] esse alto padrão tecnológico foi impulsionado igualmente pelo processo de aprendizado que se faz nessas empresas. Elas possuem laboratório de controle de qualidade, de pesquisas genéticas, plantas pilotos, laboratórios de análises de embalagens, laboratórios de desenvolvimento de produtos, capacitação gerencial e industrial dos empregados através de cursos, bem como proporcionam desenvolvimento de programas e pesquisas tecnológicas

¹⁰ O conceito de 'conversão' consta na nota de rodapé da página 53, neste mesmo item e sessão.

junto a órgãos governamentais (Embrapa, CNPSA, Secretaria da Agricultura, Universidades etc.), visando elaboração e aprimoramento de novos processos produtivos.

A evolução genética está sempre voltada para o rebaixamento dos custos de produção e para a melhoria da qualidade do produto, o que permite aumentar a margem de acumulação da mais-valia. Neste sentido, Sorj, Pompermayer e Coradini (1982, p.14) afirmaram que, “desde o princípio da atividade, as pesquisas genéticas justificavam-se na obtenção de raças que conseguissem máxima capacidade de transformação de cereais em carne, no mínimo de tempo”, mesmo porque o frango é, “dentre os animais produtores de carne [...], aquele que alcança este intento em menor tempo possível”.

O segundo grande aspecto das modificações sentidas pelos avicultores, como já mencionado, refere-se às transformações exigidas nas instalações e ferramentas de uso nas atividades. Assim, passa-se a tratar das mudanças de equipamento provocadas pelo aceleramento do padrão tecnológico da atividade.

Tendo em vista atingir maior produtividade em termos de ganho de peso e rebaixamento dos custos, o setor avícola no Brasil tem investido fortemente em pesquisa de alimentação, de controle de patologias, na otimização dos cuidados e do tempo de manejo e principalmente na exigência de investimentos tecnológicos, inclusive no que se refere aos equipamentos para o manejo da criação do animal, cuja intensificação pode ser notada a de forma crescente a partir da década de 1990. Na análise de Sorj, Pompermayer e Coradini (1982, p.15), feita a mais de 25 anos atrás, mas que ainda é válida para a atualidade, isto acontece

[...] de forma a permitir a sua produção industrial em recintos em que o manuseio e a alimentação passaram a ser realizados em termos das exigências da produção em bases empresariais. Essas exigências significam fundamentalmente a eliminação de desperdício de ração, diminuição de uso de mão-de-obra pela crescente mecanização de tarefas e maximização do uso de espaço e rotação do capital fixo.

Constatação semelhante foi feita nos estudos de Espíndola (1997, p.145), o qual apóia-se a Wilkinson (1989) para demonstrar que

Os conhecimentos biotecnológicos permitem uma unificação dos insumos agrícolas, promovem a configuração, manipulação e alteração dos códigos genéticos dos seres vivos (técnicas de DNA recombinante), proporcionando uma produção alimentar mais ampla. Redefinirão as atuais tecnologias de purificação, extração, filtração e preservação, facilitando e acelerando a produção automatizada e possibilitando a produção de alimentos com melhores valores produtivos.

Logo, fica premente que desde o surgimento do complexo avícola, a palavra de ordem sempre foi de ‘melhoria dos valores produtivos’, que neste trabalho é associada com a ‘reestruturação produtiva’. Isto é relatado pelos pesquisadores da área, pelos avicultores e também pela própria indústria, como se observa a seguir.

Em sua página ‘institucional’ na Internet¹¹, a Sadia apresenta como sua ‘visão’ a proposta de “ser a empresa de alimentos mais competitiva do setor no mundo em soluções de agregação de valor”. Esta ‘visão’ transforma-se em dados numéricos na coletiva de imprensa realizada em 12 de dezembro de 2007, momento no qual “foram abordados temas como investimentos, resultados da Sadia em 2007 e perspectivas para 2008”, segundo Wilson Teixeira Júnior, Diretor de Relações com Investidores na época. Teixeira (2007, p.01) diz que:

A expectativa de crescimento dos volumes tanto do mercado interno quanto do mercado externo devem ficar muito próximos aos números fornecidos pela Empresa, de 8-10% para o mercado interno e de 16-18% para o mercado externo, conforme perspectivas para 2008. A Sadia S/A prevê um crescimento de 12% a 14% nos seus volumes de vendas em 2008. A expectativa da companhia é de que esse crescimento ocorra em percentuais semelhantes tanto para o mercado interno quanto para o externo, na comparação com o desempenho registrado em 2007. A empresa estima uma margem EBITDA entre 12% e 13% para 2008.

Já nas palavras de um dos entrevistados, verifica-se

Por que o lado bom, a agroindústria colhe só pro lado deles [...] porque pra nós o produto da nossa atividade que é a remuneração pelo lote de frangos produzido [...] essa é bem menor. Eles nunca deixam, assim, pro integrado receber uma porcentagem melhor caso a venda esteja boa. Se der bom o produto, não modifica o preço, ou seja, não tem remuneração melhor pra nós, agora se cair [...], ou se tu entregar um produto de péssima qualidade, sabendo que não é culpa nossa [...], ihhh, daí sim é descontado em cima do avicultor. Não tem, eles só escolhem o lado bom pra eles e o lado ruim jogam em cima do avicultor. E as cobranças são muitas, muitas, aqui. (Homem - Família 03, Comunicação pessoal, 2008)

Este entrevistado, ao ser questionado se achava possível a melhoria do preço pago por seu produto, respondeu fazendo menção às informações sobre a lucratividade da agroindústria, divulgadas pela imprensa em entrevista coletiva já citada acima

[...] É só a empresa não comprar mais um frigorífico por ano, investir US\$ 800.000.000,00 na Europa. O colono não consegue sobreviver, na minha atividade, [...] agora a Sadia, em dois ou três anos eles querem triplicar! Como é que eu não consigo melhorar nada e como é que eles conseguem triplicar, da onde que sai? Do funcionário, do produtor, do freteiro! Ninguém está mais contente! Os freteiros estão todos numa choradeira. A reunião lá na Sadia, há sete, oito anos atrás, você ia lá era uma festa, uma

¹¹ Disponível em: <http://www.sadia.com.br/br/empresa/empresa.asp>. Acesso em: 22/04/2008.

alegria. Agora é só briga. O povo tá nervoso, só reclamam e eles exigem!
(Homem - Família 04, Comunicação pessoal, 2008)

Se estas falas forem agregadas às informações da Tabela 02 que ilustra as modificações percebidas pelos avicultores no período em que são integrados, verificar-se-á que há forte indicativo de rebaixamento da renda na avicultura, enquanto comprova-se nos dados repassados por Teixeira (2007) que houve um aumento do lucro líquido da empresa e que a previsão para 2008 é de que a taxa de crescimento continue a subir.

Nas respostas dos avicultores, das 33 entrevistas validadas para esta questão, em 31 delas houve afirmação da diminuição da lucratividade da atividade, o que representa 93,93% do total de entrevistados.

Tabela 02 – Indicações de modificações ocorridas no período de integração, desde que iniciaram na atividade até janeiro de 2008, segundo números absolutos e relativos

Tipos de modificações¹²	N	%
Relacionamento com a empresa: aumento da hierarquização e autoritarismo nas relações	14	42,42
Aumento do padrão tecnológico	31	93,93
Aumento das exigências de qualidade e produtividade	18	54,54
Trabalho – aumentou quantidade e intensidade	22	66,66
Trabalho – diminuiu quantidade e intensidade	11	33,33
Aumentou exigência de “Atenção Direta”	32	96,96
Lucratividade – aumentou	2	6,06
Lucratividade – diminuiu	31	93,93
Custos de produção – aumentou	30	90,9
Aumento do peso médio final dos frangos	16	48,48
Diminuição do tempo médio de alojamento	17	51,51
Alimentação: modificação no tipo de ração	10	30,3
Genética do frango: resultou num animal mais sensível	15	45,45
Surgimento / aumento de doenças nos frangos	6	18,18
Surgimento de doenças nos trabalhadores	4	12,12
Modificações contratuais: forma de pagamento (lote mínimo e cálculo de conversão)	10	30,3
Dificultado o acesso a linhas de crédito e financiamento	2	6,06
Total Resultado¹³	271	821,13

Fonte: Entrevistas realizadas pela pesquisadora, Concórdia (SC), 2008.

¹² Para tratamento destes dados foram desprezadas 2 das 35 entrevistas coletadas com avicultoras/es, totalizando 33 respostas consideradas para análise. Os itens descritos como respostas na tabela acima, foram identificados nas entrevistas aplicadas e agrupados pela pesquisadora no momento da codificação dos dados.

¹³ O modelo de questionário aplicado utilizava perguntas abertas, o que permitiu aos entrevistados a possibilidade de manifestar número indeterminado de modificações percebidas durante o período em que são avicultores, o que resultou num número muito grande de itens relacionados às modificações, que no somatório final do número relativo das aferições, ultrapassou a linha dos 800%.

Observa-se que a totalização do resultado indicando as modificações foi significativa, o que indica há um consenso entre os entrevistados acerca da intensificação das modificações durante o período em que são avicultores. Neste sentido, há de se considerar que 100% dos entrevistados afirmaram que houve modificações no sistema de integração de avicultura.

Através das respostas dos próprios avicultores é possível notar a intensidade das transformações ocorridas na atividade. Nota-se, portanto, uma forte tendência na aferição de vários tipos de modificações no sistema de integração avícola. As modificações mais citadas pelos entrevistados referiram-se ao: aumento da exigência de “Atenção Direta” (96,96%), aumento do padrão tecnológico (93,93%), diminuição da lucratividade (93,93%) e aumento dos custos de produção (90,9%). Seguidos pelo: aumento das exigências de qualidade e produtividade (54,54%), aumento do trabalho - quantidade e intensidade (66,66%) e diminuição do tempo médio de alojamento (51,51%).

Assim, não foi incomum encontrar depoimentos como os das seguintes entrevistadas

Mudanças? Ihhh! [...] teve mudanças sim, só que cada vez a gente ganha menos. Eles exigem cada vez mais da gente, e o ganho é cada vez menos. E daí no começo, eles pagavam o tanto que dava o lote, mas agora depois dessas reuniões que fizeram, então eles comunicaram que iam pagar uma taxa mínima de 3mil garantida para todo avicultor, mas em troca, eles iam começar a descontar todos os defeitos que os frangos tivessem. O resultado foi que começou aparecer desconto pra tudo, só pra não chegar a 3mil nunca. Então eles dizem que dá: de calo de pata, calo de bico, arranhaduras velhas, celulite nos frangos e outras mais. Aí sempre tem aquela história, eles não perdem nada, né? No começo os dois ganhavam mais, hoje nós ganhamos cada vez menos e eles estão exigindo cada vez mais de nós. [...] Também teve modificação de trabalho e de equipamentos, porque eles dizem que é pra exportação e que são os compradores lá de fora que exigem. Então vem o técnico aí, pede e tu tem que fazer, eles te pressionam: 'ou você faz ou nós fechamos'. E os investimentos também são sempre mais [...] é sempre alto. Outra coisa é que hoje eles sempre te deixam na dívida que é pra você nunca sair fora de produzir pra eles, porque acaba que nós somos empregados da [empresa] simplesmente porque eles te amarram com financiamento que é pra você não poder sair (Mulher - Família 04, Comunicação pessoal, 2008).

Ah! A questão dos equipamentos tem que tá sempre investindo, porque a cada dois ou três dias tem que mudar, porque eles sempre vêm com alguma coisa nova. Mudou bastante também a questão do serviço que aumentou bastante nestes anos por causa da ração, né? Antes não, nem dava casca, a gente carregava os frangos e quase nem precisava tirar casca. Agora não, a gente tem que tá quase todos os dias tirando a casca, apenas por que mudou a ração (Mulher - Família 11, Comunicação pessoal, 2008).

Observa-se assim, que as modificações seguiram um ritmo muito intenso e interferiram diretamente na forma de produção através da inserção de equipamentos tecnológicos, das modificações genéticas e do aumento na exigência de mão-de-obra

diferenciada, o que permitiu alcançar um patamar mais elevado na extração da mais-valia por parte da agroindústria.

Conforme Silva (2003, p.37)

Isso significa que, o crescimento da produtividade na agricultura permite compatibilizar a elevação das rendas com o processo de acumulação de capital na agricultura. Em outras palavras, as inovações tecnológicas que aumentam os rendimentos físicos [...] permitem um crescimento da parte do excedente apropriado pela classe de proprietários.

Já no que tange especificamente o manejo ‘técnico do avicultor’, ou seja, seu trabalho agora realizado a partir dos equipamentos tecnológicos, constata-se que o agricultor deve saber operar os equipamentos e monitorar os resultados através de aparelhos tecnológicos que estão em constante modificação. Assim, este trabalhador passa a se inserir de forma ‘obrigatória’ no quadro de utilização de inovações tecnológicas, o que teoricamente diminuiria a quantidade e intensidade da força de trabalho necessária para desenvolvimento das atividades, mas que na prática é compensada negativamente pelo surgimento de outras atividades necessárias ao manejo, como por exemplo, o surgimento da ‘casca’ que é um dos efeitos das inovações alimentares. A partir do relato da seguinte avicultora pode-se compreender o que é a ‘casca’ e o que ela representa em relação às exigências de manejo.

É a parte molhada, o resíduo úmido de urina, de fezes, ou de outro tipo de umidade [...] que fica no meio da cama. Assim, tinha no meio do Nipple¹⁴, perto da água e nos lados também, porque no caso aqui de casa era molhado por tudo[...] era um molhamento só. Que nem agora nós baixamos o terreno[...] que depois eu vou te mostra lá, [...] tâmo tentando fazer alguma coisa pra ver se termina com esta umidade. Sei lá era uma umidade que entrava, meu Deus! Quanta casca a gente tirava [...] ficava o dia inteiro trabalhando com isso, especialmente no inverno, nós saia de lá só umas cinco horas da tarde, daí tinha que levá embora as bolsas [...] e depois ia tirá leite e entrava dentro de casa umas 20 horas da noite. Era assim, todo dia quase (Mulher - Família 05, Comunicação pessoal, 2008).

Nas palavras de Sorj, Pompermayer e Coradini (1982, p.62), ainda pertinentes no contexto atual, “nas condições de produção tecnificada, e particularmente no caso da avicultura, o processo produtivo passa a estar determinado pelas prescrições ‘externas’ das empresas industriais que estruturam o ritmo e as tarefas da atividade produtiva”. Logo, é importante perceber que a introdução de novas tecnologias fez com que os avicultores perdessem grande parte do domínio sobre seu trabalho, cujo conhecimento foi apropriado pela agroindústria que o transformou em ‘conhecimento técnico’, redimensionado nos laboratórios de pesquisas genéticas, alimentares, de manejo e de tecnologia e devolvido aos trabalhadores/avicultores sob forma de orientações dos técnicos da empresa, que as repassam

¹⁴ Tipo de bebedouro para frangos, utilizado nos aviários atualmente conforme indicação da agroindústria.

de forma autoritária e hierárquica, fazendo com que os trabalhadores sintam-se obrigados a cumpri-las, sem mesmo entendê-las, como relata um avicultor

Nos primeiros sete anos, você era tratado como amigo da empresa, você era bem tratado. Nos últimos 10 anos, nem sei como te explicar. [...] É tudo na marra, é tudo brigado. Agora, nestes últimos meses de 2007, parece que tá mudando, mas não dá ainda pra falar porque trocou o técnico e eu ainda não o conheço bem. Mas até esses dias era tudo assim, 'no grito'. Com esse último técnico, não tinha como dialogar com ele. Ele falava, ele tinha razão, tu queria argumentar e ele te cortava e isso se repetia, mais ou menos, com todos (Homem - Família 04, Comunicação pessoal, 2008).

Este processo de apropriação do conhecimento do trabalhador pelo capital foi denominado por Marx já nos Manuscritos de 1844, de 'alienação do trabalho'. Neste sentido nota-se que a introdução de inovações tecnológicas significa que

Daqui por diante, a máquina absorve também a virtuosidade dos trabalhadores. As máquinas não são ferramentas "neutras", fazem parte da relação social entre o capital e o trabalho. [...] O trabalho intelectual, de que o capital se apropria, transforma-se em um poder do capital sobre os trabalhadores. O que resta é apenas trabalho de execução. [...] Destarte, ainda que se possa diminuir ou eliminar o sofrimento no trabalho, não se deve esquecer que a submissão às máquinas faz também com que os trabalhadores percam o domínio de seu trabalho que, este sim, perde seu conteúdo. Como se viu, os trabalhadores são expropriados de seu potencial intelectual que pertence agora ao capital. Este reintroduz o trabalho intelectual expropriado do processo de trabalho, através das máquinas que dominam os trabalhadores, resultado da "ciência coisificada", diz-nos Marx. Ao invés de aumentar a liberdade e autonomia dos trabalhadores [...], o capital instala o que Marx chama de "despotismo mesquinho e mau". Por fim, o trabalho ocupa cada vez mais tempo na vida do trabalhador, tendendo a transformar a totalidade desta em tempo de trabalho. (SPURK, 2005, p.205)

No entanto, há autores que apesar de identificar a apropriação do conhecimento do avicultor por parte da agroindústria, o que neste trabalho é denominada de 'alienação do trabalho', observam que não há uma alienação total do processo de trabalho nesta atividade, é o que dizem Sorj, Pompermayer e Coradini (1982, p. 62)

A desapropriação do conhecimento tradicional e a imposição do ritmo de trabalho não implicam que o trabalhador avícola não possua ainda certas características e conhecimento que lhe são próprios. O trabalho rural avícola exige do trabalhador certas características na sua capacidade de manuseio das aves, que são adquiridas pela experiência neste campo. No trabalho avícola, a experiência adquirida permite ao produtor rural – embora este não controle, e até desconheça as especificações técnicas dos produtos utilizados – introduzir de forma intuitiva pequenas modificações na utilização dos insumos. Trata-se de limites muito estreitos de autonomia no processo produtivo, sem lhe dar reais condições de influir seja nas determinações mais gerais da utilização dos insumos industriais, seja na aplicação de capacidade inovadora.

Chega-se aí num dos pontos mais críticos percebidos durante a pesquisa de campo, a questão da ‘atenção direta’, que passa a ser exigida dos avicultores em decorrência da introdução das inovações tecnológicas. Segundo Marques e Quevedo (2003, p. 29), “mesmo com a automação do processo produtivo, o avicultor ou o responsável pelos galpões nunca pode deixar de ser um observador”. Eles trazem como exemplo a utilização de dois tipos de bebedouros, dizendo que “[...] com o pendular, bastava ao criador olhar para saber se havia ou não água, mas com o *Nipple*, que é automático, isto não é possível. Embora haja menos mão-de-obra com o automático, 90% do bom funcionamento do bebedouro irá depender da observação permanente”. Segundo os referidos autores, um técnico de uma empresa que fabrica e vende tais equipamentos automáticos, afirma que “quando se automatiza uma granja, o tratador ou criador deve sempre ser orientado que quase tudo irá depender da sua atenção”.

Já nas palavras dos avicultores, dentre os quais 96,96% indicaram o surgimento da “atenção direta”, esta modificação na forma de trabalho é explicada da seguinte forma

[...] em relação ao trabalho, o que mudou é que antes era mais braçal e agora tu tem que cuidá direto. Então, eu considero que hoje em dia é bem mais. Tu tem que cuidá sempre bem mais da temperatura, dos equipamentos, da água [...] tu tem que tá sempre lá. Outra coisa é que hoje tu tem que ficá sempre mexendo a cama do aviário e uma vez não era assim (Mulher - Família 05, Comunicação pessoal, 2008).

É, precisa de um direto. Olha tu não pode comparar horas trabalhadas no dia, porque precisa ter um direto, tu tem que tá sempre ali, né? Se tu dá aquela escapadinha, mas logo tu tem que retornar. Em sessenta dias é uma pessoa que precisa ficar lá direto! Sessenta dias pra um lote de frango, tem que ter uma pessoa direto dentro do aviário, porque tem que tá lá cuidando sempre, é uma atenção direta! (Mulher - Família 03, Comunicação pessoal, 2008).

Compreende-se assim, que o nível tecnológico, associado às exigências de manejo interferem diretamente na vida da família de agricultores. Várias foram as interferências mencionadas pelos entrevistados durante a coleta de dados. No entanto, duas delas chamaram a atenção por refletirem a qualidade de vida destas famílias, tanto em relação ao trabalho, quanto no que se refere ao descanso e convívio familiar. Uma delas considera-se que é o aparecimento da ‘casca’ e da ‘atenção direta’, já discutidas nos parágrafos anteriores e outra diz respeito ao nível de interferência que a introdução destas novas tecnologias provoca na vida das famílias avicultoras.

Para ilustrar esta última, apresentamos o trecho da entrevista com uma avicultora que relata com certo ‘orgulho’ como funciona um equipamento que emite um sinal sonoro para avisar ao trabalhador, durante as longas noites frias do inverno naquela região, que é

necessário adicionar lenha na fomalha destinada ao aquecimento do ambiente onde estão alojados os frangos. Observem o diálogo

Avicultora: [...] Ainda mais quando tem a fomalha, que daí ela chama, né? Então ela apita quando é hora de fazê fogo ela chama, por isso que é bom aquilo também, porque daí tu não precisa se preocupa, porque daí quando ela chama, tu levanta e vai fazê fogo.

Pesquisadora: E quando dava o apito era seu esposo quem levantava, mas a senhora também acordava?

A: Sim, sim, todo mundo se acorda, né? Só que eu não levantava, dificilmente.

P: O apito é forte?

A: Sim, é bem forte, mas a gente não precisava levantá, dormia de novo. [...] É uma coisa boa, né! Ihhh... é bem forte, mahhh! Parece aquele apito da [empresa], memo! [...] É ppiiii (tenta reproduzir o som e ri).

P: As crianças chegam a acordar?

A: No início sim, mas depois não [...] que eles tem um sono bem profundo, eles não se acordam, não (Diálogo entre a pesquisadora e a avicultora - Família 05, Comunicação pessoal, 2008).

Nota-se que para a avicultora com a utilização deste equipamento, não é preciso mais se preocupar com o fato do relógio despertar ou não o trabalhador do seu justo sono para cumprir a tarefa noturna. Na sua fala, a avicultora demonstra que já não se importa com o fato de ter que levantar de duas até quatro vezes por noite, como é relatado por todos os entrevistados. Isto demonstra que, tudo aquilo que já se tornou habitual não é mais identificado como algo que prejudica o trabalhador, ou seja, no momento em que trabalhadores e trabalhadoras já se ‘adaptaram’ à forma de exploração operada pelo capital, não é mais necessário intervir no sistema a fim de alterá-lo, simplesmente o trabalhador adapta-se a situação de exploração, naturalizando-a, incorporando em sua subjetividade que a exploração pelo capital é justa e não deve ser questionada. Além disto, ela demonstra não se importar em acordar várias vezes por noite, pois como é o marido que levanta para fazer o fogo, ela sente-se feliz por ter ainda algumas horas de sono, mesmo que sejam interrompidas e não contínuas.

Outro dado significativo refere-se à quantidade de tempo necessário para a realização das tarefas noturnas, exigidas em maior número no inverno e menor no verão, devido às diferenças de temperatura e clima nas duas estações. Segundo relato de outra avicultora

Tem que levantá a noite. Eu levanto umas 3 ou 4 vezes a noite, isso é garantido. E como tem que levantar, eu já não tenho sono [...], mas nem que eu tivesse, não ia adiantá, tem que ir fazer fogo o mesmo, né? Você passa de dia e de noite sempre em ação, porque daí de dia tu puxa lenha e arruma tudo e de noite tem que levantar umas 3 vezes pra fazer fogo, aí se põe o relógio pra despertar que é pra garantir, porque das vezes posso dormir, né? [Pesquisadora: cada vez que a senhora levanta quanto tempo demora?] Ah! eu levo uma meia hora. Porque daí eu ponho a lenha nas campânulas,

ai eu vou mexer eles, vou ponhá ração nos tubolar, arrumar os guardanapos nas bandejas e no fim se tiver ração no chão, porque eles esparramam na maravalha, aí até que tu limpa tudo... demora! E geralmente eu vou sozinha, porque eu não chamo eles, porque uma pessoa passando sono chega, né? Então eu vou trabalho e deixo tudo limpo. Depois preciso mais uma meia hora ou 40 minuto também, porque daí até se lavar e pegar no sono de novo, [...] daí o relógio já tá despertando de novo (Mulher - Família 17, Comunicação pessoal, 2008).

Detecta-se assim, em todos estes depoimentos, que os avicultores e suas famílias são expostos à difíceis situações de trabalho, com grandes possibilidades de desenvolverem doenças, tais como problemas de coluna por esforço físico repetitivo, insônia, como nos indica a avicultora da família 17, alergias à poeiras produzidas dentro dos aviários, intoxicações por amônia, entre outras. Neste sentido, compreende-se que o desempenho desta atividade está ligada diretamente aos fatores de ‘risco’, tanto no que se refere à saúde do trabalhador e sua família, mas também em relação à insegurança e imprevisibilidade financeira.

A utilização da categoria risco, no sentido acima referido, é bastante recente nas ciências humanas e sociais. Segundo Robert Castel (2005, p.61), “um risco, no sentido próprio da palavra, é um acontecimento previsível, cujas chances de que ele possa acontecer e o custo dos prejuízos que trará podem ser previamente avaliados”. Desta forma, sendo previsível, o risco poderia ser segurado, isto é ‘mutualizado’, no entanto o uso recente desta categoria envolve riscos sociais e coletivos que não podem ser segurados, uma vez que “esses novos riscos são amplamente imprevisíveis, não são calculáveis segundo uma lógica probabilística, e acarretam conseqüências irreversíveis, também estas incalculáveis”.

A partir desta definição sobre a categoria risco, percebe-se que a imprevisibilidade do preço pago pelo produto dos avicultores, associado à instabilidade da atividade, que é fruto das próprias regras do livre mercado (oferta e procura), faz com que a ‘avicultura’ tenha se tornado uma atividade de risco nos últimos anos para os agricultores familiares. Isto é comprovado na fala de uma avicultora que afirma: “*tu nunca sabe o que eles vão pagá! [...] Assim, tu entende o que tá escrito nas nota, mas não entende como é que eles fizerô os cálculo lá na empresa, então eles paga pra nós quanto eles querem*” (Mulher - Família 08, Comunicação pessoal, 2008).

O risco pelo qual estão sujeitos os avicultores entrevistados parece compor o que Castel (2005, p.60) denomina de

[...] uma nova geração de riscos, ou pelo menos de ameaças percebidas como tais. [...] Sua emergência corresponde no essencial às conseqüências incontroladas do desenvolvimento das ciências e das tecnologias que se

voltam contra a natureza e o meio ambiente que elas pretendiam controlar a serviço do ser humano. A proliferação dos riscos aparece aqui estreitamente ligada à promoção da modernidade. [...] Não é mais o progresso social, mas um princípio geral de incerteza que comanda o futuro da civilização.

Desta forma, a instabilidade e imprevisibilidade juntam-se ao desconhecimento do processo de cálculo do valor de seu produto, tornando a atividade portadora de um grau ainda mais elevado de risco, visto que o avicultor é totalmente desapropriado do domínio do processo de produção em que ele é o agente principal, logo, estaria totalmente suscetível aos mandos e desmandos, contemporaneamente, da agroindústria, do mercado e da própria sociedade em sua organização social.

Isto significa que estes agricultores, apesar de imaginarem os componentes utilizados para fazer o cálculo de conversão¹⁵ que resultará no pagamento pelo seu produto, não conhecem concretamente como tal cálculo é realizado, ficando a mercê do que a empresa lhes diz que devem receber. Para eles o processo de conversão nada mais é do que a transformação da ração consumida pelas aves em carne, o que tem forte associação com a genética dos frangos, com o tipo de alimentação, a utilização de medicamentos e, sobretudo, com o manejo criterioso e o seguimento das orientações técnicas. Para os avicultores, o cálculo da conversão é algo desconhecido, confuso e até mesmo misterioso, como demonstram as seguintes falas

Então ele mudou bastante [...] o aquecimento, a forma de manejo, de alimentação mudou bastante, mas eu não sei aquilo que tem, eles é que fazem a ração, eu não sei o que eles botam na ração pro frango vir rápido assim (Homem - Família 01, Comunicação pessoal, 2008).

Assim [...] sei lá o como é que eu vou explicar. A [empresa] diz que não tem nada escondido do produtor, mas eles têm a tal da conversão que é a coisa mais importante, porque o resultado do lote depende da conversão e isso a gente não sabe (Mulher - Família 11, Comunicação pessoal, 2008).

É, eles fazem assim. Por exemplo, quando eles dizem que a conversão é de 1,5, então se o frango comeu 1,5kg de ração ele tem que por 1kg de carne e se eles não der dentro da conversão prevista pela empresa, daí você ganha o quanto menos [...] cada vez tu ganha menos. Se você subiu o peso final dos teus frangos e a conversão deles é, vamos supor, 1,7 que é conforme a idade, porque a conversão é conforme a idade [...], então você, pra atingi uma média de R\$4.000,00 num lote, você vai ter que fazer 1,8 quase, isto é,

¹⁵ Devido ao fato dos entrevistados não conseguirem objetivar uma explicação sobre o cálculo de conversão, ocorrência que foi agravada por não ter sido permitida pela agroindústria uma entrevista com o gerente de agropecuária, não é possível elaborar uma definição precisa de como é realizado este cálculo. Então o dado com que se trabalhará será o seguinte: a partir do registro do peso inicial do animal que adentra na propriedade, é feito cálculo do percentual em peso de carne que ele adquiriu até a data do abate, inserindo neste cálculo o período de tempo que permaneceu na engorda, o tipo de ração que ingeriu, a quantidade de frangos que morreram no período, a qualidade e/ou defeitos dos animais entregues para a agroindústria, entre outros fatores. Deste primeiro cálculo provêm um coeficiente de 'conversão alimentar', que é utilizado para calcular a produtividade total do lote, segundo o número de frangos que a agroindústria mandou para o avicultor e donde são descontados os custos de toda matéria-prima que adentra nas propriedades (ração, pintinhos de um dia, medicamentos, etc).

vai ter que fazer um pouco a mais, pra passar do pagamento do lote mínimo, que seria de R\$3.000,00 (Homem - Família 13, Comunicação pessoal, 2008).

E a conversão deles também, aumenta muito, nós vamos atingir dois quilos... Quando nos começamos a conversão atingia no máximo dois quilos, era 1.900kg a 2.000 kg. Daí nós, produtor, começamos a melhorar também alguma coisa ali, na ventilação, nos ventiladores, os sistemas de coltrina, aquecimento e outras coisas, aí fomos melhorando a conversão. Só que a conversão da empresa foi baixando de um 1,9kg para até 1,5 kg por quilo de carne. [...] Como nós melhoramos tanto, a firma melhorou também a ração, melhorou os pinto, coisas que nós não sabemos, mas melhorou também. Só que o ganho nosso, continua praticamente quase o mesmo, porque nós estamos produzindo frango com mais peso, só que a conversão destes frango é bem menor (Homem - Família 18, Comunicação pessoal, 2008).

Percebe-se então, que os avicultores entrevistados compreendem que “a tal da conversão que é a coisa mais importante”, sofre forte interferência dos fatores como genética animal, alimentação, ambientação, manejo, etc. Da mesma forma, percebe-se que eles sabem o que lhes é descontado no acerto final do lote à título desta conversão (‘alimentar’), tais como os próprios animais, a ração e os medicamentos. No entanto, nenhum deles soube dizer como é feito o cálculo para esta conversão e nem conseguem compreender como ela pode ‘baixar tanto’, ou seja, modificar-se, em tão pouco espaço de tempo.

Portanto, o tipo de avicultura desenvolvida na região de Concórdia, diferencia-se da maioria das demais produções agrícolas, uma vez que é organizada a partir da base empresarial (agroindustrial), com alto nível de inovações tecnológicas e exigências técnicas de qualidade e produtividade, organizadas a partir de acordos de integração de avicultura, também conhecidos como contrato de parceria ou contrato de integração.

Ela pode ser mesclada com o desenvolvimento com outras atividades produtivas dentro da propriedade, como atividades de cultivo de monoculturas (roça), de criação de outros animais (suinocultura, gado de leite, etc) e com atividades de subsistência, denominadas pelos entrevistados como ‘cuidar das miudezas’.

3.6 A relação com a agroindústria: integração e/ou parceria?

Segundo Ferreira (2007, p.83)

O sistema de produção avícola integrada é uma idéia brasileira que teve início na década de 60, cujo sucesso tem sido copiado ao longo dos anos pelo mundo e em diferentes áreas de produção. Foi a maneira encontrada para aumentar e garantir a produção contínua de aves capaz de abastecer a indústria, além de facilitar a vida do avicultor quanto às dificuldades que ele encontrava em adquirir insumos para produção de ração, além da própria comercialização da sua produção de aves.

Conforme apresentado no primeiro capítulo, quando os frigoríficos surgiram na região já existia uma produção considerável de matéria-prima para o processamento industrial. É bem verdade, que nas duas primeiras décadas de desenvolvimento deste tipo de produção, a matéria-prima era somente de origem suína, que segundo Espíndola (1997, p. 93), tinha se tornado “a atividade predominante no seio da pequena produção mercantil regional. Todavia, as ofertas de suínos, por parte dos pequenos produtores, então independentes, eram irregulares”.

Foi neste contexto de necessidade constante de matéria-prima com base numa oferta com fluxo contínuo e com procedência garantida, que os frigoríficos instalados na região oeste catarinense, iniciam “o processo de extração da produção organizada com base do trabalho familiar” (Idem, p.94), denominado de ‘fomento de integração’.

Em terras catarinenses, a experiência iniciou em 1951 na área da suinocultura, a partir da iniciativa do Frigorífico Concórdia (Sadia). Posteriormente se estendeu para a avicultura ainda no início da década de 60 quando o complexo avícola começa a despontar como produção agroindustrial.

Naquele período a região vivia a plena expansão agroindustrial e a conformação da agricultura recém implantada na região a partir do processo de colonização. As pequenas unidades familiares, que almejavam passar da produção de subsistência (como o era nos primeiros anos de colonização) para a produção comercial, foram levados pelas circunstâncias econômicas a adotar estratégias de produção de suínos e aves baseadas no sistema de integração. Neste sistema os pequenos produtores recebiam assistência técnica e insumos e no final do processo de criação vendiam os animais à empresa, que descontava os insumos adiantados.

Integração, segundo o Dicionário Priberam On-Line¹⁶, é um substantivo derivado do latim *integratione*, que significa “ato de integrar, reunir”, ou ainda, “completar, tornar integral”. Com base nesta explicação, poder-se-ia dizer que o significado do termo ‘integração’ dentro do processo de produção avícola seria ‘o ato de produzir conjuntamente’, ou seja, reunir duas ou mais partes para tornar completo o processo de produção, que engloba desde a produção da matéria-prima básica, que é a postura de ovos e o processo de incubação para nascimento dos pintinhos que irão para as propriedades dos avicultores, até a colocação do produto final no mercado e a venda para consumidor.

Entretanto, no que se refere aos objetivos deste trabalho, interessa verificar o sentido da integração numa parte específica deste processo, que é o momento de criação das aves para o abate. É nesta etapa que o termo integração adquire significação própria, enquanto um processo envolvendo agroindústria e famílias de agricultores, voltado para a criação de aves, a partir de um acordo que integra ambas as partes na efetivação deste objetivo.

Este modelo de produção é organizado pela própria agroindústria, de forma sistematizada, para que ela obtenha de modo organizado e seguro, a matéria-prima que necessita para atender ao mercado consumidor, segundo a quantidade, especificação e qualidade por ele requisitada.

Para Ferreira (2007, p.83)

Este modelo estabelece uma relação contratual sólida entre empresa e integrado (parceiro-criador), possibilitando a inserção deste último no mercado. Neste sistema, a empresa é a proprietária do lote de aves e o integrado, o fiel depositário responsável pelo seu manejo e tratamento. As regras dessa parceria são definidas pelo contrato, que especifica normas técnicas e jurídicas.

Neste sistema, as relações entre empresas e produtores, vale frisar, envolvem a garantia de compra pelas agroindústrias dos animais criados pelos parceiros-criadores. Por outro lado, tal sistema exige dos agricultores integrados, o cumprimento das orientações técnicas, a aquisição das rações, pintos, medicamentos e vacinas das próprias agroindústrias processadoras (ESPÍNDOLA, 1999).

Na definição dos entrevistados, o sistema de integração é

Definição 1:

“Não, eu ia dizê pra ele que é ótimo ser integrado, porque daí tu tem segurança de recebê as coisas, como ração e pintinhos e também garante a venda. [...] como integrado, aí não tem problema! Você recebe [...], depende deles marcá o dia da entrega, mas você nunca fica sem vendê. [...] O compromisso da gente é deixá o galpão arrumado e cuidá desses pintinho[...], nossa função é garantir o bem estar animal, né, eles tem que

¹⁶ Disponível em: http://www.priberam.pt/dlpo/definir_resultados.aspx. Acesso em: 01/05/2008.

ter o ambiente saudável pra sobrevivê. [...] Da parte da empresa, ela fornece os pintinho, alimentação e se compromete em compra [...] recebê de volta. Dá assistência técnica, se precisá de medicamento a gente só comunica e eles vem e traz [...] a gente não paga nada disso. Não, não desconta nada. É muito bom ser integrado” (Homem - Família 15, Comunicação pessoal, 2008).

Definição 2:

“A gente recebe os pintos deles, né? Recebe, cria, cuida, toma todo cuidado. Eles levam a ração pronta, a gente só trata. E daí quando eles têm uma certa idade, daí a gente entrega de novo pra eles” (Mulher - Família 05, Comunicação pessoal, 2008).

Definição 3:

“Na verdade a gente não sabe nem explicar, porque o que a gente faz aqui, [...] o que nós fizêmo aqui, não dá de explica porque nós nem estudâmo direito. [...] Nós ganhêmo os pinto, ganhêmo a ração e temo que fazê o que eles pedem ainda [...] e nós não soubêmo como é que funciona. A gente só trabalha. A parceria deles é que [...] eles organizam tudo, eles que administram tudo, nós só trabalhâmo. Eu pra te explicá o que é a parceria da [agroindústria], como é que funciona, eu não sei te dizê. Como é que eles fazem o sistema de pagá, essas coisa, nós não soubêmo. A gente não entende o cálculo do peso, de preço [...] eles não explicam isso pra gente” (Homem - Família 13, Comunicação pessoal, 2008).

Definição 4:

A gente diria que a gente trabalha com a técnica, né? Que a gente recebe as orientações da empresa e daí a gente trabalha em cima das orientações técnica deles pra criar os frangos. [...] Da empresa vem os frangos e a ração [...] vem o medicamento também. O resto é a gente que tem que providenciar. [...] e o que vem da empresa é descontado no final. Por exemplo, quando eles vêm entregar ração, vem a nota junto, depois no final quando vai carregar o lote, daí a gente já manda todas essas notas lá pro escritório, né? [...] a nota, com a quantidade de ração que eles consumiram, com a anotação do que sobrou e [...] daí eles fazem o cálculo e vem na nossa conta do banco só o líquido, o que sobrá, né? (Mulher - Família 13, Comunicação pessoal, 2008).

Definição 5:

Nós somos que nem empregados deles, eu acho. A gente vende o frango e não sabe o que vai receber. Eu acho que nem é tanto parceiro, é como se fosse empregado mesmo, é isso que eu penso (Mulher - Família 18, Comunicação pessoal, 2008).

É uma forma de engatar o produtor [...]. Então, se fosse que não fosse integração, quem faria o preço seria nós! (Homem - Família 01, Comunicação pessoal, 2008).

Nota-se a partir das falas dos entrevistados que há cinco tipos de definições sobre o sistema de integração. Na realidade, o diferencial entre as repostas não reside no conteúdo das falas, uma vez que a maioria se assemelha. O fator que levou a diferenciação foi a percepção do sistema enquanto vantagem ou não para os agricultores. A partir desta variável de análise,

percebida somente na etapa de codificação das entrevistas, observa-se o perfil contestatório dos integrados frente ao sistema onde se configuram como parte essencial para a produção.

Observa-se aí, que no primeiro grupo o menor por sinal, encontrou-se uma compreensão bastante positiva do sistema de integração. Para os entrevistados que compõem este grupo, a integração / parceria aparece como uma ‘benesse da empresa para com o integrado’, ou ainda, como uma ‘vantagem’ daqueles que trabalham segundo tal sistema possuem frente aos demais.

Já no segundo grupo, há certa passividade em relação à organização e funcionamento do sistema de integração. Neste grupo os entrevistados simplesmente dizem o que cabe a cada uma das partes envolvidas na parceria, sem, no entanto demonstrar concordância ou discordância da situação.

No terceiro grupo, os entrevistados não se sentem capazes de definir o sistema de integração. Esta situação foi definida como ‘alienação’ e guarda relação com a reflexão já realizada sobre o processo de ‘alienação do trabalho’. Ou seja, embora os entrevistados sejam os protagonistas deste sistema de produção, uma vez que se encontram ligados a ele 24 horas, durante todos os dias do ano, não se sentem habilitados para explicá-lo, pois não compreendem os componentes do mesmo, os quais são de domínio somente da agroindústria.

No quarto grupo, tipificou-se avicultores que possuem certo grau de criticidade na visão em relação ao funcionamento do sistema de integração. Embora não se demonstrem descontentes com o sistema, mostram ter consciência do que cabe às partes parceiras e de como é feito o acerto da produção.

Já no quinto grupo, observou-se uma definição negativa do sistema, a qual relacionamos com uma visão crítica acerca do relacionamento existente entre avicultores e agroindústria. Embora se tenha encontrado um percentual maior deste tipo de olhar em relação ao sistema de integração, infelizmente o percentual de entrevistados deste grupo chega à marca de 13,89%, numa média entre as respostas de homens e mulheres.

Esta tipificação das concepções sobre parceria pode ser observada no gráfico abaixo (Gráfico 02). Nele pode-se perceber que foram definidos seis agrupamentos de respostas, que correspondem a cinco níveis de compreensão em relação ao sistema. Salienta-se que o primeiro grupo, especificado na tabela como ‘não aplicada’, refere-se às entrevistas em que não foi possível aplicar a pergunta, ou às respostas que foram invalidadas durante o tratamento dos dados.

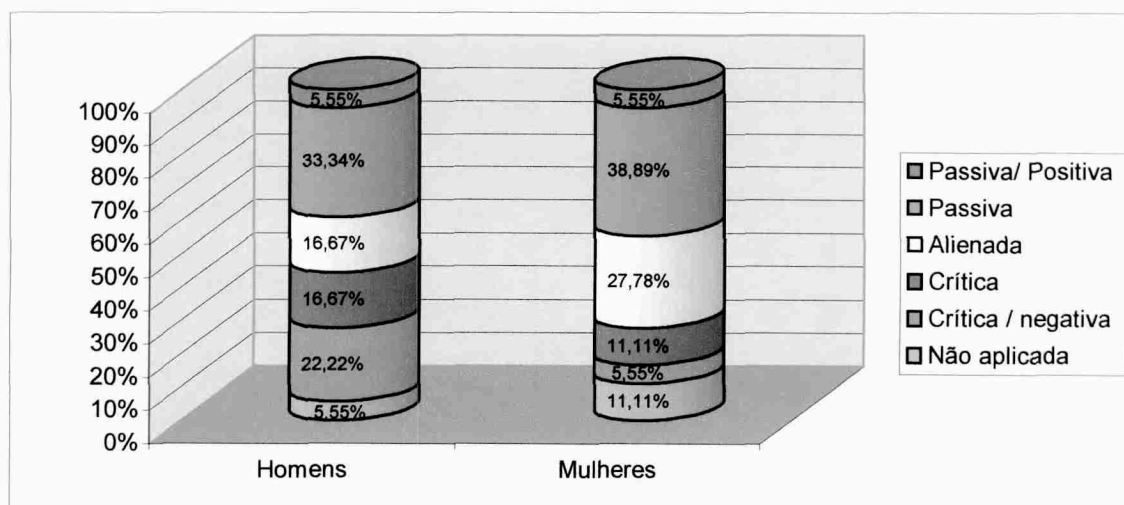


Gráfico 02 - Tipificação da concepção sobre o sistema de integração
 Fonte: Entrevistas realizadas pela pesquisadora, Concórdia (SC), 2008.

Em relação aos cinco níveis de compreensão, as respostas foram assim tipificadas:

- Passiva / positiva, referente à visão ilustrada na definição 1;
- Passiva, referente à definição 2;
- Alienada, referente à definição 3;
- Crítica, referente à definição 4; e
- Crítica / negativa, referente à visão ilustrada na definição 5.

Enfatiza-se que, embora haja uma divisão tênue entre uma e outra concepção / visão sobre o sistema de parceria, pode-se verificar que há bastante diferença em relação à definição 2 (Passiva / positiva) e à definição 5 (Crítica / negativa), as quais encontram-se nas extremidades opostas na tipificação descrita.

Ainda em relação ao Gráfico 02, é interessante observar que há um percentual maior de mulheres que se situam entre as concepções ‘alienada’ (27,78%) e ‘passiva’ (38,89%), do que o percentual de homens nas mesmas faixas de tipificação, os quais na mesma seqüência apresentam 16,67% e 33,34%. O contrário acontece em relação à concepção ‘crítica’ e ‘crítica / negativa’. Comparativamente foram encontrados 11,11% e 5,55% seqüencialmente para as mulheres; e 16,67% e 22,22% para os homens.

Ao refletir sobre os fatores que levaram a estes percentuais, não se conseguiu perceber nenhum fator determinante¹⁷, apenas a partir das informações resultantes do estudo realizado até este capítulo do trabalho, o que indica a necessidade de cruzar posteriormente esta informação com aquelas que serão apresentadas já no quarto capítulo. Para o momento,

¹⁷ No entanto, levanta-se alguns indicativos, dentre os quais estaria os traços herdados da cultura patriarcal e conservadora italiana, dado que a maioria dos entrevistados possuem esta descendência.

apresenta-se a Tabela 03 em que aparecem, em números relativos, as tipificações das concepções de avicultores e avicultoras sobre o sistema de integração, sem a distinção de sexo.

Tabela 03 - Tipificação da concepção sobre o sistema de integração

	Homens (%)		Mulheres (%)		Total (%)
Crítica / negativa	4	22,22	1	5,55	13,89
Crítica	3	16,67	2	11,11	13,89
Alienada	3	16,67	5	27,78	22,23
Passiva	6	33,34	7	38,89	36,11
Passiva/ Positiva	1	5,55	1	5,55	5,55
Não aplicada	1	5,55	2	11,11	8,33
Totalização	18	100	18	100	100

Fonte: Entrevistas realizadas pela pesquisadora, Concórdia (SC), 2008.

Destarte, percebe-se que o sistema de integração consolidado no município de Concórdia corrobora o que vários estudiosos deste sistema indicavam. Neste sentido, Ferreira (2007, p.83) sintetiza o que a maioria dos entrevistados informou da seguinte forma

À empresa integradora cabe fornecer os pintos de um dia, ração, vacinas, medicamentos, desinfetantes e assistência técnica (veterinários e técnicos agrícolas). Já o papel do integrado na parceria é fornecer a infra-estrutura, água de boa qualidade, aquecimento adequado (lenha, gás ou diesel), mão-de-obra para cuidar do aviário e para carga e descarga (pintos e aves). O integrado também deve permitir o livre acesso dos técnicos e veterinários da empresa às unidades de produção, e seguir às recomendações técnicas que visam obter a melhor produtividade dos lotes de aves.

Outrossim, de acordo a mesma autora, “a remuneração do parceiro-criador pode ser feita de diversas maneiras, de acordo com cada empresa. A maioria se baseia em índices de produtividade como conversão alimentar, ganho médio diário e índice de eficiência produtiva” (FERREIRA, 2007, p.83).

Já partindo para a finalização desta sessão, é importante esclarecer que a implantação e posterior consolidação do sistema de integração está inserida dentro da lógica da modernização da agricultura brasileira, iniciada em meados da década de ‘30 e intensificada a partir da década de ‘70, quando a avicultura vive seu auge produtivo. Mais recentemente, o sistema de produção agrícola passou por um processo de inovação tecnológica, que está diretamente relacionado à reestruturação produtiva que ocorreu em todo mundo e que propiciou o surgimento de “novas relações de produção e a dissolução da estrutura produtiva

rural auto-suficiente, mediante a utilização de métodos, técnicas, equipamentos e insumos modernos” (ESPÍNDOLA, 1997, p.95).

Observa-se, a partir dos dados bibliográficos levantados e dos relatos dos avicultores que este sistema oferece muitas vantagens a mais para a agroindústria, do que para os próprios avicultores integrados, já que garante à primeira “o fornecimento regular, uniforme e a preços relativamente baixos de matéria-prima com maior qualidade”, conforme já afirmava o Centro de Assistência Gerencial à Pequena e Média Empresa de Santa Catarina (CEAG/SC) em 1978 e que foi corroborado por Espíndola (1997, p.96).

Já para os avicultores a maior vantagem, realmente, é a garantia do escoamento da produção mesmo em tempos de crise do setor. Porém este é um dos elementos do acordo de parceria que tem dupla face para o trabalhador, pois não podendo ele vender sua produção no mercado livre para outra agroindústria a não ser aquela com quem firmou a parceria, fica sujeito ao preço definido pela agroindústria, como bem definiu o avicultor da ‘Família 01’: “*é uma forma de engatar o produtor [...]*”.

O fato de a agroindústria deter o monopólio do ‘preço’ pago pelo produto do avicultor, faz com que o valor pago à ele seja algo instável, indefinido e inseguro, de lote a lote que ele produz. Compreende-se que isto denota mais um elemento que permite relacionar este tipo de produção com a categoria risco, já definida anteriormente.

Por conseguinte, confirma-se o que Wilkinson, já afirmava em 1986 e que Espíndola resgatou em 1997, que há um processo de subordinação crescente do campesinato ao capital, o qual diferem entre as diferentes regiões do país, entre os diferentes países e entre os diversos setores de produção agrícola, no que se refere à forma e ao grau de intensidade dessa subordinação. Porém, de modo geral, pode-se afirmar que existem três conjuntos de questões sobre a intensidade e a forma de subordinação do pequeno produtor ao capital, as quais são

- 1) a pequena produção familiar acaba tornando-se um apêndice do capital à medida que se capitaliza; 2) ela se subordina ao capital através da transferência da renda da terra ao capital industrial e financeiro; 3) subordina-se formalmente ao capital, pois o mesmo não expropria completamente o camponês de seus meios de produção, porém domina o processo produtivo. (WILKINSON, 1986 *apud* Espíndola, 1997, p.98)

Logo, apesar da relativa ‘autonomia’ que o camponês possui em relação ao seu trabalho e sua produção, idéia esta que é significativamente defendida por diversos autores, alerta-se para o fato de que a crescente submissão do mesmo ao capital, conforme as reflexões de Wilkinson, (1986) poderia ocasionar o fim da Agricultura Familiar. Por outro lado, sendo prudente com a reflexão deste autor, prefere-se aqui apostar que há possibilidade de resgatar a

autonomia das agricultoras e agricultores familiares através de ações, atitudes e reflexões, a começar pelo incentivo à transmissão dos conhecimentos das técnicas tradicionais de cultivo da terra de geração em geração, à reafirmação dos aspectos culturais, ao cultivo e reprodução de sementes crioulas, entre outros elementos que colaborariam para a construção de uma nova forma de organização do modo de produção.

3.7 O sindicato e a avicultura: ajustando o foco das lentes

Nesta sessão procurar-se-á situar a atuação do Sindicato local frente às demandas dos Trabalhadores Rurais da Avicultura, fazendo uma síntese dos pontos críticos desta relação, sindicato-avicultor e questionando o papel do primeiro como órgão de defesa dos direitos da categoria, principalmente no dado período da reestruturação produtiva deflagrada a partir dos anos 90, que afetou a atividade trazendo inúmeros efeitos para as famílias de avicultores.

Diante do fato, que já fora contextualizada a atividade, tanto no que tange aos aspectos históricos, como no que refere a situação atual, apenas serão apresentados alguns parágrafos para demarcar o surgimento do sindicalismo rural no Brasil e depois partir-se-á para a resolução do objetivo proposto para a sessão, tendo como fonte de dados a entrevista grupal realizada com o atual dirigente sindical no município de Concórdia e com dois avicultores, os quais exercem liderança frente à Associação de Avicultores do município.

3.7.1 O Sindicalismo no Brasil

Nas palavras de Márcio de Almeida Farias (2003, p. 3), “ao contrário do que ocorreu na Europa, onde as entidades sindicais começaram a surgir e se organizar a partir da Revolução Industrial”, no Brasil o sindicalismo somente inicia sua vida no cenário público em fins do século XIX e início do século XX, quando os trabalhadores passaram a se reunir em associações para a defesa de seus interesses profissionais.

Já desde seu surgimento, o sindicalismo no Brasil guardava forte relação com o Estado devido a forma corporativa e atrelada pela qual surgiu. Com o passar das primeiras décadas de

criação, adentra-se num período com tentativas de desligamento do Estado e exercício de um sindicalismo mais livre, envolvido com luta de classes e comprometido com a defesa dos direitos dos trabalhadores, o qual é interrompido pelo regime ditatorial instalado de 1964 até meados da década de 1980.

Isto é confirmado por Farias (2003, p. 04) que afirma que “com o Decreto nº 19.770 de 19 de março de 1931, tivemos a implantação de um modelo de organização sindical de caráter corporativista, no qual o Estado passou a sujeitar os sindicatos, retirando sua autonomia e trazendo, também, a regra do sindicato único”. Posteriormente, as Constituições de 1967 e de 1969 não modificaram o caráter corporativista e somente a partir de 1978, com o processo de abertura democrática, que foi possível vislumbrar mudanças na estrutura sindical.

A partir de 1978, na região do ABC Paulista, começa-se a experimentar um ‘novo sindicalismo’, o qual tem como umas das lideranças centrais o metalúrgico Luís Inácio Lula da Silva, que participa inclusive da fundação do Partido dos Trabalhadores, tornando-se rapidamente uma liderança partidária e sendo eleito no ano de 2002 para assumir a presidência da República e reeleito em 2006 para o mesmo cargo político.

É importante considerar que foi somente a partir da Constituição Federal de 1988, considerada democrática e humanista, que as organizações sindicais passaram a gozar de liberdade e autonomia, caracterizando-se conforme o mesmo autor como “uma associação de pessoas físicas ou jurídicas voltada exclusivamente para a defesa de interesses profissionais e econômicos” (FARIAS, 2003, p.6).

Destarte, o sindicato passa a ter como finalidade principal a defesa exclusiva dos interesses da classe trabalhadora (interesses profissionais), quando o sindicato for de trabalhadores e a defesa dos interesses econômicos da classe proprietária, quando for patronal.

3.7.2 O sindicalismo rural

Nesta dinâmica de surgimento dos sindicatos no Brasil, foram criados os sindicatos de trabalhadores rurais, os quais tinham por objetivo a regulamentação das condições de trabalho no campo.

Segundo Rosa (2004, p. 475)

[...] nos primeiros anos da década de 1960, pressões dos partidos políticos, de setores da Igreja Católica e das organizações sindicais que começam a se

formar, propiciaram condições favoráveis à regulamentação da atividade sindical no campo em todo o país. A partir de então, o número de sindicatos aumentou significativamente.

As lutas por direitos foram sendo ampliadas no mesmo momento em que se percebeu a retirada gradativa das Ligas Camponesas do cenário político. Assim, ocorria o fortalecimento do sindicalismo rural, pela primeira vez de forma desvincilhada do Estado e da Igreja.

Entretanto, conforme aponta Rosa (2004, p.476)

[...] em 1963 criou-se, sob a chancela do governo federal, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG – que seria o único órgão nacional de representação dos trabalhadores rurais, ao qual estariam filiadas as federações estaduais, que, por sua vez, congregariam os sindicatos municipais, numa estrutura piramidal que continuaria manter certa ligação com o Estado.

Embora ainda durante a década de '70 tenham acontecido experiências significativas na organização sindical brasileira, voltadas para a luta pela democracia, reforma agrária e defesa e ampliação dos direitos dos trabalhadores rurais, foi somente na década de '80, com a reabertura política que o movimento sindical rural ressurgiu no cenário nacional, protagonizando com vários outros sujeitos coletivos a luta pela democratização do país e pela promulgação da 'nova Constituição', a qual assegurasse os direitos trabalhistas e previdenciários dos trabalhadores rurais.

Neste período consolidaram-se como principais instrumentos de luta as greves e as campanhas salariais, inclusive no sindicalismo rural, o qual trazia como especificidade a realização de marchas camponesas, acampamentos e manifestações públicas em espaços estratégicos para sua visibilidade frente às diversas instâncias do poder público.

Da mesma forma, durante a década de '80, já adentrando em meados de '90 que começam a ser articuladas as lutas coletivas pelos direitos da classe trabalhadora, com a criação dos "coletivos sindicais" em várias regiões e municípios do Brasil, os quais se organizavam conjuntamente em datas fortes para os trabalhadores, a fim de pressionar politicamente a classe proprietária e o próprio Estado.

3.7.3 O sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Concórdia

No município de Concórdia, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) foi fundado em 25 de abril de 1970, quase uma década após ter iniciado a primeira experiência de

avicultura. Logo, sabe-se de antemão que não havia organização, nem atuação sindical nos primeiros anos do desenvolvimento da avicultura em Concórdia. Outrossim, o que existia era a 'associação rural', que inclusive foi uma das protagonistas na experiência pioneira de desenvolvimento do Sistema de Integração juntamente com a prefeitura e com a agroindústria Sadia, conforme já citado.

Durante as três décadas que seguiram a sua criação, a atuação do STR na região de Concórdia foi bastante significativa, estando diretamente ligada à luta pelos direitos dos trabalhadores rurais no que se refere ao registro profissional, à aposentadoria, aos demais direitos de seguridade vigentes em cada período, entre outros.

Nas décadas de '80 e '90 principalmente, destacou-se publicamente por posicionar-se politicamente contrário à construção da Usina Hidrelétrica de Itá (SC), localizada no Rio Uruguai, na divisa entre os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Esta usina era a primeira grande obra hidrelétrica construída na região, sendo que o lago formado pela represa da mesma atingiria vários municípios catarinenses e gaúchos da região do Alto Uruguai, fazendo com que houvesse uma nova configuração geográfica e organização política das localidades rurais dos municípios atingidos.

Com a construção da usina hidrelétrica, várias famílias agricultoras da região deveriam ser re-localadas para outras localidades e até outros municípios, o que acabaria por extinguir comunidades inteiras, desagradando principalmente as próprias famílias agricultoras. Tendo em vista seus objetivos de atuação, marcados pela defesa dos interesses de seus sindicalizados e da própria agricultura, o STR passou a ter visibilidade pública em toda micro-região de Concórdia, colocando-se ao lado dos agricultores do município e dando apoio ao Movimento de Atingidos por Barragens (MAB), fundado naquela ocasião e que se disseminou rapidamente por toda região, contando com o apoio sindical e se configurando como movimento camponês de luta pelos direitos a terra e ao convívio social com manutenção dos laços culturais da população ribeirinha ao Rio Uruguai.

De forma coordenada com a conjuntura nacional, vivia-se o período de efervescência dos movimentos sociais, das organizações populares, dos partidos políticos e, como já citado, do movimento sindical. Todos estes atores estavam presentes no cenário 'concordiense' de lutas e no que tange ao movimento sindical, surgia neste período, a experiência do 'coletivo sindical', a qual permaneceu durante muitos anos no cenário político como frente de defesa dos direitos dos trabalhadores.

Como resultado desta movimentação política, assistiu-se nos anos que se seguiram o ingresso de muitas lideranças sindicais no campo da política partidária, estando ligados

majoritariamente ao Partido dos Trabalhadores. Neste sentido o STR teve forte influência na eleição de vários de seus dirigentes para cargos de vereadores, chegando muitas delas a ocupar várias cadeiras nas secretarias municipais de políticas de governo, principalmente a partir do ano de 2001 quando o Partido dos Trabalhadores assumiu o governo municipal.

Neste último período, já no ano de 2006, há de se considerar que o STR sofreu uma grande transformação em sua estrutura sindical, tendo sido extinto enquanto ‘Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Concórdia’ e ressurgindo como Sindicato da Agricultura Familiar (SINTRAF), conforme relata o dirigente sindical: “[...] e em maio de 2006 foi criado o SINTRAF, que é o Sindicato da Agricultura Familiar. Mas o Sindicato da Agricultura Familiar é uma fusão dos STR’s, que têm mais de 37 anos em Santa Catarina” (Líder sindical, Comunicação pessoal, 2008).

Paradoxalmente, esta fusão parece ter provocado uma espécie de cisão entre a forma de atuação sindical rural das décadas anteriores e o período atual. Isto fica explícito na entrevista com o dirigente atual, quando o mesmo ao ser questionado sobre alguns dados históricos do sindicalismo na região, precisa encaminhar a pergunta para os próprios agricultores presentes durante a entrevista responderem. Esta situação fez com que houvesse dificuldades em reconstituir os principais dados da relação do sindicato com os avicultores e também com a agroindústria nas primeiras décadas do surgimento do movimento sindical no município.

Não obstante a existência desta dificuldade, foi possível perceber que a relação do sindicato com o agricultores que trabalham especificamente com a atividade da avicultura sempre foi distante, quando não foi ausente. É o que relata o avicultor 1, presente na entrevista

[...] Não, não tinha. Vai fazê mais de trinta e cinco anos que eu sou integrado e nunca houve relação do sindicato com a empresa. Até teve um início de organização, só que foi bem depois de já existir o sindicato aqui [...] e na verdade essa organização não tinha a ver com o sindicato. Daí este grupo que tava no início logo caiu. Então tinha um grupo de avicultores que fazia reuniões e que tava tentando negociá (com a agroindústria), só que no meio deles tinha ‘os cara’ que iam meio que informá a empresa antes deste grupo apresenta a proposta, por isso caiu, não conseguiu vencer os domínio da agroindústria (Avicultor 01, Comunicação pessoal, 2008).

Para confirmar a informação dada pelo avicultor, o dirigente sindical afirma que

A empresa nunca aceitou. Nunca aceitou o sindicato participar de nenhuma negociação. Inclusive eu lembro do Sr. Félix¹⁸ dizendo, que principalmente era a figura dele que dificultava as negociações, porque eles meio que

¹⁸ Nome fictício para identificar um dos primeiros dirigentes sindicais que atuou junto ao STR desde o seu surgimento em 1970, até a sua extinção em 2006.

diziam: 'não, nós não queremos o Félix, não queremos negociar com o Félix'. Daí a idéia na época a idéia foi tentar montar um grupo por fora do sindicato, pra iniciar um processo de negociação com a empresa, porque daí eles até aceitavam (Liderança Sindical, Comunicação pessoal, 2008).

Passados alguns anos desde estas primeiras investidas em abrir canal de comunicação, mais recentemente teriam ocorrido novas tentativas de fazer a interlocução entre agroindústria e avicultores, as quais novamente foram frustradas, pois, conforme informações do atual dirigente em entrevista, “a direção da agroindústria não quer negociar e nem receber nenhuma liderança dos avicultores, muito menos sindical”.

Constatada esta situação, passou-se a buscar dados que permitissem compreender como era a relação do sindicato diretamente com o avicultor, uma vez que, como já citado, uma das funções sindicais é o acompanhamento social e político-organizativo dos sindicalizados na defesa dos interesses da categoria, principalmente no que se refere a garantia de efetivação dos direitos.

Tendo adentrado neste terreno, constatou-se a existência de uma questão bem mais profunda, a qual é relativa à própria identidade camponesa. Esta questão refere-se ao fato que o indivíduo que trabalha é somente aquele desprovido de propriedade. Seria justamente por ser desprovido de propriedade, que ele necessita ser defendido para que a exploração pela qual passa não o faça desaparecer de vez do âmbito da sociedade.

Neste sentido, os avicultores não estavam dentro do grupo dos agricultores que tinham necessidades a constar na pauta das lutas sindicais, mesmo sendo eles sindicalizados. Esta situação acaba por isentar o próprio sindicato do compromisso de defesa da classe trabalhadora e cria, concretamente, dentro da própria classe uma cisão entre àqueles que são mais explorados e àqueles que são um pouco menos. Para ilustrar o fato, resgata-se um trecho da entrevista com o dirigente sindical, onde ele justifica porque não havia necessidade de uma relação entre avicultores e sindicato. Segundo ele

O sindicato, ele, [...] as coisas que andam bem, que as pessoas vão bem financeiramente, sem muitos problemas, geralmente as pessoas não são tanto sindicalizadas, porque julgam não precisar e [...] e também se percebe que têm baixa participação. Então a avicultura, uma vez no passado [...] as pessoas mais bem de vida no município eram os avicultores. Os avicultores eram muito bem pagos, andavam com carro do ano, com filhos na faculdade. Isso era o padrão da avicultura: uma classe média. [...] Então, o que eu digo, é que a relação era a de que [...] nós não precisávamos fazer luta, [...] disputa de interesses, porque não era necessário. As coisas se davam entre empresa e avicultor e a remuneração era muito boa, na época. Então isto começou a debandar depois, eu acredito começou a decair dos anos 90 com a reabertura do Brasil, que daí você entra na questão de, de [...] (Liderança Sindical, Comunicação pessoal, 2008).

Esta mesma lógica diz que todo indivíduo que é proprietário, não vive da riqueza produzida através de sua própria força de trabalho, mas sim da expropriação da riqueza produzida pela força de trabalho alheia. Segundo este raciocínio, o qual encontra linha de fundamentação em Marx, observa-se que o agricultor, ou melhor, a classe camponesa não teria lugar na organização social, mas sim estaria situada numa espécie de ‘vácuo’ societal, ficando isolada da organização do restante da sociedade capitalista, simplesmente por não ser nem classe trabalhadora (somente) e nem classe proprietária, já que não vive da exploração de outrem.

Neste sentido e tendo em vista que um dos objetivos propostos para esta sessão é apontar os pontos críticos percebidos na relação entre sindicato e avicultores, almeja-se provocar a reflexão dos leitores sobre a questão da inclusão e exclusão das famílias de avicultores na sociedade de forma geral. Esta condição os coloca numa situação de invisibilidade da exploração de trabalho vivida cotidianamente e faz com que o próprio grupo de avicultores inseridos na categoria de trabalhadores da agricultura familiar, percam a identidade de classe trabalhadora, dificultando a coesão social necessária para encampar lutas de classe pela defesa de seus direitos e de seus interesses.

Não obstante a isto, caso seja considerado que a partir da década de ‘90 houve a instalação de um intenso processo de defasagem de renda da avicultura, associada ao aumento da exploração das condições de trabalho, tendo em vista a introdução massiva de equipamentos tecnológicos, poder-se-ia afirmar que sob tais condições haveria a necessidade premente de atuação do sindicato na defesa de um grupo de trabalhadores, cuja exploração está sendo intensificada.

No entanto, ao ser novamente instigado a falar sobre a existência de uma relação entre sindicato e agroindústria na perspectiva da defesa dos direitos destes trabalhadores, o dirigente sindical novamente encontra forma de se desvencilhar da responsabilidade na defesa dos interesses da categoria e assim responde

Hoje eu vejo [...] é importante deixar até registrado sobre esta relação, que do total dos avicultores existia uma porcentagem X que eram associados nossos, que por alguma ou outra necessidade estavam dentro do sindicato. Mas a tendência, pelo padrão de vida da avicultura da época, era que muitos deles, ou a grande maioria fosse só do sindicato patronal, porque o sindicato patronal dá um certo status de grande produtor [...] eu grande produtor, eu não sou dos pobre, eu sou do sindicato dos ricos. Então tinha um pouco esta relação e hoje isto aqui vem mudando. [...] Então existe um pouco esta questão de não saber certo quem são os associados nossos e os associados deles. Não se deu importância a isso, principalmente o outro sindicato, porque eles associavam todas as pessoas que fossem lá.[...] E agora então, a relação, a gente percebe que pela agricultura familiar

agregar muitas atividades não só a agricultura, a gente tem muitos associados dentro do quadro social do sindicato, então o sindicato não conseguia e nem consegue hoje estabelecer relação com a agroindústria. Então, mesmo hoje, não tem nenhuma forma de relação. Nós, do sindicato não temos nenhum tipo de relacionamento. A nossa forma de relação [...] nós estamos apostando numa estratégia que é o que, novamente apoiar a associação e fazer por uma via secundária esta relação, mas ainda é uma proposta que existe aí [...] nós ainda estamos discutindo[...] (Liderança Sindical, Comunicação pessoal, 2008).

Tendo em vista que as organizações sindicais têm a função do acompanhamento social dos sindicalizados, passou-se a discutir sobre como é realizado tal acompanhamento diante das circunstâncias atuais dos avicultores. Em relação a isto, percebeu-se que, no que se refere a esta dimensão do atendimento sindical, os avicultores são incorporados ao grupo maior dos ‘trabalhadores na agricultura familiar’. Assim, nas palavras do dirigente sindical o sindicato

[...] Oferece todos os serviços iguais a todos os demais associados. Normalmente, que ele oferece orientação jurídica através de nossos advogados, todos os problemas que ele tiver e que quiser nos apresentar a gente busca uma assessoria e vai atrás para ajudar. Nós estamos apoiando a associação pra criar um vínculo mais direto, mais específico, uma luta mais específica desta categoria, não desta categoria, mas deste grupo de produtores [...] porque a nossa categoria é a agricultura familiar, mas uma luta específica da avicultura, assim como nós temos alguma coisa específica em relação à questão dos pescadores e dos produtores de leite. E a idéia nossa é avançar pra criar um ‘coletivo de avicultura’ dentro da articulação regional do sindicato, não somente em Concórdia, mas em todo regional, porque os problemas são os mesmos em todo Alto Uruguai. Então a nossa idéia é criar um coletivo com as lutas específicas e a partir daí criar as pautas e aí através da associação a gente ir pra linha de frente, não como sindicato, mas como associação (Liderança Sindical, Comunicação pessoal, 2008).

Já em relação aos tipos de políticas executadas pelo SINTRAF para atender as demandas dos seus sindicalizados, foi identificado que na área da saúde as famílias agricultoras podem ser atendidas através de uma parceria entre Estado e sindicato, onde o primeiro, cumprindo seu papel de promotor e financiador de políticas sociais, disponibiliza equipe profissional e material para o atendimento, já o segundo disponibiliza a própria infraestrutura física, a qual foi construída com verbas também públicas, originadas da contribuição sindical de seus associados.

Cabe salientar que este atendimento nem sempre foi prestado a partir da parceria com o Estado. Até os primeiros anos do novo milênio o SINTRAF, na época ainda STR, arcava totalmente com os gastos para prestação deste tipo de serviço. Neste sentido, observa-se que as mudanças que ocorrem por volta do ano de 2006, não foram apenas de cunho de denominação e/ou identificação do sindicato, outrossim, trouxeram modificações substantivas

para o funcionamento sindical, a partir de uma nova compreensão sobre a relação deste para com o Estado brasileiro. Neste sentido, a mudança no atendimento de serviços de saúde só pode ser compreendida como parte do conjunto de transformações pelo qual passou o movimento sindical rural recentemente, que assim é explicado pelo dirigente sindical

Na área da saúde, o atendimento que nós temos que é de médico e de dentista, ele não é um recurso totalmente do sindicato. Antigamente os sindicatos foram criados para fazer atendimento médico, cobrar imposto e fazer assistencialismo. Nós mudamos no processo que nós chamamos de um novo sindicalismo da FETRAF, a nossa idéia é de não fazer do sindicato um órgão assistencial, mas também ter serviços assistenciais. Por isto nós fizemos parcerias, nós colocamos o prédio e aquilo que é de direito nosso que é lutar para que a prefeitura, o poder público nos dê o médico, os auxiliares, os equipamentos, tudo através do poder público. Então nós temos médico e dentista, mas isto não é do sindicato. O que é do sindicato? O prédio, a sala, a luz, a água e o telefone (Liderança Sindical, Comunicação pessoal, 2008).

Refletido este aspecto, é interessante apresentar os demais serviços com os quais as famílias agricultoras podem contar no que se refere ao sindicato. Conforme o dirigente sindical, em relação à documentação de identificação profissional do agricultor e da agricultora, o sindicato encaminha a confecção da carteira de sindicalizado a qual possibilita comprovar a atividade junto à previdência social para fins de recebimento de benefícios, além disto

[...] a gente tem a assessoria no momento do encaminhamento da aposentadoria, assessoria no momento de encaminhamento de acidente de trabalho ou auxílio doença, temos algumas políticas públicas que são executadas através do sindicato que é a 'habitação rural' e o acesso ao financiamento do 'crédito fundiário' (Liderança Sindical, Comunicação pessoal, 2008).

Segundo o dirigente estes encaminhamentos são feitos por “*uma funcionária, no caso, uma secretária de nível médio e [...] também por dirigentes*” que auxiliam nestas tarefas quando há significativa demanda. Esta equipe, por assim dizer, encarregada de tais encaminhamentos, não possuem qualificação específica em nível técnico ou superior nas áreas previdenciária, de saúde, habitacional, “*a não ser nos cursos que a gente fez no decorrer do tempo no INSS¹⁹. Então o atendimento é feito baseado nos cursos que o INSS providenciou, outros cursos que a gente fez, assessoria com os advogados, mas formação específica não, a não ser assim, os cursos do INSS*”.

No que se refere às principais demandas e problemas que os agricultores estão vivendo, o sindicalista indica

¹⁹ Instituto Nacional de Seguridade Social

Doenças. Doenças da categoria, como por exemplo, intoxicações por trabalho insalubre, contato com a amônia da fermentação. Nós tivemos vários acidentes de trabalho por choques elétricos, inclusive ocasionando duas mortes, então dois acidentes fatais por choques elétricos nos últimos três anos. Frequentemente nós temos notificação de problemas de coluna ocasionados por trabalhos agachados, coluna e ombros [...] isso na área da saúde, né? Já em outras áreas observamos que a descapitalização da agricultura familiar, associado ao endividamento em longo prazo está se tornando um problema grave para a categoria. [...] Então eu acho assim que um dos problemas é a desinformação. Tem muitos avicultores entrando no barco sem informação, sem procurar informação do sindicato, simplesmente o técnico agrícola passa na comunidade e oferta pra ele e ele desinformado entra no financiamento. Por outro lado, acho que temos problemas na área da habitação também, pois observamos que temos agricultores que possuem aviários ou outras instalações bonitas, com investimentos em equipamentos tecnológicos, mas estão com a casa caindo [...] (Liderança Sindical, Comunicação pessoal, 2008).

A partir do relato do dirigente sindical, percebe-se a existência de uma leitura, ao menos, equivocada da situação dos avicultores por parte deste dirigente, que poderia ter como possível causa o próprio distanciamento entre o sindicato e as famílias sindicalizadas. Chama-se atenção para as palavras do sindicalista ao indicar que existem agricultores que investem nos aviários, mas não numa habitação familiar adequada, o que demonstra que o mesmo desconhece e/ou desconsidera o fato da exigência que a agroindústria faz ao integrado da avicultura de investimentos constantes em equipamentos tecnológicos, sob pena de encerramento da parceria. Apresenta-se a fala da avicultora da família 14 que ilustra de forma significativa a esta situação, dizendo: “[...] Então eles cobram da gente [...] cobram bastante! Se for olhar tudo o que eles querem, os frangos têm uma vida melhor do que a da casa da gente!”.

Não se quer com isto, apenas problematizar uma leitura possivelmente equivocada por parte de um agente social. Outrossim, pretende-se a partir disto chamar a atenção para o fato de que até mesmo o Serviço Social pode incorrer em leituras equivocadas da realidade, se de fato não se aproximar realmente do objeto de sua intervenção. É somente a partir da relação direta com o público usuário, que sindicalistas ou profissionais do Serviço Social, poderão elaborar estratégias de atuação condizentes com as necessidades e demandas concretas dos usuários de seus serviços.

Por outro lado, para se ter uma atuação eficaz em relação aos avicultores, por exemplo, é imprescindível conhecer e compreender quais são e como podem ser efetivados os direitos destes avicultores. No que se refere a este ponto, percebeu-se que o dirigente sindical sinaliza possuir um olhar crítico em relação à atual situação de precarização pela qual passam as famílias avicultoras, no que se refere ao trabalho e a renda familiar. Segundo ele

[...] todo agricultor tem direito em receber uma renda justa pelo trabalho que faz. Eu acho que este é o principal direito não atendido dos avicultores. Eu acho que este é o direito que eles perderam, porque eles tinham uma renda justa, até 1990, 1988, por aí, e eles tinham, porque os avicultores eram “os avicultores”. [...] É, onde tinha um aviário era considerado “a propriedade”, onde tinha um aviário você notava de longe as condições de vida daquela família. Eu vejo que o principal problema da avicultura é que o sistema trabalhado é o sistema de verticalização, que é o sistema de parceria. Na verticalização a empresa tem um poder muito grande e que vai da empresa individualmente com o avicultor, ou seja, ela é dona da ração, ela é dona dos pintos e ela faz o preço. Você é o dono da tua mão de obra e dos custos (Liderança Sindical, Comunicação pessoal, 2008).

Continuando esta reflexão, ao ser indagado sobre a violação do direito de uma ‘renda justa pelo seu trabalho’, o sindicalista responde que

No nosso entender, claro que existe. Mas nós temos alguns entraves nesta relação, neste negócio. Porque? Porque existe um contrato entre o avicultor e a empresa, assinado e registrado, e que tudo que está previsto aí, é injusto, mas tem um contrato feito. Então o que nós estamos iniciando, que é uma luta justa nossa, é entrar neste processo das parcerias, que é uma meta da nossa federação e fortalecer as associações de avicultores, pra que nós possamos através do judiciário, começar a intervir com ações jurídicas em cima destes contratos. Nós vamos ter que fazer isto. Procurar a promotoria, procurar alguma forma justa nesta questão da produção porque [...]. E a estratégia da parceria também é o seguinte: a concentração da propriedade, porque a estratégia da empresa prevê a concentração. É um número pequeno de avicultores, não são mais 3.000, agora são apenas 500 no Alto Uruguai Catarinense. E assim, a capacidade de mobilização é muito pequeno. Eles não tem condições de sair da propriedade pra tirar dois dias e ficar na estrada pra fazer uma mobilização.[...] Porque a categoria da agricultura familiar ela é forte, agora a categoria dos avicultores, não [...] E é justamente esta a estratégia da empresa, dividir a categoria da agricultura e deixar os avicultores se organizar, porque assim eles vão ficar num grupo fraco e pequeno, e a aposta das empresas é justamente isto. Então esta é uma das críticas que eu tenho muitas vezes em relação com a organização única e exclusiva dos avicultores por si só. Então entendo que eles têm que entrar dentro da organização da agricultura familiar, porque daí a gente vai fazer as pautas coletivas (Liderança Sindical, Comunicação pessoal, 2008).

Enfim, a partir da contextualização do movimento sindical rural no município de Concórdia e da apresentação dos principais pontos críticos da relação do órgão da categoria, com os próprios sindicalizados, espera-se demonstrar que na realidade, as famílias avicultoras encontram-se perdidas dentro do extrato social, uma vez que se passa por um período de forte descapitalização, que as retira do patamar de indivíduos abastados e os coloca no patamar de ‘explorados’. Compreende-se que isto acontece sem que a sociedade e todos aqueles em cuja atenção lhes devia ser prestada, percebam que, independente do poder aquisitivo, eles sempre foram e continuarão a ser - até que as circunstâncias o permitirem - trabalhadores da agricultura familiar, ou seja, pertencentes a esta categoria de trabalhadores sociais, cujos

direitos de cidadania são comuns a todos demais indivíduos, sejam outros trabalhadores, sejam proprietários.

Além disto, aponta-se que a relação entre agroindústria e avicultores integrados sempre aconteceu de forma hierárquica, ou “*verticalizada*” conforme identificação do próprio sindicalista, fato este que denota existir relação de subalternidade e dominação.

Assim, o fato de já ter recebido, em outro período histórico, maior reconhecimento pela atividade e um pagamento mais elevado pelo seu trabalho dentro do sistema de parceria, não altera a relação de subalternidade e dominação sempre existente. Igualmente, talvez tenha velado a existência desde o princípio da implantação do ‘sistema de parceria avícola’, de uma exploração de classe por parte daqueles que, considera-se aqui, sejam verdadeiramente a classe proprietária – os donos da agroindústria – sobre aqueles de quem se expropriava indevidamente a riqueza produzida pelo seu trabalho.

Portanto, ao apontar esta situação, entende-se chamar atenção para o fato que tanto quanto há 38 anos atrás, época em que surgiu o Sindicato dos trabalhadores Rurais no Município, hoje também é imprescindível que o sindicato e os demais agentes sociais e políticos, tais como o próprio Serviço Social, cumpram seu papel de conscientizar e politizar a classe de trabalhadores, para que ela própria seja protagonista na defesa de seus direitos e interesses, colaborando de forma significativa para a transformação societária almejada.

4 A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E AS DEMANDAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS

*Ela desperta antes de clarear o dia,
Acende o fogo, tira o leite pro café
Atende os filhos ajuda a tratar os bichos
Tudo ela faz com muito amor e muita fé
Vai pra roça, ao meio dia faz o almoço
Lava os pratos enquanto o pessoal sesteia
Limpa a cozinha, amassa o pão, estende a roupa
A sua vida de serviço é sempre cheia*

Música Nativista
Antônio Gringo / Grupo Quatro ventos

4.1 Mulheres, homens e suas famílias: a trama da vida no campo

Tal como apresentado no primeiro capítulo, na sessão em que foi abordada a configuração humana da região oeste, os sujeitos deste estudo são homens e mulheres camponeses, que trabalham em sistema de agricultura familiar, tendo todos eles em comum o desenvolvimento da atividade na avicultura. A partir desta identificação, abre-se uma trama de características que vão conformando a identidade das famílias entrevistadas.

Cada elemento desta trama é importante na conformação do modo de vida no campo: os filhos, a família, as relações de vizinhança e parentesco, a descendência e os traços culturais, as atividades desenvolvidas na propriedade, a participação em grupos e a vida social, além dos sonhos e perspectivas para o futuro.

Muitos destes elementos foram passíveis de identificação, outros ficaram apenas como indicativos, e outros ainda, o pouco tempo de convívio não deixou desvelar, deixando apenas nuances de um modo de ser avicultor e avicultora nas terras concordienses.

Propõe-se nesta sessão, apresentar os elementos mais gerais desta trama e, dentro do possível, contextualizar àqueles que ficaram impregnados na memória e nos papéis desta pesquisadora como suposições de um modo de vida.

Para cumprir esta intenção, opta-se por primeiramente desvelar desta trama o elemento 'família', o qual assume uma conformação especial em se tratando do modo de vida

camponesa. Poli (2001, p.15), ao tratar sobre o camponês no oeste catarinense, apresenta uma concepção para família camponesa que atende às características encontradas na pesquisa de campo. Segundo ele

A família é a sua unidade básica de posse, produção e consumo, existindo, no camponês, uma unidade indissolúvel entre o empreendimento agrícola e o grupo familiar. Organizada na forma de um trabalhador coletivo, a família camponesa cumpre, no interior da sociedade global, a função de permitir a oferta de produtos agropecuários a preços inferiores que os das empresas capitalistas. Está sempre ligada a uma unidade maior, o bairro rural, o grupo de vizinhança, aldeia ou, simplesmente, “comunidade”, sendo estas (família e aldeia) suas unidades básicas de socialização.

Nas palavras de Poli (2003), fica explícito que a família camponesa vive e se organiza de forma coletiva, grupal, tendo como espaço privilegiado para viver esta coletividade o núcleo familiar. Nele tudo é partilhado, ou melhor, nas palavras de vários entrevistados, tudo é ‘conjunto’, não há divisões ou separações impossíveis de serem quebradas, embora no habitus cotidiano os papéis sejam bem definidos e cada membro assuma a responsabilidade por uma ou outra tarefa. Da mesma forma, fica definida uma hierarquia familiar no que se refere ao respeito e autoridade dos pais para com os filhos. ‘Os véios’, que nem sempre são idosos, outrossim, são jovens geralmente, são as figuras centrais destas famílias. É a partir deles, os pais, que se estabelece a referência familiar para as decisões necessárias, para os pedidos de ajuda, ou até mesmo para as repreensões.

Destarte, o modo de vida das entrevistadas e entrevistados é organizado tendo como célula fundamental a família e suas relações e como elementos de referência o homem e a mulher, pais de família. Em todas as entrevistas, a ‘família’ aparece como espaço de convívio, de trabalho e de tomada de decisões. Tudo isto fica expresso nas palavras de um dos entrevistados

[...] A família, a família unida é de onde vêm as coisas fortes. Porque se a gente vai decidi uma coisa [...], eu nunca tomei uma decisão sozinho sem ter a palavra da família. [...] A gente trabalha assim pra fazer as coisas, desde o trabalho na lavoura e o que é preciso dentro de casa, é tudo em família, né! (Homem - Família 3, Comunicação pessoal, 2008)

Portanto, reconhece-se e confirma-se que para os camponeses, neste caso avicultores, a família é o espaço a partir de onde são efetivadas três dimensões fundamentais de suas vidas: a dimensão de socialização, a dimensão econômica e a dimensão política²⁰. Do interior

²⁰ No contexto pesquisado, entende-se por dimensão política as tomadas de decisões dentro e fora da família; as formas de participações na comunidade, as quais geralmente demandam posicionamento político frente à determinadas situações, como por exemplo a escolha dos delegados para o ‘orçamento participativo’; as reivindicações de melhorias na infra-estrutura feitas junto aos representantes políticos, como por exemplo, os vereadores, entre outras situações.

de cada uma delas emergem identidades específicas sejam elas a de ‘mãe, pai, filhos’; a de ‘agricultor e agricultora’; e a de ‘responsável e co-responsável pela família e propriedade’.

Dentre estas identidades, as provenientes da dimensão econômica e política, demonstraram possibilidades de variação em cada família, a depender de aspectos sócio-culturais transmitidos pelos seus antepassados. A partir desta reflexão, é que podem ser compreendidas afirmações encontradas em algumas das entrevistas, tais como “*quem trabalha sou eu, ela só ajuda*”, ou “*aqui a responsabilidade é minha, a gente até conversa junto e decide, mas a responsabilidade é minha mesmo*”.

Por conseguinte, é possível esboçar uma identificação geral para os homens e as mulheres camponeses/avicultores entrevistados, a qual indica traços predominantes nas relações destes sujeitos.

Os homens são os chefes de família e os ‘primeiros’ proprietários dos bens familiares. Com pouca exceção, são eles quem comandam e decidem o tipo de atividades e serem desenvolvidas na propriedade, o trabalho a ser desempenhado pelos membros, a administração financeira dos recursos, a decisão de novos investimentos e as próprias decisões familiares, como demonstra as seguintes falas

É, por exemplo, na casa é ela que organiza mais assim [...] com as crianças, né? Já na lavoura, sou eu que me viro, ela não vai. No aviário, por exemplo, sou eu que determino o que tem que fazer. Sou eu que controlo [...] até trabalhamos junto, mas ela só faz o que eu digo. Então vamos dizer que a hora que tiver que mudar alguma coisa, sou eu que digo, [...] sou eu que falo o que tem que fazer, é mais ou menos assim, né! (Homem - Família 12, Comunicação pessoal, 2008).

Acho que com você, na tua família, não é diferente, [...] vai pedi pro ‘véio’ sempre, não é? Mas eu acho que não é assim [...] eu acho que o cara mais duro é sempre o ‘véio’, então eles sabem disso e acabam pedindo sempre pra mãe primeiro, só que depois pra decidir por final eles tem que vir pedir pra mim mesmo. Mas então vamos dizer que não seria nem só um e nem só outro, [...] que é tudo conjunto. Só que tem hora que precisa olha pra aquele mais responsável, aí se olha pro pai, né? (Homem - Família 14, Comunicação pessoal, 2008).

Já as mulheres são acima de tudo ‘mães’, mulheres atenciosas, disponíveis e menos repressoras que os homens. A elas cabe o gerenciamento do lar e os cuidados familiares, compreendendo-se nisto, a atenção para com os filhos e demais familiares, como por exemplo, os ‘nonos’. Cabe-lhes também a preparação da comida; o controle dos alimentos e outros produtos necessários para a família; a atenção ao vestuário, desde a compra até a lavagem; além da limpeza e organização da casa. A seqüência de depoimentos confirma esta identificação

Às 6:00h tem que levantá, daí arruma as meninas pra ir pra aula, depois às 6:30h eles vão pra aula e eu já vô pra estrebaria, [...] depois vou pro aviário, até [...] terminar. De repente entro pra dentro às vezes 11:30h ou 12h, né? Não tem hora. Ai faz o almoço, almoça, limpa a casa, ajeita um pouco aí e quando vê é 13:30h, 14h [...]. Daí toma umas cuias de novo e depois voltámo pro aviário (Mulher - Família 6, Comunicação pessoal, 2008).

Depois ajeito mais um pouco as coisas pros nonos e tomo um chimarrão com eles, porque se não eles ficam sozinhos o dia inteiro e então alguém tem que conversar e dar atenção pra eles (Mulher - Família 16, Comunicação pessoal, 2008).

Daí é que eu empalho cadeiras pra comprar roupas pras gurias, [...] porque comprar à vista não dá! [...] a gente tem que comprá em prestação. Então dá R\$36,00 por semana o dinheiro que eu ganho pra empalhar, não é muita coisa, mas da pra pagar as coisas delas, [...] porque elas têm que ter o que vestir, são moças! (Mulher - Família 17, Comunicação pessoal, 2008).

Bom ela cuida mais as coisas da casa, então ela sabe o que tá faltando. Por exemplo: a farinha [...] aí fala 'vamo ter que ir pra cidade porque tem que fazer o rancho', né! [...] Essa parte é com ela, no caso. (Homem - Família 11, Comunicação pessoal, 2008).

Na trama da vida dos entrevistados, no elemento família, percebe-se já incorporada uma clara distinção dos papéis de gênero indicando o lugar de cada um no espaço familiar. A divisão destes papéis será aprofundada numa sessão específica mais adiante. Neste momento, quer-se apenas demonstrar que toda dinâmica de vida dos camponeses/avicultores tem como unidade básica a família. É no interior desta unidade que são construídas as identidades dos sujeitos, as quais são determinadas e ao mesmo tempo determinam o 'modo de vida familiar', trama geral do *hábitus* camponês.

Passa-se a descrever e refletir sobre o elemento da trama chamado 'filhos'. Antes disto, esclarece-se que os sujeitos que conformaram o universo da pesquisa foram dezoito famílias, das quais apenas uma vive em situação de viúves feminina enquanto as demais vivem situação de conjugalidade estável.

Todas as dezoito famílias possuem filhos, sendo que a média é de dois a três filhos por família. Entretanto, em algumas delas eles encontram-se afastados da casa familiar, morando em residências alugadas ou pensões no espaço urbano, mas mantendo relações familiares e laços de afetividade muito próximos, conservando as figuras materna e paterna como ponto de referência, segurança e respeito. Conforme demonstra o Gráfico 03, em algumas famílias todos os filhos já saíram de casa, em outras, alguns saíram e outros permanecem e, já em outras, todos filhos ainda convivem diariamente com os pais dividindo a mesma residência.

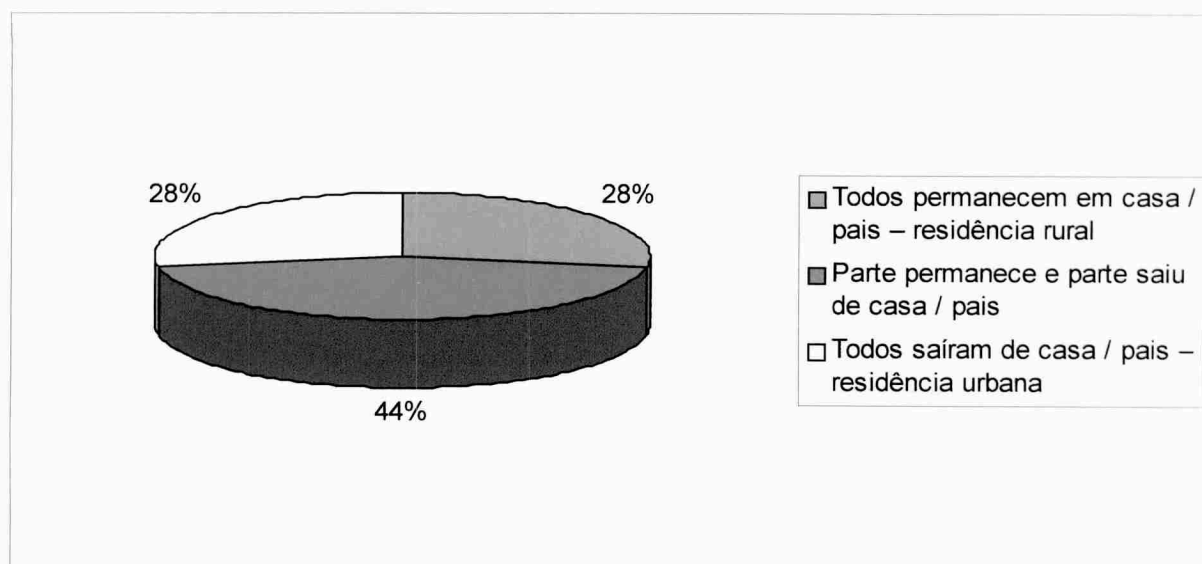


Gráfico 03 - Situação de residência dos filhos

Fonte: Entrevistas realizadas pela pesquisadora, Concórdia (SC), 2008.

Convêm ressaltar que no grupo das famílias em que todos os filhos permanecem na casa familiar, todos estão em idade escolar e estudam regularmente na rede municipal, estadual ou federal de ensino. Nestas famílias a criança mais nova possui 4 anos e já frequenta o ensino infantil numa escola distante 13 quilômetros da residência e a mais velha possui 17 anos e frequenta o último ano do ensino médio.

Em relação ao grupo das famílias em que parte dos filhos saiu e parte permanece na casa familiar, dos filhos que continuam a residir com os pais no meio rural, encontrou-se dois rapazes, um de 33 anos e outro de 23 anos. Destes rapazes, o primeiro embora trabalhe integralmente na propriedade familiar, está à procura de trabalho no meio urbano e o segundo possui leve grau de deficiência mental, que não o impede de trabalhar na propriedade rural. É interessante destacar que a mãe deste último rapaz encontra-se acamada desde novembro de 2006, com diagnóstico de câncer. Neste caso é o filho com seu pai que trabalham sozinhos na propriedade. Este rapaz foi um dos poucos filhos que não demonstrou interesse em deixar as atividades da agricultura, nem a casa familiar.

Já no último grupo, no qual todos os filhos já deixaram a propriedade familiar para residirem no meio urbano, encontrou-se filhos jovens, os quais trabalham na cidade e em três casos (famílias) trabalham e estudam contemporaneamente. Em duas destas famílias, os filhos moram em outras cidades, vindo visitar os pais numa frequência média de três vezes ao ano. Já nos demais casos, os filhos moram na mesma cidade dos pais, o que lhes permitem voltar todos os finais de semana para a residência no meio rural.

No que tange ao elemento desta trama chamado ‘casamento’, constata-se que os casais possuem em média 23 anos de casados, sendo que três deles estão na faixa entre 7 a 14 anos de casados; sete possuem entre 15 e 24 anos de casamento; sete possuem entre 25 e 34 anos de casamento e um casal possui 55 anos de casados.

Por outro lado, em relação ao elemento ‘idade’ dos membros do casal, observa-se que a idade média das mulheres é de 46 anos. Dentre elas, a mais jovem possui 25 anos e a mais idosa 80 anos. Já entre os homens, a idade média é de 49 anos, sendo que o mais jovem possui 32 anos e o mais idoso possui 82 anos.

Um outro elemento a ser desvelado nesta trama, que é de fundamental importância para compreender posteriormente a divisão sexual do trabalho e das responsabilidades familiares, denomina-se ‘nível de escolaridade’ do casal. No que se refere a este elemento, pode-se verificar conforme a Tabela 04 a seguir, que os entrevistados possuem de modo preponderante o ensino fundamental incompleto, sendo este geralmente até a 4ª série. Dentre as mulheres, verifica-se que 13 possuem ensino fundamental incompleto, 03 conseguiram concluir o ensino médio e 02 chegaram ao Ensino Superior, sendo que uma delas já é formada em Letras e a outra está cursando Administração de Empresas numa das universidades privadas do município. Dentre os homens, verifica-se que um deles é analfabeto, que é justamente o mais idoso (82 anos), 10 possuem ensino fundamental incompleto, 03 completo e 04 possuem ensino médio completo.

Tabela 04 - Nível de escolaridade segundo sexo

ESCOLARIDADE	Homens		Mulheres		Totalização (N=36)	
	N.	%	N.	%	N.	%
Analfabeto	1	5,5	--	--	1	2,8
Ensino Fundamental						
Incomp.	10	55,5	13	72,3	23	63,9
Comp.	3	16,7	--	--	3	8,3
Ensino Médio						
Incomp.	--	--	--	--	--	--
Comp.	4	22,3	3	16,7	7	19,4
Ensino Superior						
Incomp.	--	--	1	5,5	1	2,8
Comp.	--	--	1	5,5	1	2,8

Fonte: Entrevistas realizadas pela pesquisadora, Concórdia (SC), 2008.

Constata-se, portanto, que embora somente duas mulheres tenham alcançado o nível de ensino superior, elas superaram os homens em relação estarem em maior número nos níveis mais baixos de ensino. Já os homens, possuem uma escolaridade pouco mais diversificada, sendo que sete deles possuem ensino fundamental ou médio completo.

Antes de passar para outra sessão, quer-se apresentar mais um elemento considerável nesta trama que caracteriza o modo de vida e a identidade das famílias camponesas entrevistadas, qual seja a propriedade familiar e as atividades nela desenvolvidas. Porém, antes de apresentá-las, cabe lembrar que para realizar as entrevistas com as dezoito famílias de agricultores, foram visitadas nove localidades rurais.

As propriedades localizam-se a aproximadamente 17 quilômetros do centro de Concórdia, em média. Estão nucleadas em comunidades rurais as quais, todas, possuem infraestrutura de: Igreja (católica e em dois casos, também evangélica luterana), centro comunitário com quadra de futebol de salão e voleibol, bodega (bar e pequena mercearia) e cemitério comunitário. Algumas ainda possuem: escola municipal de ensino fundamental (somente até a 4ª série), quadra de futebol de campo e cancha de bochas. Em apenas uma delas existe uma Escola de Ensino Médio, a qual atende a demanda por ensino de todas as localidades do seu entorno.

As propriedades familiares são de pequeno e médio porte, num tamanho que vai de 03 a 36 hectares. Das atividades desenvolvidas verifica-se que:

- a) Em todas elas trabalha-se com lavoura e bovinocultura de leite, sendo que em algumas destas a produção de leite destina-se apenas para a subsistência familiar;
- b) Em 50% das propriedades trabalha-se com suinocultura, sendo que em algumas esta produção tem fins comerciais e em outras destina-se apenas para subsistência familiar;
- c) Em 83,4% das propriedades, segundo os próprios entrevistados, cultiva-se hortas e “miudezas”. O último termo refere-se a pequenas plantações de produtos destinados totalmente para o consumo familiar, tais como mandioca, batatas, amendoim, cebola, arroz, abóboras, melancias, melões, entre outros.
- d) Em 22,3% das propriedades desenvolve-se a criação de abelhas e a produção de mel para consumo familiar e venda na própria localidade rural, logo, também não se considera como produção comercial.
- e) Em todas, cria-se pequenos animais domésticos, tais como frangos caipiras e patos, embora estes animais penosos devam estar em local separado e com distância considerável do aviário em que há parceria em Sistema de Integração com a Agroindústria.
- f) Em todas as propriedades cultiva-se pequenos pomares de laranja, tangerina, pokan, bergamota, limão, figo, goiaba, pêra, pêssego entre outras frutas para subsistência familiar, sendo que em dois deles (11,1%) há produção comercial.

Nota-se assim que as propriedades desenvolvem, conjuntamente com a avicultura, vários tipos de atividades, com e sem fins comerciais, o que lhes imprime como característica a 'diversificação da produção familiar'. Além disto, é importante informar que a mão-de-obra para desempenhar as tarefas relativas a todas estas atividades, é de base familiar, sendo que em apenas uma propriedade há a contratação de mão-de-obra auxiliar permanente e n'outras duas esta contratação acontece de forma esporádica.

4.2 Mulheres, homens e a avicultura: ajustando os pontos da trama

Apresentados alguns elementos gerais das famílias e de suas propriedades, pondera-se ser conveniente apertar um pouco mais a laçada dos fios para o lado da avicultura, a fim de ajustar os pontos da trama que caracteriza a vida de homens e mulheres no campo, ou seja, como a intenção é desvelar a divisão sexual do trabalho na agricultura familiar, a partir do olhar para as famílias que trabalham em sistema de integração de avicultura, é imprescindível aguçar o olhar para o contexto da atividade em questão e dentro dele perceber onde estão as mulheres e os homens avicultores.

Neste sentido, o primeiro elemento que se apresenta agora, refere-se a própria identificação da atividade desenvolvida em cada uma das dezoito propriedades familiares. Para que se possa compreender os dados da tabela que segue, faz-se necessário ter ciência dos seguintes pontos:

- a) O tamanho dos galpões, denominados na atividade por 'aviários', obedece ao padrão estabelecido pela agroindústria Sadia. Este padrão estabelece a largura de 12 metros (doze), por um comprimento que pode variar desde os 50 metros (cinquenta), atingindo até os 150 metros (cento e cinquenta), marcando-se sempre a medida de 25 metros (vinte e cinco) para as variações. Assim, pode-se encontrar aviários de 50, 75, 100, 125 ou 150 metros.
- b) Nesta lógica, a área de um aviário pode ser de 600m² até 1.800m².
- c) Passadas destas medidas, a agroindústria indica construir novo aviário. Por este motivo, é freqüente encontrar na região famílias que possuam dois ou três aviários, geralmente com metragens de 50 ou 100 de comprimento.

- d) Da mesma forma como há um padrão para o tamanho, também os tipos de equipamentos são indicados pela agroindústria, bem como sua forma de uso e o manejo dos animais.
- e) Estas determinações são exigidas desde o momento do estabelecimento do ‘acordo de parceria’, sendo na seqüência vistoriadas para liberação do primeiro lote de frango a ser alojado e posteriormente as demais orientações de cuidados e de manejo são repassadas pelos técnicos da agroindústria que prestam a assistência aos avicultores.

Dito isto, apresenta-se a Tabela 05 que auxilia na identificação da atividade da avicultura, cujos dados foram ordenados da menor área de aviário à maior e do nível de tecnologia mais baixo ao mais alto, incluindo-se nele também a quantidade de horas da jornada de trabalho, numa média entre verão e inverno segundo cada propriedade.

Tabela 05 – Identificação da Atividade

Tamanho do aviário (m)	Registro sobre equipamentos utilizados - nível de tecnologia dos aviários (sugerido)	Jornada de trabalho (média)
50	Baixo	Atenção direta
50	Baixo	Atenção direta
50	Médio-baixo	7 h
50	Alto	3 h
50	Alto	4 h
75	Baixo	7 h
75	Médio-baixo	7 h
75	Médio	6 h
75	Médio-alto	6 h
100	Médio-baixo	Atenção direta
100	Médio-baixo	5 h
100	Médio	6 h
100	Médio	8 h
100	Médio-alto	6 h
100	Médio-alto	4 h
100	Médio-alto	6 h
100	Alto	5 h
300	Médio-alto	4 h

Fonte: Entrevistas realizadas pela pesquisadora, Concórdia (SC), 2008.

A partir desta tabela, percebe-se que há duas visíveis tendências. A primeira refere-se ao fato de que, quanto maior é o aviário, maior também é a tendência de elevação do nível de tecnologia dos equipamentos nele instalados. Observa-se que é no grupo de avicultores que possuem galpões menores que estão os aviários com menores níveis tecnológicos, proporcionalmente ao total do grupo. Realidade contrária pode ser observada no grupo de

avicultores cujos galpões são maiores, pois neles o nível tecnológico preponderante é o médio-alto.

A segunda tendência refere-se ao fato de que quanto maior o nível tecnológico, menor é a quantidade de horas necessárias durante a jornada de trabalho. Veja-se que as três situações em que os entrevistados, tanto as mulheres quanto os homens, apontaram a necessidade de ‘atenção-direta’, dizem respeito a aviários com níveis baixo e médio-baixo de utilização de equipamentos tecnológicos.

A partir disto, percebe-se que, os avicultores, cujo poder aquisitivo é menor, possuem aviários menores e menos equipados, fato este que resulta na necessidade de empregar mais mão-de-obra e, conseqüentemente, provoca a diminuição da renda da atividade que, por sua vez, faz com que tenham muita dificuldade em acompanhar as exigências de introdução de novos equipamentos feitas pela agroindústria.

Detecta-se assim, a existência de um ciclo vicioso de seleção e exclusão da atividade avícola, que é relatado por dois entrevistados da seguinte forma

A gente vai ter que [...] já que a empresa exige demais da gente, do aviário, [...] tentar parar por aí. Eles exigem da gente que tem que fazer um investimento grande. E depois se a gente não consegue produzir eles não querem nem saber, né, tem que pagar, né? Vai fazer o que? Parar? [...] enquanto a empresa deixa a gente trabalhar, a gente vai tocando. Mas, vai chegar uma hora que eles vão exigir para todos ter equipamento em cima. E o aviário é pequeno e a mão de obra é pouca... (Homem – Família 01, Comunicação pessoal, 2008).

Quanto aos equipamentos, a gente conseguiu, como te falei. Mas a gente tem que considerar que é muita exigência e tudo envolve dinheiro, [...] e daí antes muita gente tinha galinheiro, só que quando que se pediu pra colocá equipamento novo, muita gente que não tinha feito uma reserva, sabe, que tinha gastado com outras coisa e daí não pode colocá os equipamento, essas família ou pararam já naquela época ou continuaram mais um pouco como tavam, daí a empresa começou a pagá menos porque daí não tava dentro das normas [...] com isto não dava mais lucro e daí essas família se obrigaram a pará, né? [...] mas se tu tinha se cuidado e feito uma reserva e se tinha conseguido investi de volta, tu continuô ganhando, sabe? (Homem – Família 15, Comunicação pessoal, 2008).

A associação destas duas tendências, confirmadas nas falas dos próprios avicultores, vem confirmar o que Bison e Colussi (2006) apontaram em seu estudo como um processo de seleção dos mais aptos economicamente e exclusão daqueles que não conseguem acompanhar a introdução de mais elevados níveis tecnológicos. Segundo as autoras

Quanto aos camponeses ex-integrados do Sistema de Integração, constatamos, que foram inúmeros os fatores que contribuíram para sua exclusão, dentre os quais o fator econômico foi o determinante para este processo. [...] Diante desta realidade, é evidente que a exclusão deste

significativo número de camponeses não é decorrente de meros fatores pessoais, mas sim, devido às inúmeras dificuldades que estes camponeses encontraram para acompanharem o desenvolvimento da modernização e inovações técnicas, que a agroindústria impõe constantemente (p.42-43).

Visto esta questão, apresenta-se um outro elemento da trama específica da atividade avícola, que é a questão do tipo de mão-de-obra utilizada pelas famílias avicultoras. Segundo Sorj, Pompermayer e Coradini (1982, p.38), “[...] é constituída pela mão-de-obra familiar [...], sendo a baixa utilização de mão-de-obra externa explicada tanto pelo seu custo, que reduziria ainda mais o ingresso obtido na atividade, quanto pela predominância de pequenas e médias propriedades”.

Embora a explicação feita pelos autores acima, referia-se a observação feita a partir de dados referentes ao final da década de ‘70, cabe salientar que o tipo de mão-de-obra utilizada não modificou de características neste período, outrossim, aumentou a proporção da mão-de-obra familiar, diminuindo ainda mais a mão-de-obra externa, tal qual demonstra o Gráfico 04.

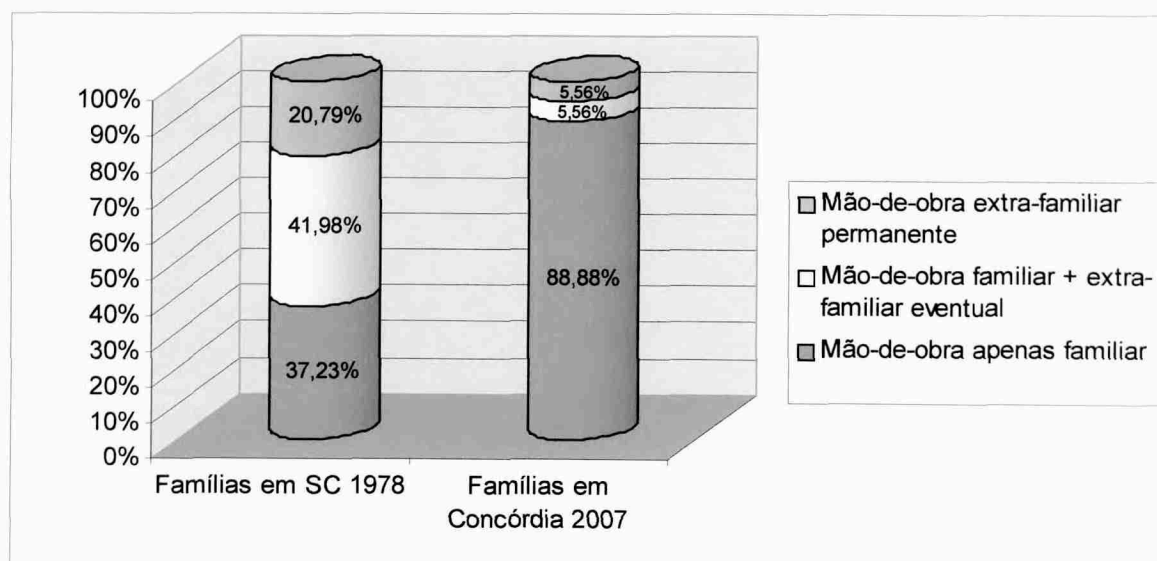


Gráfico 04 – Tipo de mão-de-obra utilizada – comparativo entre 1978²¹ e 2007²².

Fonte: Entrevistas realizadas pela pesquisadora, Concórdia (SC), 2008.

Os dados permitem constatar que, se na década de '70 no estado de Santa Catarina apenas 20,79% da mão-de-obra utilizada para desenvolvimento da avicultura era contratada de forma permanente, em 2008, na amostra coletada com dezoito famílias do município de Concórdia, esta percentagem diminuiu ainda mais, chegando a apenas 5,56% do total da mão-de-obra utilizada. Por outro lado, o que aumentou foi o percentual de mão-de-obra apenas

²¹ Dados Cebrac/Ceag-SC (1978, apud SORJ, POMPERMAYER & CORADINI, 1982, p.39). Pesquisa aplicada à famílias de avicultores em todo estado de Santa Catarina.

²² Dados coletados na pesquisa de campo pela própria autora realizada com 18 famílias de avicultores no município de Concórdia, jan./2008 – referentes ao desempenho das atividades em 2007.

familiar. Uma das explicações para esta modificação refere-se à diminuição da renda gerada na atividade, que obriga a família a abdicar de outras atividades e funções dentro da propriedade, para direcionar toda mão-de-obra disponível em apenas algumas atividades, a fim de não necessitar de mão-de-obra externa e, desta forma, diminuir os custos de produção.

A utilização apenas da mão-de-obra familiar traz como um dos efeitos, a não disposição de tempo livre, por exemplo, para o lazer e/ou férias, uma vez que a atividade – assim como a maioria das atividades agrícolas – exige dedicação permanente, independente de tempo, clima, dia de semana, feriado ou festejos, como bem relata o avicultor da família 11, “[...] e como nós temos os animais e eles não querem saber se é sábado, domingo ou outro dia, [...], por exemplo, assim, os suínos... tem que tratar, os frangos... tem que cuidá, e assim todas as atividades que temos”.

Sabendo que a mão-de-obra é preponderantemente familiar, é importante para o objetivo deste estudo, ter clareza da distribuição interna da mão-de-obra na família. Este dado também é considerado como mais um dos elementos da trama que caracteriza a vida das famílias avicultoras, é o último a compor a trama e é demonstrado conforme o gráfico a seguir.

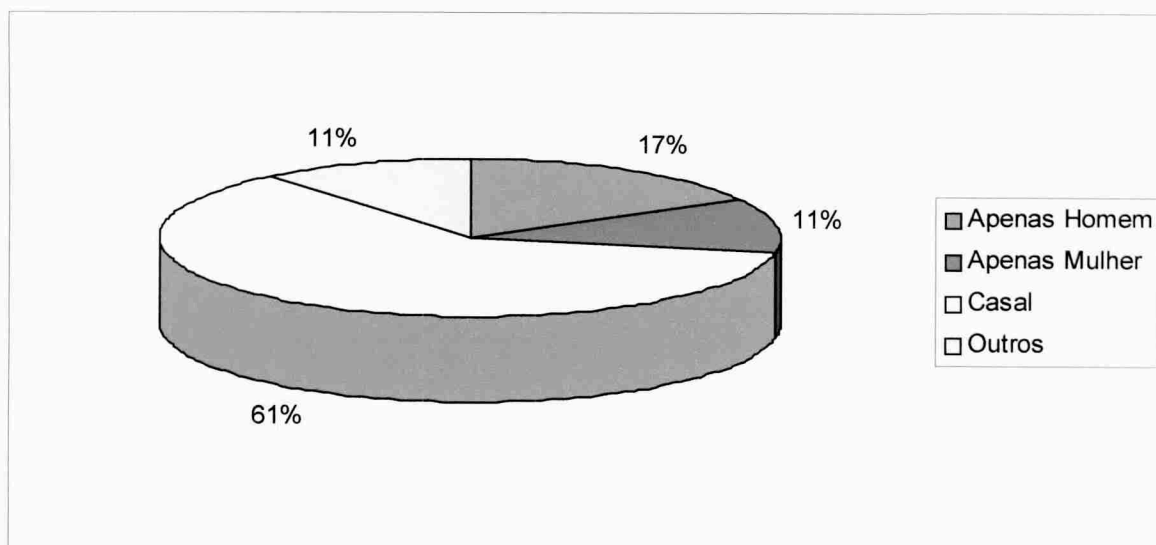


Gráfico 05 – Organização familiar para desenvolvimento da avicultura.

Fonte: Entrevistas realizadas pela pesquisadora, Concórdia (SC), 2008.

A partir das entrevistas realizadas, percebe-se que na maioria das famílias é o casal que trabalha conjuntamente na atividade. E mesmo em relação aos dados que atribuem o desenvolvimento da atividade apenas pelo homem, ou pela mulher, ou por ‘outros’, há de se considerar o seguinte:

- a) No percentual de 17% em que pese a atribuição da atividade ao homem, refere-se ao caso de três famílias onde as mulheres (esposas/mães) passaram ou estão

passando por situação de doença que as impossibilita de realizarem as atividades no aviário atualmente, no entanto, nestes três casos, as mulheres desempenhavam diariamente tarefas na avicultura antes de serem acometidas pelas doenças.

- b) No percentual de 11% atribuído à mão-de-obra apenas da mulher, refere-se ao caso de duas famílias onde os homens (maridos/pais) exercem outra atividade remunerada fora da propriedade familiar, sendo um deles pedreiro autônomo e outro operador de máquina agrícola para uma Associação de Moradores da região.
- c) Já em relação ao percentual de 11% atribuído à categoria ‘outros’, refere-se a uma propriedade em que a mão-de-obra é contratada permanentemente e outra onde a mão-de-obra é realizada pela família do filho do entrevistado. Em ambos os casos ela é feita por casais, seqüencialmente: um casal de funcionários e um casal constituído pelo filho e pela nora.
- d) Foi considerado como mão de obra do ‘casal’ (61% - 11 famílias), tanto os casos em que a divisão de tarefas pode ser considerada eqüitativa entre os mesmos, quanto os casos em que um deles aparece apenas como ‘colaborador’ do outro.
- e) Finalmente, identificou-se que em nove famílias, além da mão-de-obra do casal, ou apenas do homem ou da mulher, há a colaboração parcial dos filhos que ainda residem na propriedade familiar. Além disto, constatou-se um caso em que o casal contrata mão-de-obra externa eventual - pagamento de diarista - para os momentos em que há os mesmos sozinhos não conseguem cumprir todas as tarefas da avicultura.

4.3 Quando e como começa esta aventura teórica: o surgimento dos estudos de gênero no mundo e no Brasil

Nesta seção pretende-se traçar um panorama geral sobre o surgimento dos estudos de gênero em nível mundial e brasileiro, bem como a forma pela qual foram sendo traçados alguns posicionamentos acerca da explicação sobre a existência das desigualdades de gênero, também denominados neste campo como correntes de gênero. Para tanto, optou-se por efetuar este resgate histórico fundamentando-se principalmente no artigo de Joan Scott (1995), “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”, o qual é considerado um marco na história dos estudos de gênero.

Se inicialmente, o termo gênero era utilizado para referir-se aos traços sexuais e a identificação gramatical dos objetos ‘masculinos e femininos’, recentemente o uso da categoria passou a enfatizar o caráter social das distinções entre homens e mulheres. Portanto, gênero como categoria analítica, somente emergiu na segunda metade do século XX, abrindo um novo campo teórico, uma categoria analítica e marcando o vácuo, a lacuna entre as teorias até então existentes, ou seja, aproximando-as de forma a eliminar as incapacidades das mesmas de oferecerem, conjuntamente, explicações às relações.

Segundo, o ‘Diccionario de Estudios de Género y Feminismos’

El género, como categoría social, es una de las contribuciones teóricas más significativas del feminismo contemporáneo. Esta categoría analítica surgió para explicar las desigualdades entre hombres y mujeres, poniendo el énfasis en la noción de multiplicidad de identidades. Lo femenino y lo masculino se conforman a partir de una relación mutua, cultural, histórica. El género es una categoría transdisciplinaria que desarrolla un enfoque globalizador y remite a los rasgos y funciones psicológicos y socioculturales que se atribuye a cada uno de los sexos en cada momento histórico y en cada sociedad (GAMBA, 2007, p. 119).

Neste contexto, o mesmo dicionário, enfatiza que a categoria ‘Gênero’ pode ser compreendida como uma explicação acerca das formas que adquirem as relações sociais entre homens e mulheres, a qual algumas estudiosas e militantes consideram como uma vertente alternativa superadora de muitas outras matrizes explicativas, como por exemplo, a teoria do ‘Patriarcado’.

Trata-se, portanto, de uma categoria analítica, que segue uma definição de caráter histórico e social acerca dos papéis, das identidades e dos valores que são atribuídos a mulheres e homens e internalizados mediante os processos de socialização. Segundo o ‘Diccionario de Estudios de Género y Feminismos’, organizado por Gamba, algumas de suas principais características e dimensões são:

1. É uma construção social e histórica;
2. É uma relação social;
3. Trata-se de uma relação de poder;
4. É uma relação assimétrica;
5. É uma relação integrativa, uma vez que não se refere somente a relações entre os sexos, mas engloba também outros processos que acontecem na sociedade: instituições, símbolos, identidades, sistemas econômicos e políticos, etc;
6. É uma proposta de inclusão
7. Direciona-se para a busca de uma equidade que somente será possível se as mulheres conquistarem o exercício autônomo do poder no seu sentido mais amplo,

tal como: poder criar, poder saber, poder dirigir e/ou coordenar sua vida e também processos grupais e coletivos, poder desfrutar de bens e serviços que tornem a vida mais saudável, poder eleger, poder ser eleita, entre outros.

Diante destas dimensões e características da categoria gênero, tornava-se imprescindível revisar tudo o que já tinha sido dito e escrito sobre as mulheres e sobre as relações sociais entre elas e os homens na história da humanidade. Foi neste sentido que Joan Scott em 1995, propôs-se a analisar historicamente a categoria gênero.

Para esta historiadora (SCOTT, 1995), repensar a mulher na história significa criar uma 'nova história' de mulheres e homens, ou seja, implica em transformar paradigmas inclusive científicos e disciplinares, já que a utilização do termo "gênero" torna-se especialmente útil para contextualizar e compreender as construções acerca dos significados culturais sobre ser homem e ser mulher, nos diferentes contextos históricos (temporais) culturais.

No entanto, o caminho percorrido até a concepção mais difundida atualmente sobre 'gênero', foi longo. Fazendo a análise histórica, Joan Scott perpassa desde os princípios da vida em sociedade, dentro de uma visão funcionalista sobre a mulher e a família, baseada no patriarcado, e em cuja rigidez foi redobrada a partir da ascensão do capitalismo industrial, até os dias atuais.

Com o aprofundamento dos estudos e análise, tanto os historiadores quanto os feministas têm se posicionado de três formas diferentes para explicar as desigualdades de gênero: a) através das origens do patriarcado; b) através das teorias marxistas e c) através da psicanálise, em diferentes leituras (o pós-estruturalismo francês e a teoria das relações objetais). Para Scott (1995), nenhuma destas teorias consegue dar respostas suficientes ao debate, com exceção do pós-estruturalismo, representado principalmente pelos estudos de Michael Foucault, que permite significados mais condizentes com a compreensão do processo histórico de construção das relações de gênero.

Convém ter presente que Scott considera que esta última vertente de análise foi a que inaugurou o gênero como uma categoria analítica. Embora ela tenha fortes conexões com a psicanálise, que veio "explicar a produção e reprodução da identidade de gênero do sujeito" (SCOTT, 1995, p.77), a autora chama atenção para a crescente influência *Foucaultiana* na vertente pós-estruturalista, principalmente, no campo da 'sexualidade'. Esse fator, dentro do processo histórico e das relações sociais foi permeado pelos micro-poderes, logo, das relações sociais estabelecidas como relações de poder.

Fica expresso no célebre artigo de Scott que não existe um único poder nas relações sociais, e que as relações de gênero passam a “ser constituídas dentro de campos de força sociais”. Conseqüentemente, a definição de gênero para Scott (1995, p.86) “tem duas partes e diversos subconjuntos, que estão inter-relacionados, mas devem ser analiticamente diferenciados”. O núcleo central da sua concepção é que o gênero seria constitutivo das relações sociais entre os sexos, e seria também uma forma primária de dar significado às relações de poder entre os indivíduos, homens e mulheres. Entretanto, vinculado a este núcleo central da concepção, deve-se estar atento, nos estudos que utilizam gênero como categoria de análise, aos símbolos que definem feminino e masculino nas diferentes culturas, aos conceitos normativos, à concepção política e às referências a instituições e à organização social, bem como, à identidade subjetiva dos sujeitos, pois todos eles encontram-se diretamente ligados ao que se denomina de papéis de gênero.

Neste sentido, o Diccionario de Estudios de Género y Feminismos (GAMBA, 2007, p. 120), indica que “en 1955 John Money propuso la expresión ‘papel de género’ para describir el conjunto de conductas atribuidas a los varones y a las mujeres, pero ha sido Robert Stoller quien estableció más claramente la diferencia conceptual entre sexo y género”, uma distinção essencial para a discussão da categoria gênero²³. Segundo o mesmo dicionário

El sexo corresponde a un hecho biológico, producto de la diferenciación sexual de la especie humana, que implica un proceso complejo con distintos niveles, que no siempre coinciden entre sí, y que son denominados por la biología y la medicina como sexo cromosómico, gonadal, hormonal, anatómico y fisiológico. Se denomina género a la significación social que se hace de estos niveles. Por lo tanto las diferencias anatómicas y fisiológicas entre hombres y mujeres que derivan de este proceso pueden y deben distinguirse de las atribuciones que la sociedad establece para uno de los sexos individualmente constituidos (GAMBA, 2007, p. 121).

Associada ou paralela a tal discussão, percebe-se que também a questão do poder sempre esteve presente nas discussões feministas. Atualmente esta discussão se fundamenta predominantemente em Michel Foucault, que questiona como se constroem as relações de poder. Inspirada em tal autor, Louro (1997, p.38) afirma que

Em termos de poder, não haveria nada pré-estabelecido, pois o poder é algo relacional, isto é, envolve dois ou mais pólos. Desta forma não seria problemático o reconhecimento da existência de um pólo dominador e outro dominado, pelo contrário, a existência de poderes seria concomitante à existência de ‘contra-poderes’, ou a ‘resistência seria inerente ao próprio exercício do poder’.

²³ Ressalta-se que a compreensão sobre as categorias sexo e gênero que fundamentou esta pesquisa e trabalho, não se volta de nenhuma forma para a separação das mesmas. Outrossim, compreende-se que elas interligam-se diretamente e que esta interligação é dinâmica na vida dos indivíduos.

É importante resgatar que a fixação de um modelo de relações de poder perpetua sempre o pólo mais frágil em relação ao seu dominador, no caso atribuindo histórica e culturalmente à mulher a identificação com o primeiro pólo (o mais frágil) e ao homem a identificação com o segundo pólo (o dominador).

No pensamento *Foucaultiano*, o poder passa a ser visualizado não apenas como algo que coíbe, cerceia, nega as relações ou transformações da realidade, ele também faz, produz, gera, incita a novos comportamentos e relações, e estas, por sua vez, podem ser positivas ou negativas. Por conseguinte, os gêneros se produzem nas e pelas relações de poder.

Ao tratar da existência de micro-poderes que compõem as relações sociais, Foucault (1984) não afasta a definição de que uma das formas de existência do poder é àquele exercido sobre o corpo, o qual busca regular, controlar, dominar as ações e contra-ações ou reações.

Por fim, Scott (1995) vem questionar, a partir da relevância que ela mesma dá para as relações de poder (campos de poderes), as transformações dentro do cenário social já estabelecido. Em sua resposta, a autora ressalta que o processo histórico social também é composto por processos políticos, os quais assumem diferentes significados conforme lhes forem atribuídos pelos sujeitos e instituições sociais. Destarte, neste campo é de extrema importância a adoção da perspectiva de gênero, a fim de que as dimensões propostas com a utilização desta categoria analítica, possam ser efetivadas no dia-a-dia dos indivíduos.

Novamente reporta-se ao Dicionario de Estudios de Género y Feminismos para ilustrar que a adoção da ‘perspectiva de gênero’ significa passar a fazer

[...] referencia a los marcos teóricos adoptados para una investigación, capacitación o desarrollo de políticas o programas y implica: a) reconocer las relaciones de poder que se dan entre los géneros, en general favorables a los varones como grupo social y discriminatorias para las mujeres; b) que estas relaciones han sido constituidas social e históricamente y son constitutivas de las personas, y c) que atraviesan todo el entramado social y se articulan con otras relaciones sociales como las de clase, etnia, edad, preferencia sexual y religión (GAMBA, 2007, p. 120).

Por conseguinte, ao indicar e adotar a perspectiva de gênero, opta-se por uma concepção ontológica que se aproxima da realidade a partir do olhar para as mulheres e homens e para as relações de poder entre eles. Esta perspectiva sustenta que a questão de gênero não é mais um tema a ser agregado à história da cultura da humanidade, como se tratasse de um capítulo a mais desta história. Outrossim, trata-se de incluir no próprio olhar para a vida em sociedade, o reconhecimento de que as relações entre homens e mulheres perpassam por relações desiguais, as quais tem efeitos na produção e reprodução da discriminação, adquirindo expressões nos vários âmbitos da vida cultural em sociedade: o

trabalho, a família, a política, as organizações, a arte, as empresas, a saúde, a ciência, a sexualidade, e história e várias outras, sendo por isto necessário que tal perspectiva transversalize todas as ações e as dimensões da vida em sociedade.

Logo, a análise, estudo, exploração e difusão dessas novas questões acerca das relações de gênero, possibilitará o surgimento de novas perspectivas sobre velhas questões, fazendo com que surja uma ‘nova história’, redefinindo e reestruturando, a partir de uma visão de igualdade, as relações entre homens e mulheres nas suas pluralidades, levando em consideração também a raça e a classe social.

Trazendo este recorte histórico do movimento feminista para o âmbito brasileiro, Grossi e Miguel (1995) dizem que os primeiros estudos sobre a condição feminina datam as décadas de ‘70 e ‘80 e sofreram forte interferência do movimento feminista mundial que fez com que os homens apareçam apenas periféricamente ou nem aparecessem nestes estudos. Já em relação aos estudos de gênero, eles começam a figurar nos espaços de pesquisa no momento em que se procurava relativizar a presença única da mulher e incorporar, de modo relacional, a figura do homem nos debates.

Cabe ressaltar que segundo tais autoras (1995), mesmo quando estes estudos propuseram-se trabalhar a partir de uma base relacional eles acabaram sendo impregnados pelos enfoques anteriores, utilizando a palavra gênero somente para se referir a “mulher”, de forma universal e no singular, continuando, durante longo período, a excluir os homens, bem como as múltiplas identidades femininas.

Num segundo momento nos estudos de gênero no Brasil, ocorrido em meados da década de ‘90, passou-se a ampliar o número de pesquisas, debates e trabalhos acadêmicos, assim como também foi aumentando o número de estudiosas-cientistas que se dedicaram à questão da mulher. No entanto, logo no início deste período, não foi possível ampliar de forma considerável a produção teórica sobre o tema. Este fato parece ter ocasionado o que Grossi e Miguel (1995:22) chamaram de “vácuo entre o primeiro e o segundo momento”.

Segundo as mesmas autoras (1995), apontava-se então, para a necessidade de explorar dois campos teóricos ainda incipientes: a construção da masculinidade e a retomada da importância da abordagem relacional entre homem e mulher. Assim, afirmavam que o conceito de gênero deveria ser melhor compreendido a partir da construção da dinâmica do masculino e do feminino, partindo de formas de identificações mutáveis e flexíveis. Além disto, indicava-se que era premente reconhecer que o estudo sobre as identidades masculinas muito poderia contribuir para a consolidação das identidades femininas e das próprias relações e identidades entre e das mulheres.

Já em fins da década de '90 e início do novo milênio a pesquisa, estudos e produção brasileira sobre gênero encontrava-se em significativa expansão, conquistando inclusive espaço e reconhecimento no cenário mundial.

Foi neste momento e a partir desta trajetória que se iniciaram os estudos de gênero dentro do Serviço Social na Universidade Federal de Santa Catarina, com a criação no ano de 2000 do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Serviço Social e Relações de Gênero – NUSSERGE²⁴. É neste contexto que surge e se situa a pesquisa em tela, a qual se configura como mais uma aventura teórica (e também empírica) sobre as relações de gênero no Brasil, que ao retratar a divisão sexual do trabalho, pretende colaborar para a trajetória histórica de desenvolvimento dos estudos de gênero no Brasil.

4.4 Terrenos sociais: da demarcação entre o público e o privado à construção dos estereótipos de gênero

A demarcação entre público e privado acontece, segundo Rocha-Coutinho (1994), com o surgimento da sociedade industrializada. Anteriormente, no espaço físico da casa vivia a família extensa, constituída pelo pai, mãe, filhos, serviçais, parentes e agregados. Era este o campo onde aconteciam tanto as relações domésticas, quanto as sociais, ou seja, a casa familiar era tanto o lugar dos trabalhos domésticos, dos cuidados com as crianças e da socialização primária, quanto lugar onde se aprendia e se realizava a produção para subsistência familiar.

Neste espaço, embora já houvesse definição das tarefas de uns e outros, a mulher não figurava como sujeito frágil, vulnerável, sensível aos trabalhos físicos pesados. Nele, família e trabalho não estavam dissociados, tal qual indica “a análise marxista, que fala da família neste momento como unidade de produção e consumo” (ROCHA-COUTINHO, 1994, p.31). Logo, era no ambiente familiar que se produzia e posteriormente se consumia, a fim de garantir a reprodução social da família. Este dado muda cada vez mais com a intensificação do capitalismo, o qual separa espaço de produção e de consumo, fazendo com que o primeiro passe da família para a fábrica, enquanto que o segundo continue no âmbito familiar

Nogueira (2006, p. 22) ressalta, segundo Engels (1977), que

²⁴ Surgiu no âmbito do Departamento de Serviço Social em 2000, foi criado no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq em 2003 e tem como líder a Prof^a Dr^a Teresa Kleba Lisboa.

[...] A primeira divisão do trabalho é a que se fez entre o homem e a mulher para a procriação dos filhos. Hoje posso acrescentar: o primeiro antagonismo de classes que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher na monogamia; e a primeira opressão de classes, com a opressão do sexo feminino pelo masculino. A monogamia foi um grande progresso histórico, mas ao mesmo tempo, iniciou, juntamente com a escravidão e as riquezas privadas, aquele período, que dura até nossos dias, no qual cada progresso é simultaneamente um retrocesso relativo, e o bem-estar e o desenvolvimento de uns se verificam às custas da dor e repressão de outros. É a forma celular da sociedade civilizada, na qual já podemos estudar a natureza das contradições e dos antagonismos que atingem seu pleno desenvolvimento nessa sociedade.

Portanto, com o advento da era industrial, as transformações da sociedade provocaram o desaparecimento da família extensa e em seu lugar passou a figurar a família com uma lógica de relacionamentos sociais mais restritos. Emerge também neste momento, a separação entre a esfera pública e a privada, cabendo ao homem a primeira e à mulher a segunda.

Conforme Rocha-Coutinho (1994, p.32), “os dois âmbitos do cotidiano dos sujeitos – o público e o privado – começam a desenvolver lógicas próprias, cujos eixos básicos são a afetividade do mundo doméstico e a racionalidades, a inteligência e a eficácia no exercício do poder no mundo público”.

Assim, ao homem passa a ser incumbido das grandes decisões e o exercício decorrente do poder. Já às mulheres é atribuída e naturalizada a responsabilidade pela reprodução social no âmbito familiar, e tudo inerente a esta: “a execução e a supervisão de uma série de tarefas conhecidas como ‘trabalho doméstico’ que se realizam no âmbito da unidade familiar. Apesar destas atividades serem um trabalho social, na medida em que satisfazem, também, as necessidades da sociedade”, porém como são organizadas de forma individual, sem modelos ou prescrições fixas, “permite que se lhes atribua um caráter de não trabalho” (ROCHA-COUTINHO, 1994, p.33).

Nogueira também contribui para a reflexão, ao considerar que

[...] mesmo após o período referente à Revolução Industrial, o qual permitiu, de certa forma, uma acentuada inserção feminina no espaço produtivo industrial, as tarefas domésticas continuaram reservadas exclusivamente à mulher, ou seja, aos poucos foi se organizando a família operária patriarcal: marido provedor e esposa provedora complementar e dona de casa, confirmando a divisão sexual desigual do trabalho que se mantém até o presente (NOGUEIRA, 2006, p.26).

Portanto, mesmo sendo a desigualdade de gênero muito antiga e que tenha se feito vários discursos sociais e teorias naturalizando-a, a fim de tentar legitimar a superioridade masculina em relação à feminina, foi apenas com o surgimento da sociedade industrial e da

classe burguesa que a mulher percebeu-se presa ao papel de mãe e de esposa (ROCHA-COUTINHO, 1994).

Neste sentido a autora (1994, p.151) diz que “tal confinamento está ligado à nova idéia de família, que surge e que vai operar numa verdadeira revolução sentimental, reforçando o sentimento doméstico de intimidade, do amor conjugal e do amor materno” fatos estes que foram subjetivamente intensificados nas últimas três décadas do século XX, quando a mulher começa a adentrar de forma integral nos espaços públicos, levada na maioria das vezes pela necessidade de assegurar a subsistência da família, o que instala um embate, propriamente dito, com aqueles que dominavam a cena econômica, social e política até então. Este fato coloca na mesa de debates científicos e da sociedade a situação das desigualdades entre os gêneros e às próprias relações de poder existentes entre homens e mulheres nos vários âmbitos da vida na sociedade ocidental.

4.5 A Divisão Sexual do Trabalho: as principais nuances a luz de diferentes autores

Nesta seção propõe-se introduzir a categoria de estudo sobre a ‘divisão sexual do trabalho’, a fim de que seja possível fazer uma interpretação condizente do material empírico coletado a partir das entrevistas realizadas com as dezoito famílias de agricultores do município de Concórdia (SC). A análise decorrente do estudo desta categoria, permeará as discussões desde aqui até o final deste trabalho, permitindo avaliar como a divisão sexual do trabalho se efetiva na vida dos entrevistados e sua interferência no que toca à equidade ou desigualdade de gênero.

É importante ainda salientar que, a partir da pesquisa bibliográfica e da pesquisa empírica, notou-se que a temática da divisão sexual do trabalho apresenta vários nuances que a conformam na totalidade, desta forma, decidiu-se guardar a reflexão sobre os principais nuances a luz dos diferentes autores visitados para as seções seguintes e nesta apenas apresentar a noção geral da temática, acompanhada por um resgate histórico das principais correntes que a discutem.

Dito isto, apresenta-se que o Dicionario de Estudios de Género y Feminismos (GAMBA, 2007), considera a divisão sexual do trabalho como um fenômeno facilmente observável no âmbito da organização do trabalho na sociedade, que se expressa na concentração das mulheres nas tarefas voltadas à reprodução no âmbito doméstico, bem como

em determinados postos de trabalho, nos quais se observa ‘a atribuição sistemática de menor importância’ em termos de reconhecimento pela atividade, bem como no que se refere ao grau de hierarquia de comando e responsabilidade e, por consequência, em termos salariais.

Conforme este Dicionario (2007, p. 99)

O concepto refiere a la presencia en las sociedades de una inserción diferenciada de varones y mujeres em la división del trabajo existente, en los espacios de la reproducción y en los de la producción social. Merecen destacarse la segregación de las mujeres al trabajo doméstico no remunerado, su menor tasa de actividad laboral, la distribución diferente de varones y mujeres por ramas y sectores de actividad, por tipo y tamaño de las empresas, y, dentro de ellas, por determinados procesos de trabajo, por secciones, puestos y calificaciones laborales.

Já Nogueira (2006, p.27), afirma que “[...] a divisão sexual do trabalho é um fenômeno histórico e social, pois se transforma e se reestrutura de acordo com a sociedade da qual faz parte em um determinado período”. Neste caso, compreende-se que este é um fenômeno universal, acontecendo nas diversas sociedades e em diferentes culturas. Por conseguinte, não existe uma única forma de denominá-lo.

Assim, segundo o que apresenta Gamba no Dicionario de Estudios de Género y Feminismos (2007, p. 100), “junto al termino de mayor difusión, sea *división sexual del trabajo*, coexisten otros: *división del trabajo a base del sexo*, *división generico-sexual del trabajo* y *división genérica del trabajo*.” Estas diferentes denominações não implicam maiores distinções no que se refere à terminologia, o que faz com que seus marcos teóricos também sejam diluídos.

Entretanto, as maiores discussões e polêmicas estão situadas no campo das estratégias para combate das desigualdades estruturais provenientes dela. Destarte, pode-se detectar que existem enfoques que atribuem a divisão sexual do trabalho, às diferenças biológicas, como por exemplo, a intensidade da força física, ou por diferenças de aptidões, preferências laborais e capacidades. Estes enfoques acabam naturalizando o fato e, conseqüentemente, dificultando medidas voltadas à superação destas desigualdades. São estas explicações que prevalecem nos enfoques clássicos e neoclássicos, os quais se fundamentam nas orientações dos agentes de mercado de trabalho e na teoria do capital humano. Segundo elas, a incidência do trabalho doméstico e da responsabilidade pela reprodução social aferida para a mulher existe sim, e não há como negá-la. Porém, ela por si só é um fato de dispensa explicações e, como efeito, dispensa o debate de estratégias para superá-la (GAMBA, 2007).

Por outro lado, um enfoque que se opõe a este, parte da teoria feminista e recupera o caráter de relação social que o marxismo outorga à ‘divisão social do trabalho nas sociedades

capitalistas’, transformando este conceito em uma categoria central para questionar e compreender a subordinação das mulheres nestas sociedades. Por conseguinte, a divisão sexual do trabalho torna-se um fenômeno dinâmico que expressa o reforço e a perpetuação da subordinação das mulheres, a partir do objetivo de acúmulo do capital. Gamba (2007, p. 100) registra no Diccionario de Estudios de Género y Feminismos que, “partiendo del concepto de sistema sexo-género, los estudios se centran en la existencia de modalidades de vinculación entre la división social y técnica del trabajo en las sociedades capitalistas y las relaciones sociales de género entendidas como relaciones de poder”.

Já em relação à inserção da temática nos estudos feministas contemporâneos, cabe primeiramente registrar que ela, enquanto problemática teórica, é anterior aos estudos que se tem realizado. Mesmo que suscitada pela teoria marxista e pela teoria econômica, não foi tratada como tema central nem por um e nem por outro campo teórico. No entanto, quando emergiram nestes campos, em termos de debates, enfocaram a questão da participação da mulher na força de trabalho, utilizando termos como a ‘marginalização’ do trabalho feminino, a ‘especificidade’ do trabalho feminino, entre outros, que remetem a uma espécie de nova naturalização das desigualdades no mundo do trabalho.

Estes debates partiram de uma das primeiras abordagens sobre a divisão sexual do trabalho, a qual separa trabalho doméstico (feminino) do não-doméstico e, na seqüência, procuraram discutir em que se beneficiava o capital com o trabalho das mulheres no espaço doméstico, enquanto trabalho não remunerado. Avançaram logo em seguida, nas discussões acerca da sua natureza produtiva, classificando-o como trabalho não-produtivo. Além destes tópicos, discutiram: a produção do capital e a reprodução social; a conformação por parte das mulheres em receber menor remuneração que os homens; o alto nível de mobilidade; e uma das questões centrais para funcionamento do capitalismo, a configuração das mulheres como exercito industrial de reserva, caracterizando-se sua condição como uma espécie de subordinação econômica.

Assim, o enfoque destas discussões centrava-se basicamente na questão econômica, sendo que a estratégia para superação desta situação presumia a luta contra o capital e contra a sociedade de classes, não considerando que este fenômeno também existe em outros modos de produção.

Outros enfoques ainda foram surgindo nas últimas décadas

Algunos estudios muestran que se asignan como femeninas aquellas tareas manuales repetitivas que demandan mayor rapidez, carácter más sedentario, paciencia, etc. [...] Es decir, existen capacidades reales o asignadas a las mujeres y valoradas por determinadas producciones pero que, al momento de

calificarlas, se les atribuye mor valor por considerarlas capacidades innatas (aunque sean resultantes de la socialización de género) (GAMBA, 2007, p. 101).

Com a intenção de questionar acerca dos mecanismos invisíveis que possibilitam a destinação de mulheres a ocuparem postos de trabalho mais baixos em nível de hierarquia, os estudos de gênero avançaram a partir do descobrimento de que as qualificações, identificadas como elementos centrais para a organização do processo de trabalho, também se encontram permeadas pelas relações de gênero, ou seja, a atribuição destas qualificações acontece num campo profícuo de disputa de poder entre homens e mulheres.

A questão das relações de poder existentes no espaço do trabalho, através da divisão sexual do trabalho, é confirmada por Pena (1981, apud, Nogueira, 2006, p.28) quando fala que

Desse modo, podemos afirmar que a divisão sexual do trabalho não apresenta nenhuma neutralidade: trabalho feminino e trabalho masculino são categorias importantes não em função da natureza técnica das suas atividades, mas em função das relações de poder e dos interesses que os encobrem.

Por conseguinte, é possível compreender que sendo a divisão sexual do trabalho um campo constituído por relações de poder, principalmente no que se refere à gênero, uma vez que ela é causa e efeito deste tipo de relações, compreende-se que sua reprodução corrobora com a existência das desigualdades de gênero, perpetuando-as.

Portanto, de acordo com o que assinala Gamba no Dicionario de Estudios de Género y Feminismos (2007, p.102), “[...] os mecanismos que aseguran la segregación de las trabajadoras em la jerárquica división técnica del trabajo a los puestos poco calificados y peor remunerados, evidencian que las relaciones sociales de género son constitutivas de la división técnica del trabajo”.

4.6 Os reflexos da divisão sexual do trabalho na conformação da identidade da mulher camponesa

A construção da identidade campesina, que Bourdieu (1995) denomina de ‘*habitus*’ camponês, também conhecido por ‘*ethos*’ camponês, segundo Boni (2005), teve e continua tendo forte impregnação do patriarcado, o qual determina ser o homem o pólo dominante

tanto das relações de produção quanto das relações sociais do núcleo familiar rural (ou urbano), assumindo-se ele como ‘chefe-de-família’.

A ligação fundamental com a terra, de onde o camponês tira através do trabalho o seu produto, permite a subsistência familiar, da vizinhança e também da comunidade, já que as relações sociais no campo ampliam-se para além da família, caracterizando em seu *habitus* a solidariedade como componente fundamental das relações. Além disto, é esta ligação com a terra (que no caso das famílias entrevistadas lhes pertence), que lhes possibilita a identificação enquanto classe autônoma, segundo Martins (2003).

Como o *habitus* é reproduzido culturalmente através da transmissão dos valores a serem preservados, muitos elementos que determinam como devem ser as relações de gênero acabam perpetuando-se e naturalizando-se através de padrões de comportamento, sendo difícil desconstruí-los embora as várias transformações da contemporaneidade provoquem uma nova forma de pensar, agir e ser.

Neste sentido, passa-se a compreender que a divisão sexual do trabalho na agricultura é permeada pela tradicional e cultural dominação masculina de forma muito mais intensa que noutros contextos, gerando uma desigualdade tanto nas relações de trabalho quanto nas relações sociais. Segundo Elisabeth Souza-Lobo (1999) a ‘divisão sexual do trabalho’ traria embutida as estratégias de utilização do corpo, a partir da representação das qualidades naturais ou sociais de homens e mulheres.

Para a referida autora (1999, p.149):

Os dedos ágeis, a paciência, à resistência a monotonia são consideradas próprias da força de trabalho feminina. Como observam vários pesquisadores, a própria qualificação é sexuada e reflete critérios diferentes para o trabalho realizado por homens e mulheres, ocorrendo frequentemente uma desqualificação do trabalho feminino, assimilado a dons naturais, desconsiderando-se o treinamento informal.

Já Pierre Bourdieu (1995), em sua obra ‘Dominação Masculina²⁵’, fala da existência de um ‘sistema mítico-ritual’, continuamente confirmado e legitimado pelas próprias práticas cotidianas que inserem divisões no mundo social, imbuindo de poderes de dominação e exploração das relações sociais entre homens e mulheres. Conforme Bourdieu (1995), a divisão das coisas e das atividades segundo a oposição entre o masculino e o feminino ganham necessidade objetiva e subjetiva a partir de sua inserção num sistema de oposições

25 Esta obra pode ser encontrada tanto em: BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução de Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999, quanto em BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. In: Educação & Realidade. V.20. N.2. Porto Alegre: Faculdade de Educação da UFRGS, jul./dez. 1995. p. 133-184.

homólogas: alto / baixo, acima / abaixo, frente / atrás, direita / esquerda, reto / curvo, seco / úmido, duro / macio, temperado / insípido, claro / obscuro, entre outros.

A divisão sexual do trabalho é bastante explícita na agricultura familiar, cabendo ao homem as tarefas destinadas à geração de renda, tais como o cultivo dos campos, inclusive no corte, ou nos dias atuais, na preservação das matas, a construção de cercas, as relações comerciais de vendas de produtos, compra de insumos, maquinários, a aquisição de bens ou financiamentos, etc. Já para a mulher caberiam as tarefas relacionadas ao âmbito doméstico, o qual se estende aos arredores da casa. É neste espaço que a mulher realiza as tarefas destinadas à reprodução familiar, como os cuidados com a casa, com a comida, com a educação dos filhos, com o cultivo da horta e cuidados com o jardim, as pequenas criações de gado, aves e suínos, etc.

Destarte, retorna-se a Boni (2005) e também a Paulilo (2003), para aferir que a desigual divisão sexual dos papéis nas pequenas propriedades de agricultura associa-se a dominação que permeia desde as relações familiares internas, ou seja, no âmbito privado, até as relações familiares externas (âmbito público), como por exemplo, as relações de herança e propriedade, os arranjos matrimoniais, etc.

4.7 O quadro da divisão sexual do trabalho encontrado em terras concordienses

Diante do que já foi refletido até o momento, acredita-se ser em 'bom tempo' a apresentação do quadro onde figura a divisão sexual do trabalho observada a partir dos dados coletados nas entrevistas com os avicultores. Não é objetivo esgotar comentários acerca do quadro, já ele por si próprio comunicará aos olhos dos leitores como vivem as mulheres e homens que trabalham na agricultura familiar no contexto de Concórdia (SC), tendo como atividade em comum o desenvolvimento da avicultura a partir do Sistema de Integração.

Salienta-se que este quadro foi elaborado de forma análoga ao quadro elaborado por Bourdieu (1980), a partir de um estudo realizado com camponeses da região da Cabília na França, no final da década de '70. Este quadro foi publicado pela primeira vez em seu livro *Le sens pratique* e consta na Revista 'Educação & Realidade', conforme Anexo A.

Outros autores, inclusive brasileiros, elaboraram diferentes formas de ilustrar a divisão sexual do trabalho no meio rural. Uma das autoras visitadas, que cumpriu com êxito esta tarefa foi Rose Marie Muraro, que estudou dois grupos de camponeses no estado do

Pernambuco, sendo um deles composto por habitantes da Zona da Mata e outro do Agreste Pernambucano. É bem verdade que seu estudo configurou-se como um comparativo entre a classe camponesa e a operária e não se restringiu apenas a divisão sexual do trabalho, abarcando outras áreas como a sexualidade, a corporalidade e a família, aspectos estes que se considera estarem imbricados nas falas das e dos entrevistados de Concórdia. Segundo Muraro (1983, p.16)

[...] a partir de entrevistas que revelam o cotidiano da classe trabalhadora, seja ela camponesa ou urbana, poder-se-ia chegar a um conhecimento maior da realidade concreta da vida destas mulheres e homens, e assim, não projetar sobre elas os nossos conceitos e as nossas práticas [...], poder-se-ia, talvez, contribuir para o debate e a prática futura dos movimentos, inclusive o feminista, e a própria luta do povo brasileiro.

A escolha por ilustrar o resultado da pesquisa através da analogia à Bourdieu (1995), fundamenta-se na própria didática de visualização dos dados resultantes da pesquisa. No entanto, para satisfazer àqueles a quem as palavras dos próprios entrevistados são imprescindíveis, apresenta-se um depoimento de uma das avicultoras e de um dos avicultores, os quais também colaboram para ilustrar como acontece a divisão sexual do trabalho.

Ao ser instigada a descrever o que faz durante todo um dia²⁶, ela assim responde

É nós levantamos sempre 5:30h daí eu já faço o chimarrão e o café, daí a gente toma café. Depois eu vou atrás das vacas, tiro o leite, apronto o leite, daí já toco as vacas para o pasto e vou pro aviário. Daí a gente faz o que tem pra fazer lá no aviário, eu sempre ajudo ele. Depois, por volta das 10h eu entro em casa. Enquanto eu vou preparando o almoço, eu vou também lavando a louça que ficou do café e dando uma limpadinha na casa. Se tem roupa pra lavar, eu já encaminho dando uma ensaboada e deixando de molho, porque isto eu faço depois do almoço. Daí meio-dia a gente almoça, eu recolho as coisas da mesa, lavo e enxugo a louça, limpo o fogão e as coisas que usei pra cozinhar e daí vou descansar. No verão a gente deita, porque ninguém agüenta esse calor e os dias são mais compridos, já no inverno a gente senta na área e fica descansando no sol. Depois eu levanto e já vou cuidar da horta, do jardim, ou plantar alguma miudeza, como pipoca, amendoim, mandioca. Só que antes disto, se ainda tem alguma roupa pra lavar, eu vou pro tanque. Depois se tem que tirar a casca no aviário, porque não deu tempo de acabar de manhã, daí vamos os dois, terminamos e levamos pra roça. Depois às 16h eu vou atrás de cuidar das vacas, moer milho, puxar silagem, ou outro tipo de trato pras vacas. Às 17:45h eu vou atrás de tirar o leite e depois entro lá pelas 19h. Tomo banho, coloco de molho as roupas sujas e faço a janta. Depois ainda tem todo o serviço de limpar a cozinha ou se tem roupa pra dobrar ou pra passar daí eu faço. Depois eu descanso um pouco, assisto TV, ou faço crochê ou tricô, e aí pelas 21h, pouco mais ou pouco menos vou dormir (Mulher - Família 11, Comunicação pessoal, 2008).

²⁶ Solicitava-se aos entrevistados que descrevessem o que realizam durante um dia de semana entre segunda e sexta-feira e na sequência durante um sábado, no intervalo de tempo entre acordar pela manhã e ir dormir à noite.

Já um dos entrevistados assim descreve seu dia

Então eu levanto sempre às 5:30h, vou no galinheiro, ligo a luz, vejo a temperatura se tá muito frio, ou se tá muito quente [...] depende a idade dos pintinho. Daí faço o fogo pra aumentar o calor, mas geralmente de manhã só precisa ligar a luz e fechar a cortina. Daí eu venho pra casa, faço o fogo no fogão a lenha e faço o chimarrão, tomo e volto lá no aviário. Vejo como tá a temperatura [...] abro! Depois eu vou no chiqueiro, trato os porco e em seguida pego pasto e levo na estrebaria. Daí eu venho e tomo café e depois vou pra lavoura, independente o que tem que fazê, né, sempre tem serviço na roça. Quando é 11:15h ela me chama, daí eu venho, dou mais uma olhada no galinheiro. Daí é nesse intervalo das 8h às 11h, que ela cuida, por isso eu só chego e vou lá só vistoriá se tá em dia. Daí chego, tomo banho e o almoço já tá na mesa [...] aí almoço, volto lá fora pra tratá os terneiros e vou lá no galinheiro e depois vou descansá uma meia hora. Em seguida levanto, tomo chimarrão e, se for muito quente, se faz alguma coisa por aqui e senão vâmo todos juntos pra roça. Trabalhamos até o sol entrar. Assim, [...] somando tudo isto até às 17:30h, dá em torno de 13h à 15h por dia que você fica em função. Daí voltando da roça, vou no galinheiro vê se tá certo a água e outras coisas da rotina. Aí venho, tomo banho, janto [...] daí já é umas 20:30h ou 20:45h. Depois fico aí até às 21:15h assistindo e saio novamente verificar e se tá tudo Ok. Desligo a luz do aviário, fecho tudo e venho dormir pelas 22h (Homem - Família 15, Comunicação pessoal, 2008).

Percebe-se nas entrevistas que tanto o homem quanto a mulher têm bem definidos seus trabalhos. Como o próprio entrevistado diz, “é uma rotina”. Este foi o principal motivo que possibilitou a montagem do Quadro 01, na seqüência: a definição objetiva das tarefas atribuídas às mulheres e aos homens. Pequenas modificações foram observadas entre as famílias, porém não foi difícil detectar que todas estavam ligadas a mudanças ocasionadas por motivos de saúde ou às questões econômicos que levaram um dos membros a trabalhar fora da propriedade.

[redimensionamento para a página seguinte]

A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO NA AGRICULTURA FAMILIAR²⁷

- Analogia à "divisão do trabalho entre os sexos", de Pierre Bourdieu. Original: *Le sens pratique*, 1980 -

Trabalhos Masculinos	Trabalhos Femininos
Dentro	
<ul style="list-style-type: none"> • Acender o fogo no fogão a lenha; • Preparar o chimarrão; • Cuidar dos filhos; • Brincar com os filhos; 	<ul style="list-style-type: none"> • Preparar o chimarrão; • Preparar café da manhã; • Orientar filhos; • Arrumar os quartos; • Fazer o pão; • Fazer queijo; • Abater frangos para o consumo familiar; • Fazer o serviço da cozinha (referente ao café da manhã): • Lavar roupas e estendê-las no varal • Fazer faxina na casa e lavar calçada • Fazer almoço • Servir almoço para as crianças • Encaminhar as crianças para pegar o ônibus/escola • Preparar comida para a família fazer lanche entre as refeições; • Fazer o serviço da cozinha (referente ao almoço): <ul style="list-style-type: none"> ✓ Lavar e enxugar a louça ✓ Arrumar a mesa ✓ Limpar fogão a gás e lixar fogão a lenha; ✓ Varrer o chão • Faz companhia para os mais idosos (sogros, 'nonos', pais) • Recolher roupas no varal • Fechar a casa e acender o fogo no fogão a lenha. • Verificar temas dos filhos • Cuidar e conversar com os filhos • Fazer a janta • Dobrar e passar ferro nas roupas • Preparar comidas especiais para o final de semana, geralmente sobremesas. • Limpar banheiro (noturno); • Fazer trabalhos manuais: bordado, costuras, crochê, tricô e empalha cadeiras; • Aprontar roupas dos filhos e preparar material escolar para o dia seguinte; • Encaminhar almoço para o dia seguinte; • Ensaboar roupas sujas;
Fora	
<ul style="list-style-type: none"> • Aviário: <ul style="list-style-type: none"> ✓ Abaixar cortinas e abrir as portas; ✓ Ascender fogo nas campânulas ou fomalha; ✓ Recolher frangos mortos e leva-los para a composteira; ✓ Verificar a água; ✓ Carregar os comedouros (ração); ✓ Tirar casta; ✓ Levar resíduos de casca para a roça; ✓ Ligar ou desligar: nebulizadores e ventiladores; ✓ Fechar cortinas e as portas; • Chiqueiro: <ul style="list-style-type: none"> ✓ Verificar água; ✓ Tratar suínos; ✓ Fazer controle de doenças; ✓ Inseminar porcas; ✓ Desmamar leitões; ✓ Trocar suínos de baias • Recolher as vacas da pastagem • Fazer vistorias no: chiqueiro, aviário e estábulo/estrebria (gado de engorda) • Roça e/ou lavoura: <ul style="list-style-type: none"> ✓ Arar, gradear, envergar solo; ✓ Plantar, cultivar e colher: milho, trigo e feijão; ✓ Plantar, adubar ou colher (cortar) pasto; ✓ Roçar poteiros; ✓ Fazer cerca; ✓ Tirar lenha; • Fazer ração para os animais criados na propriedade • Arrumar instalações; • Espalhar adubo na grama; • Ir para a cidade <ul style="list-style-type: none"> ✓ Fazer compras para a propriedade; ✓ Pagar contas; ✓ Fazer e controlar serviços bancários; ✓ Fazer financiamentos; ✓ Comprar equipamentos; • Fazer vistoria noturna no aviário e chiqueiro; 	<ul style="list-style-type: none"> • Estrebria: <ul style="list-style-type: none"> ✓ Prender vacas e terneiros; ✓ Tratar animais; ✓ Ordenhar vacas; ✓ Soltar vacas no piquete; ✓ Limpar estrebria; ✓ Guardar (condicionar) o leite no resfriador; ✓ Lavar sala de ordenha e resfriador de leite, após a entrega do leite; ✓ Levar vacas para o pasto; • Aviário (intercala com os serviços da casa): <ul style="list-style-type: none"> ✓ Ascender fogo nas campânulas ou fomalha; ✓ Verificar a água; ✓ Carregar os comedouros (ração); ✓ Tirar casta; ✓ Faz vistorias diurnas: verificar cortinas, ventiladores, nebulizadores e demais equipamentos. • Chiqueiro: <ul style="list-style-type: none"> ✓ Verificar água; ✓ Alimentar os suínos; • Fazer serviços no entorno da casa: <ul style="list-style-type: none"> ✓ Cultivar a horta; ✓ Plantar, limpar e colher as miudezas; ✓ Cuidar do jardim, podar roseiras e outras flores; ✓ Cortar a grama; ✓ Capinar o terreiro • Roça e/ou lavoura: <ul style="list-style-type: none"> ✓ Limpar (capinar) e colher: milho, trigo e feijão; ✓ Roçar poteiros; • Ir para a cidade <ul style="list-style-type: none"> ✓ Comprar alimentos; ✓ Comprar roupas e materiais para a casa; • Alimentar as "criações" (galinhas, terneiros e porcos -subsistência)

Quadro 01 / Fonte: Entrevistas realizadas pela pesquisadora, Concórdia (SC), 2008.

²⁷ Segundo dados coletados através de entrevistas com homens e mulheres de 18 famílias que trabalham em Sistema de Integração Avícola no Município de Concórdia (SC), em dezembro/2007 e janeiro/2008.

Ainda nesta sessão, entende-se importante apresentar uma situação interessante de organização familiar do trabalho, encontrada numa das famílias entrevistadas, cuja mulher está acometida por grave doença. Mesmo diante do quadro de saúde, foi realizada uma significativa entrevista com a avicultora, porém devido à existência de falhas na gravação, não foi possível transcrever os dados e codificá-los. Cabe registrar, no entanto, que esta mulher fez uma descrição minuciosa das atividades que desempenhava antes de ficar doente, comparando-as com seu dia-a-dia atual, quando está acamada e não consegue nem mesmo preparar sua comida. Em seu relato comparando os períodos, descreveu também as tarefas desempenhadas pelo esposo e pelo filho.

Esta agricultora tinha uma vida muito ativa dentro da propriedade, assumindo quase totalmente as tarefas do aviário, do gado de leite e também com os suínos (em todas estas tarefas a produção era comercializada), além da horta, do cultivo das miudezas e das tarefas domésticas. O filho colaborava com ela em algumas destas tarefas, porém apenas 'colaborava', pois ainda era criança/adolescente (além de ser portador de necessidades especiais). O esposo, por sua vez, desempenhava apenas algumas tarefas na propriedade, as quais eram ligadas à criação dos animais, dedicando-se exclusivamente para a lavoura, feita com utilização de trator e outros maquinários agrícolas. Em casa tanto o esposo quanto o filho não desempenhavam nenhuma das atividades domésticas.

Depois de ficar doente, esta agricultora não mais pôde realizar as tarefas dentro e nem fora de casa. Assim, o esposo passou a cultivar menos a lavoura e assumiu junto com o filho a criação de suínos (agora somente para subsistência) e os trabalhos com o aviário que foi automatizado neste período. O filho assumiu totalmente as tarefas com o gado de leite, que continua tendo fins comerciais. A horta passou a ser menos cultivada, embora ainda possuam certa produção para subsistência. As tarefas domésticas, desde a preparação da comida, a limpeza da casa e a lavagem da roupa passaram a ser divididas entre os dois homens, já que a família não contratou faxineira.

É importante registrar que, de forma geral, as informações aqui relatadas foram confirmadas na entrevista com o esposo desta avicultora. Entretanto, aconteceu que algumas informações significativas, tais como o fato de que ele (o esposo) assumiu junto com o filho tarefas que antes nunca tinha realizado, tais como a limpeza da casa e a lavagem da roupa, não foram relatadas pelo agricultor.

Da mesma forma como outros dois homens (Famílias 04 e 07, cujas esposas também possuem problemas de saúde, embora menos agravados) que, inicialmente não mencionaram que 'de vez em quando' auxiliam nos trabalhos de limpeza da cozinha após o almoço, seja

varrendo o chão ou lavando a louça, notou-se também neste avicultor a dificuldade de falar à outra pessoa que realiza tarefas consideradas como dever das mulheres e não aos homens.

Encontrar estas situações, possibilitou confirmar que os estereótipos de gênero determinam como deve acontecer a ‘divisão sexual do trabalho’. Tudo que não se enquadra dentro deste padrão é considerado como uma anomalia, que não podendo ser corrigida, deve ser ao menos escondida dentro das paredes da casa e das cercas da propriedade familiar.

Outros dois aspectos observados a partir dos dados coletados na pesquisa de campo, permitem afirmar que também na divisão de responsabilidades dentro da propriedade e da família, bem como no que se refere às questões que dizem respeito à própria posse da propriedade e dos bens familiares, foram encontrados reflexos objetivos da divisão sexual do trabalho aqui apresentada e da dominação masculina em contrapartida da submissão feminina nos postos de decisões e comando das finanças familiares.

Para ilustrar, seguem abaixo dois gráficos, dos quais o primeiro – Gráfico 06 – demonstra a divisão das responsabilidades na família e propriedade e o segundo – Gráfico 07 – demonstra como se encontram as propriedades familiares: de posse e administração por parte do homem, da mulher, ou de forma conjunta. A apresentação destes gráficos finaliza esta seção, passando-se a discutir outros aspectos que também compõem o quadro da ‘divisão sexual do trabalho’ e das múltiplas determinações para a perpetuação da desigualdade de gênero.

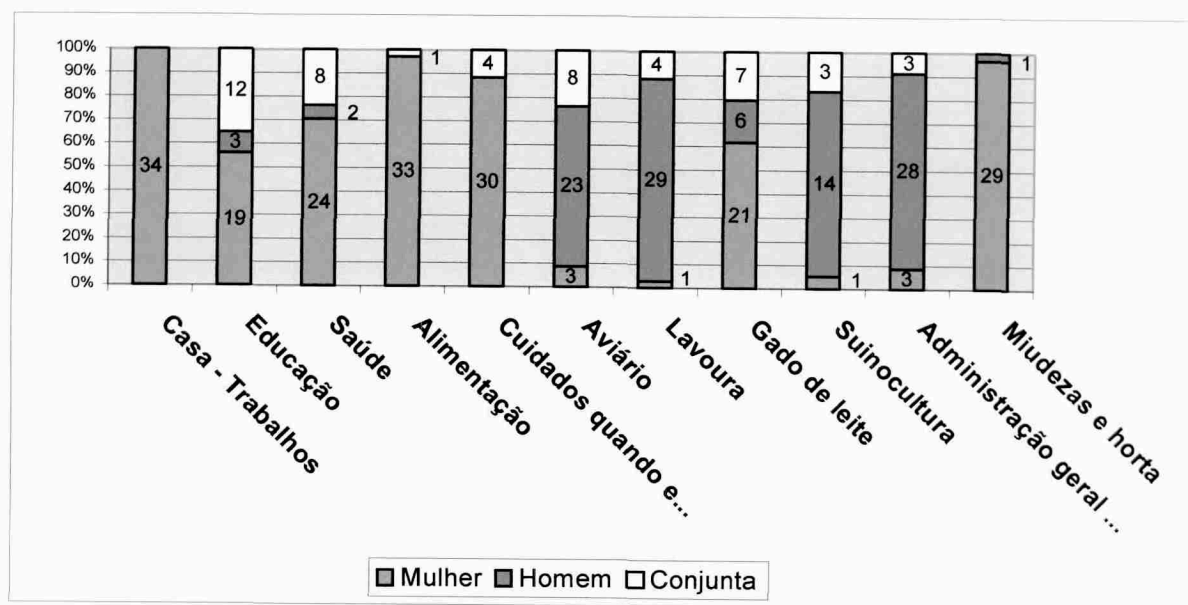


Gráfico 06 - Responsabilidades assumidas na propriedade e na família - segundo sexo²⁸
 Fonte: Entrevistas realizadas pela pesquisadora, Concórdia (SC), 2008.

²⁸ Na legenda deste gráfico, no item: ‘Administração geral – compra...’, leia-se: ‘Administração geral – compra e venda’.

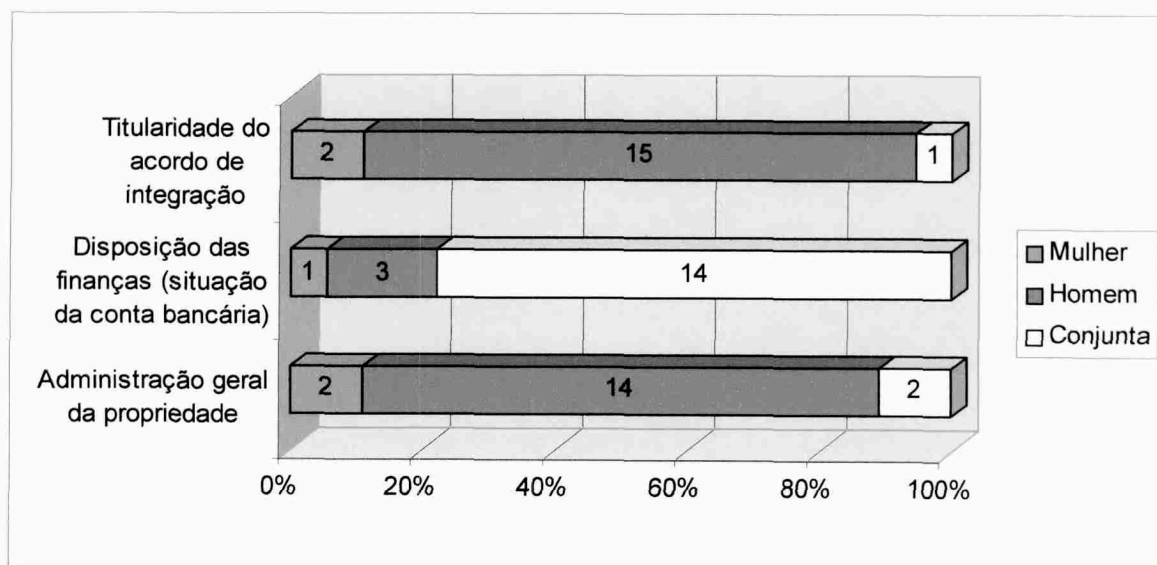


Gráfico 07 - Administração da propriedade, disposição das finanças familiares e titularidade do acordo de integração - dados por propriedade e segundo sexo.

Fonte: Entrevistas realizadas pela pesquisadora, Concórdia (SC), 2008.

Em relação a este último gráfico, foi encontrada uma situação interessante que merece ser comentada, mesmo que brevemente, neste trabalho.

A propriedade da Família 12 foi a única (composta por casal) onde a titulação do contrato de “integração” com a agroindústria está em nome da mulher. Segundo a avicultora, isto se deveu pelo fato de que o aviário antigamente estava em nome de seu irmão e era construído também sobre a terra de sua titulação. Há 9 anos a Família 12 comprou este aviário, que em princípio ficou ainda em cima da terra do irmão da mulher. Assim, por questões legais, a agroindústria exigiu que a titular do contrato fosse a mulher, pois desta forma se poderia alegar que havia ocorrido transmissão de herança. Toda esta história somente interessa em um ponto: a titulação para a mulher não ocorreu por uma livre-opção da família/casal, mas sim por uma obrigação legal da agroindústria. Assim, o patrimônio da família, fora os dados legais de registro em cartório, continua a ser de domínio do homem, seguindo a tradição patriarcal. O fato que comprova esta situação está na fala do entrevistado que diz que é ele quem manda no aviário, decide e determina as coisas. Segue sua fala: “No aviário, por exemplo, eu que determino o que tem que fazê, é eu que controlo. Trabalhamos junto, mas ela só faz o que eu digo. Então a hora que tiver que mudar alguma coisa, é eu que digo, [...] é eu que falo o que tem que fazer, mais ou menos assim, né!”

A situação encontrada dentre as famílias dos avicultores concordienses, os quais compuseram a amostra da pesquisa em tela, e que acaba de ser ilustrada nas palavras do entrevistado da família 12, é explicada por Silva e Portella (2006, p. 140) ao afirmarem que

É no campo da tomada de decisões, prerrogativa de quem detém mais poder, que se expressa mais claramente a desigualdade entre homens e mulheres. Os homens são os principais responsáveis pelas decisões ligadas à roça e à criação de animais, que são também as principais atividades das unidades produtivas, sendo ainda as que oferecem maiores possibilidades de comercialização.

Além disto, foi observado que ao serem questionados sobre a administração financeira da propriedade, especificamente sobre a situação da conta bancária, muitas mulheres ficaram em dúvida se tinham titularidade conjunta com seus esposos, perguntando-lhes primeiramente para somente depois responderem a pesquisadora de forma afirmativa. Já os homens, em sua maioria, respondia prontamente que as ‘finanças eram administradas tudo junto’, relatando com muito orgulho que a conta era conjunta, no entanto no final da resposta diziam que ‘as esposas participavam da administração simplesmente porque eles mostravam a elas o extrato da conta conjunta uma vez por mês, mas que elas não preenchiam talão de cheque, nem utilizavam o cartão bancário e muito menos iam às agências bancárias fazer e/ou resolver negócios, porque aquilo era tarefa para quem administrava, no caso, eles’.

Novamente Silva e Portella (2006, p. 140) corroboram a reflexão, dizendo que

O controle sobre a renda da propriedade, exercido pelo homem em todos os casos em que ele chefia o domicílio, é um dos pilares que sustentam a dominação masculina sobre as mulheres, seja por lhes retirar o direito de rendimento sobre o seu trabalho e, com isso, afetar diretamente a sua possibilidade de autonomia, seja porque permite ao homem uma liberdade que só existe às custas da privação feminina.

Fica objetivo então, que a centralidade masculina tanto no que tange à posse de terra e à titularidade do acordo de integração, quanto no que se refere à administração diária do trabalho e das finanças da propriedade, concede ao homem um poder muito desproporcional àquele que a mulher exerce ‘no ambiente privado’, que é a residência, mesmo porque também este poder “dado” a ela por ser a “rainha do lar” nada mais implica do que responsabilizá-la pelas tarefas e pelo funcionamento do espaço de reprodução familiar.

Assim, de forma sutil, reserva-se ao homem a figura pública representativa do grupo familiar, que sendo trabalhador e ao mesmo tempo ‘chefe de família’, é também chefe dos demais trabalhadores da propriedade, detentor dos recursos financeiros produzidos por todos membros da família e sobre cujo uso e distribuição também tem o poder de decisão (SILVA; PORTELLA, 2006).

4.8 Os mecanismos de cristalização da divisão sexual do trabalho no campo: a importância das imagens sociais de mulheres e homens reproduzidas para as crianças

A assimilação pelas mulheres de sua subordinação no mundo sexualmente organizado, faz-lhes naturalizar tal situação, absorvendo toda sorte de comandos como se eles fizessem parte da organização da própria vida, seja ela familiar, laboral, social, econômica, política e até mesmo cultural. Conforme Bourdieu (1999, p.71)

[...] As injunções continuadas, silenciosas e invisíveis, que o mundo sexualmente hierarquizado no qual elas são lançadas lhes dirige, preparam as mulheres, ao menos tanto quanto os explícitos apelos à ordem, a aceitar como evidentes, naturais e inquestionáveis prescrições e proscricções arbitrárias que, inscritas na ordem das coisas, imprimem-se insensivelmente na ordem dos corpos.

Ocorre assim que as coisas acabam sendo naturalizadas, tomadas como modelos de normalidades na vida das pessoas. É desta forma que o corriqueiro adentra na consciência dos indivíduos e faz com que os hábitos e costumes se cimentem no imaginário de homens e mulheres, tornando-se algo intransponível. É neste processo que se solidificam os papéis de gênero e a divisão sexual do trabalho, segundo a existência de dois mundos: o interior e o exterior.

No mundo camponês, à organização da vida familiar na propriedade rural, também segue esta ordenação do que é público e privado, do ambiente externo e do ambiente interno a casa. Há, porém, uma especificidade diferencial da notada nos espaços urbanos. No campo, a casa não se limita às paredes desta construção, ou seja, a sua estrutura física, mas sim, amplia-se para os arredores do quintal, abrangendo todos os espaços e as dinâmicas que acontecem no entorno da casa de morar, faça-se então esta distinção.

Assim o espaço privado estende-se da residência familiar para o quintal e a horta onde são cultivadas as miudezas; para a estrebaria onde são cuidados e alimentados terneiros e bois e ordenhadas as vacas; para os pequenos chiqueiros e galinheiros²⁹ na alimentação dos porcos e galinhas e no recolhimento dos ovos; para o pomar e o jardim onde são cultivadas flores, plantas e árvores frutíferas. Assim ocorre com vários outros espaços, que na subjetividade camponesa, são considerados privados e, portanto, ligados ao mundo rural feminino.

Para Bourdieu, estes espaços privados e públicos expressam as expectativas coletivas em relação à organização da própria vida. Segundo ela, estas expectativas

²⁹ Somente àqueles onde são criados os animais que garantem na subsistência familiar o abastecimento de carnes e ovos.

[...] estão inscritas na fisionomia do ambiente familiar, sob a forma de oposição entre o universo público, masculino, e os mundos privados, femininos, entre a praça pública e a casa, entre os espaços destinados, sobretudo aos homens, como os bares e os clubes, com seus couros, seus móveis pesados e de cor escura, que remetem a imagem de dureza e de rudeza viril, e os espaços ditos ‘femininos’, cujas cores suaves, bibelôs e rendas ou fitas falam de fragilidade e de frivolidade (1999, p. 72).

Nestas expectativas coletivas, figura toda a organização da vida social, econômica e política do indivíduo e da família, incluindo nelas também o trabalho. Logo, fundamentada nestas imagens subjetivadas do público e do privado, erige-se a divisão sexual do trabalho.

As próprias transformações ocorridas nas sociedades globalizadas, trazem consigo a mesma lógica da ‘condição feminina’ perpetuando sempre os modelos tradicionais dos papéis masculinos e femininos. Por conseguinte, os homens continuam a dominar o espaço público, a área de poder, os *locus* que exigem e expressam virilidade. Já as mulheres, embora adentrem em espaços públicos de forma bastante específica, continuam a estar destinadas e responsáveis pelo espaço privado onde se perpetua a lógica da economia dos bens simbólicos, ou então a extensão deles: os cuidados de saúde, de educação, de assistência, alimentares. Além destes, também aqueles destinados a manutenção dos universos da produção simbólica, tal qual as áreas literárias, de artes, de crônicas – jornalísticas, entre outras (Bourdieu, 1999).

Neste sentido, percebe-se que

As estruturas antigas da divisão sexual do trabalho, parecem ainda determinar a direção e a forma das mudanças, pois além de estarem objetivadas nos níveis, nas carreiras, nos cargos mais ou menos fortemente sexuados, elas atuam através de três princípios práticos. [...] De acordo com o primeiro, as funções que convêm às mulheres se situam no prolongamento das funções domésticas; segundo, que uma mulher não pode ter autoridade sobre os homens [...]; terceiro, que se confere ao homem o monopólio da manutenção dos objetos técnicos e das máquinas (BOURDIEU, 1999, p. 112).

Esta análise é verificada no cotidiano das mulheres avicultoras, quando nas entrevistas, tanto elas quanto seus esposos, revelam que à mulher é devido tratar as vacas, tirar o leite, cuidar do jardim e horta, entre outros. Mesmo nas circunstâncias em que ela compartilha o trabalho com seu esposo, é devido a ele estar no posto de comando, coordenando o que, como e quando devem ser realizadas as tarefas, dentro do aviário, por exemplo. Além disto, dificilmente será a avicultora quem operará os equipamentos tecnológicos do aviário. Ela, no máximo servirá para informar o que está acontecendo e alertá-lo ao mínimo sinal de que alguma coisa saiu da normalidade desejada.

Neste ponto insere-se a mulher no tipo de exercício de trabalho considerado pelos avicultores como “atenção direta”, pois será sempre ela, que estando no entorno da casa

familiar, espaço em que geralmente está localizado o aviário, irá observar de tempo em tempo, quando não, ficará permanentemente de guarda dentro do aviário, para garantir que tudo esteja transcorrendo ‘bem’ e que se esteja prestando a tal “atenção direta”, requisitada pelos frágeis animais.

Estas estruturas antigas da divisão sexual do trabalho, reproduzidas atualmente no contexto de modernidade que também atingiu o campo, seja de modo objetivo ou subjetivo, acabam colaborando para a construção das representações sociais que, especialmente, os filhos fazem acerca da vida na propriedade rural familiar. Desta forma, as crianças apreendem desde muito cedo que tipo de trabalhos são desempenhados pela mulher e pelo homem, além de como e de que forma acontecem as relações entre os mesmos: hierarquia e autoridade, comando e submissão, protagonista e coadjuvante, aspereza e mansidão, virilidade e fragilidade.

Então passam a assimilar que todas estas características são atributos exclusivos dos homens ou das mulheres. Destarte, ao notar a presença ou ausência de algum ou vários deles em si próprio, a criança (ou o indivíduo em qualquer faixa etária) passe a se entender dentro de um quadro rígido de ‘normalidade’ ou ‘anormalidade’, o que é confirmado por Bourdieu (1999, p.114, grifos no original)

Em suma, através da experiência de uma ordem social “sexualmente” ordenada e das chamadas à ordem explícitas que lhes são dirigidas por seus pais, seus professores e seus colegas, e dotadas de princípios de visão que elas próprias adquiriram em experiência de mundo semelhantes, as meninas incorporam, sob forma de esquemas de percepção e de avaliação dificilmente acessíveis à consciência, os princípios da visão dominante que as levam a achar normal, ou mesmo natural, a ordem social tal como é e a prever, de certo modo, o próprio destino, recusando as posições ou carreiras que estão sistematicamente excluídas e encaminhando-se para as que lhes são sistematicamente destinadas. A constância dos *habitus* que daí resulta é, assim, um dos fatores mais importantes da relativa constância da estrutura da divisão sexual do trabalho [...].

Segundo Ribeiro (2006), ao realizar estudo sobre as brincadeiras de meninos e meninas como reflexo da construção social das diferenças de gênero, sexualidade e socialização das crianças, afirma que

De fato o domínio masculino sobre as mulheres ainda é uma realidade em vários sentidos. Entretanto, não se pode mais dizer o mesmo, e de forma generalizada, quanto à passividade e à submissão feminina nos sistemas de gênero. A construção social das diferenças e o poder a elas atribuído, quando assentadas na sexualidade e em outras dimensões sociais, pode revelar singularidades e dinâmicas que vão além do bipolarismo de gênero ou da dominação masculina (Ribeiro, 2006, p.148).

Então, desde pequeninos, meninas e meninos são educados e socializados dentro dos padrões e normas culturais definidas pelo grupo social em que estão inseridos. Há de se dizer que estas normalizações e padronizações modificam-se conforme cada grupo cultural. Porém, de forma geral, é possível reconhecer um padrão geral que a sociedade ocidental (capitalista) adota e perpetua acerca dos papéis de gênero e da divisão sexual do trabalho, segundo aquilo que mais convir em termos da acumulação de riquezas por parte de uma parcela muito pequena desta sociedade.

Como as crianças camponesas não se encontram num mundo isolado deste que é capitalista, outrossim, estão diretamente inseridas num espaço onde também acontece a apropriação indevida das riquezas produzidas pelos trabalhadores, também a elas são transmitidas tais normalizações e padronizações de gênero, como se fossem conteúdo básico de uma teoria que ensina a ler e interpretar os acontecimentos da vida.

Aproveitando que as inovações tecnológicas tenham adentrado no campo, tanto na esfera do trabalho, através dos equipamentos exigidos para a melhora da produção, quanto na esfera do cotidiano camponês, através dos meios de comunicação acessados nas casas das famílias agricultoras pelos computadores ligados à Internet, ou pela televisão e rádio, o capitalismo aproveita o ensejo para fortalecer ainda mais as ideologias de dominação e submissão, tão importantes para o aumento da produtividade no trabalho. Assim, crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos camponeses ficam expostos diariamente ao bombardeio de mensagens que reproduzem as relações desiguais de gênero e perpetuam a divisão sexual do trabalho. Esta situação é retratada por um avicultor ao relatar o que seu filho de 9 anos faz em casa durante todas as manhãs, que é o momento do dia em que fica distante da presença da mãe e do pai que estão trabalhando e do irmão mais velho que está estudando. Segundo o entrevistado

[...] O pequeno de manhã fica aqui em casa, [...] ele já tá acostumado a ter a rotina dele mais sozinho. Levanta, toma o café que a mãe deixou feito para ele e depois fica aqui assistindo programas na televisão, ou jogando no computador. Às vezes vai nos nonos que moram mais ali no fundo (Mulher - Família 12, Comunicação pessoal, 2008)

Observa-se, portanto, que o capitalismo utiliza-se também de formas sorrateiras para inculcar as ideologias dominantes que lhe interessam para garantir a perpetuação das relações de dominação, dentre as quais estão as relações de gênero. Assim, em cada espaço do cotidiano, em cada esfera da vida social e nas mais diferentes dimensões da vida humana, acontece de forma sutil a perpetuação dos papéis de gênero e da divisão sexual do trabalho.

Assim em cada nível, apesar dos efeitos de uma super-seleção, a igualdade formal entre os homens e as mulheres tende a dissimular que, sendo as coisas tudo iguais, as mulheres ocupam sempre as posições menos favorecidas. Embora seja verdade que as mulheres estão cada vez mais representadas em funções públicas, são sempre as posições mais baixas e mais precárias que lhes são reservadas. A melhor prova das incertezas do estatuto atribuído às mulheres no mercado de trabalho, reside, sem dúvida, no fato de que elas são sempre menos remuneradas que os homens, e mesmo quando todas as coisas são em tudo iguais, elas obtêm cargos menos elevados com os mesmos diplomas e, sobretudo, são mais atingidas, proporcionalmente, pelo desemprego, pela precariedade de empregos e relegadas com mais facilidade a cargos de trabalho parcial (BOURDIEU, 1999, p.110).

Esta situação de submissão feminina acaba por ser reproduzida também nas atividades e na vida familiar no campo, instalando uma situação de aprisionamento aos papéis de gênero, que é muito mais intensificada, devido aos próprios valores e tradições campesinos.

4.9 Pequenos acontecimentos, gestos e falas do cotidiano rural produzindo significativas visões acerca dos papéis de gênero

De acordo com Pierre Bourdieu (1995, p.137), “a visão dominante da divisão sexual do trabalho exprime-se nos discursos tais como os ditados, os provérbios, os enigmas, os cantos, os poemas ou nas representações gráficas [...]”, sempre presentes nas no dia-a-dia rural, através das músicas de rádio, das conversas nas rodas de vizinhos, nas ‘fofocas’ ouvidas no centro comunitário, entre outros discursos, os quais funcionam como estratégias de controle e de manutenção da ordem vigente.

Ao falar em estratégias de controle

Acreditamos, assim, que os estereótipos como os que afirmam que a mulher é menos competitiva e agressiva e mais emocional e carinhosa do que o homem podem limitar, de certa forma, as estratégias de controle consideradas apropriadas a seu sexo. De acordo com estes estereótipos, de qualquer tipo de comportamento mais agressivo e competitivo, por exemplo, seria proibido à mulher, uma vez que, por fugir às expectativas esperadas, seria avaliado como inadequado e estaria sujeito a reações bastante negativas (ROCHA-COUTINHO, 1994, p.127).

Destarte, nota-se que a sociedade sempre atribui papéis para homens e mulheres, que resultam da estereotipagem de funções, responsabilidade e modos de ser dos mesmos, não lhes permitindo sair destes modelos, ou mesmo, estigmatizando aquelas mulheres e aqueles

homens que ousam ir além do modelo estabelecido. Neste sentido, lembra Rocha-Coutinho (1994, p. 150) que

A situação parece, deste modo, bastante delicada, se a mulher age de acordo com o comportamento que tradicionalmente se espera dela, é julgada fraca, incompetente e ineficaz. E se ela, ao contrário, não age da forma esperada, não se comporta em consonância com as expectativas sociais, está sujeita a ser criticada por agir ‘como um homem’.

Esse dilema, instalado aqui numa discussão um tanto quanto teórica, fica muito mais acentuado no que tange a vida concreta, principalmente das mulheres, mas também de suas famílias. Neste sentido, percebeu-se que esteve presente na fala da entrevistada da Família – 2, a distinção entre ‘normalidade e anormalidade’, ‘corriqueiro e diferente’, ‘acreditável e inacreditável’, colocando-se ela dentro do padrão de mulher ‘anormal, diferente e que faz coisas que as demais pessoas não acreditam’, pois estariam fora das prescrições sócio-culturais da sociedade. Para demonstrar, apresenta-se alguns recortes da entrevista

[...] no sábado a gente costuma fazer faxina, né? Mas como (risos) eu sempre digo que sou uma mulher diferente, não to muito preocupada em ter mordomias [...] Como o meu filho pequeno faz inglês no sábado, então eu adiantava o serviço mais urgente e ia levar ele para o curso, neste tempo, se eu tinha alguma coisa para fazer no comércio, pagamentos de contas ou fazer encomendas, eu já aproveitava e fazia [...] daí faxinava a casa, lavava roupas e tudo o mais no domingo.

[...] depois ele ia para a lavoura e eu tomava conta em casa. O que tinha que fazer no aviário, eu fazia. No chiqueiro, eu fazia. Até eu comento com as gurias na sala de aula que eu inseminava porca, desmamava leitão, castrava leitão, fazia tudo, sabe? Tem gente que não acredita. Agora eu comento com elas que eu vacino porco, que limpo chiqueiro, que eu seguro porco, daí elas não acreditam! [...] eu ajudava ele em tudo. Na lavoura quando precisava ajudar eu ajudava, dirigia trator e caminhão, que nós tinha na época. O que precisava fazer eu fazia. Também na parte administrativa. Que eu falo com várias pessoas e tem mulher que não sabe quanto dinheiro tem no banco, não sabe quanta dívida tem, quando vence os financiamento [...] a mulher não sabe. Eu era bem ao contrário, eu sabia tudo, porque era mais eu que controlava esta parte do que ele [Refere-se ao período que seu esposo era vivo].

Eu sempre penso assim, que você tem que ir atrás e buscar coisas, que você nunca pode ficar parada, porque se você pensar: ‘Ah! Você é uma mulher, então você deveria parar, não deveria trabalhar tanto, poderia sossegar mais, [...] daí não dá! [...] Pra mim não serve essas conversas porque eu penso o contrário (Mulher - Família 02, Comunicação pessoal, 2008) [grifos meus].

Nota-se na fala desta avicultora que ela sabe que quebrou alguns padrões sobre a divisão sexual do trabalho e sobre o papel feminino na agricultura familiar. Como já comentado, a consciência de ruptura dos padrões, estereótipos e do próprio *habitus* camponês,

foi presente e marcou a entrevista com esta mulher, parecendo algo já bem resolvido em sua vida. No entanto, esta ruptura ainda parece guardar resquícios impregnados no modo de vida camponês, como por exemplo o uso da palavra ‘ajuda’ no lugar de ‘trabalho’, para referir-se as suas atividades. Além disto, nem sempre estes fatos – quando acontecem – se resolvem com facilidade. Pelo contrário, instalam um período de crise que pode ser muito difícil de ser superada, principalmente quando a figura e o comando masculinos eram bastante fortes nas relações que precederam. Destarte, compreende-se que

[...] O grande problema se dá quando a mulher assume posições de maior poder no trabalho fora de casa. Neste caso, ela é levada a buscar um meio-termo entre o que é estereotipadamente considerado masculino – controle mais direto, impessoal e forte, com base no direito que sua posição lhe dá e no conhecimento e recursos que ela detém – e feminino – controle fraco, pessoal, indireto e emocional. Isto porque, caso ela faça uso de formas pessoais de controle, que salientem o relacionamento e não a competência, como está acostumada a fazer no espaço do lar, ela muito provavelmente não vai ser levada a sério, o que tende a reforçar o estereótipo comum de que as mulheres são incompetentes (ROCHA-COUTINHO, 1994, p.150).

Tanto o processo de ruptura, quanto o processo de perpetuação da ordem de gênero, tal qual ainda se configura hoje, ou seja, predominantemente com a dominação masculina e a submissão feminina, acontecem através das falas, gestos e outras linguagens sociais que produzem e reproduzem também os estereótipos de gênero, contribuindo para instalar padrões e a partir destes, estabelecer níveis de normalidade e anormalidade sobre o modo como o indivíduo deve ser, trabalhar, relacionar-se e se portar na sociedade. Estes discursos acontecem de forma corriqueira nas relações sociais, geralmente de forma invisível. No entanto, podem também acontecer em lugares e momentos marcados, tais como nas rodas de visitas entre vizinhos e vizinhas, nas reuniões dos diversos grupos sociais, no centro comunitário, na bodega e, inclusive, em casa, como se percebe na afirmação de uma entrevistada, ao referir-se sobre a atração do ‘sábado a noite’

[...] quando ele chega da bodega lá do centro comunitário, ele olha as coisas lá de fora, porque isso é responsabilidade dele à noite. Depois entra, toma banho, janta e vem contá as novidade, né? [...] pra gente saber como andam as coisas [...] porque esta é a hora da conversa, né? Depois vão dormir. (Mulher - Família 12, Comunicação pessoal, 2008)

Os discursos de dominação acabam por serem incorporados na vida das pessoas de forma a comporem uma espécie de ordem justificada para a dominação, a qual segundo Bourdieu (1995, p.133), “[...] está inscrita há milênios na objetividade das estruturas sociais e na subjetividade das estruturas mentais”. Esta incorporação de uma dada ordem, o autor identifica como a conformação do *habitus*, que indica a forma pela qual os corpos foram

socializados, num universo de discursos e práticas rituais inteiramente orientadas para reprodução de uma dada ordem social, cuja imagem passa a estar presente inclusive nos inconscientes dos indivíduos. Assim, a própria divisão sexual do trabalho na agricultura tornar-se-ia um *habitus* no modo de vida rural.

Esta divisão, já um tanto naturalizada, parece estar na ordem das coisas, dentro daquilo que se considera normal e corriqueiro na vida de homens e mulheres. Conforme Bourdieu (1995, p.137), isto ocorre porque “ela está presente, em estado objetivado, no mundo social e também, em estado incorporado, no *habitus*, onde ela funciona como um princípio universal de visão e de divisão, como um sistema de categorias de percepção, de pensamento e de ação”. Com isto, passa-se a não mais questionar e a encontrar na manutenção da ordem e do *habitus* motivos suficientes para sentir-se satisfeito com uma dada realidade, sem mesmo conseguir analisar se ela possibilita ou não a realização dos desejos e perspectivas diante do mundo social.

Estas ausências no reconhecimento de outras possibilidades de organizar a vida de forma mais eqüitativa em termos de relações sociais entre homens e mulheres, fica expressa nas seguintes falas das entrevistadas ao serem questionadas se estavam satisfeitas com a atual divisão de responsabilidades.

Mas o que eu vou dizer? ...Sim, acho que sim, porque mudar pra quê? Enquanto que tá assim dá pra levar [...] (Mulher - Família 04, Comunicação pessoal, 2008)

E pra mim tá bom assim, né? Fazer o que, aqui é assim mesmo, não pode ser diferente. (Mulher - Família 08, Comunicação pessoal, 2008)

Mas tá bom, né? [...] O que eu vou te dizer? Pra mim eu tô contente. (Mulher - Família 14, Comunicação pessoal, 2008)

Sim, né! A gente se ajuda e cada um faz o que gosta, né? Eu aprendi a fazê o que faço e me acostumei, então não tenho do que reclamá. Depois também, a gente tem que fazê umas coisas assim [...] que não aprecia tanto, né? [...] Ma não dá pra reclamá, não. (Mulher - Família 15, Comunicação pessoal, 2008)

A mesma satisfação ilustrada nas falas acima, foi percebida na totalidade das entrevistas aplicadas. Dos trinta e cinco avicultores, dezoito mulheres e dezessete homens, 100% deles sentem-se satisfeitos com a divisão de responsabilidades na propriedade e familiares, simplesmente porque é assim que aprenderam e se acostumaram em termos de organização da vida familiar no campo.

De forma semelhante ao que explicara Bourdieu sobre a objetividade das estruturas sociais e a subjetividade das estruturas mentais incorporadas no cotidiano dos sujeitos, ele volta a referenciar a ordem objetiva e subjetiva, dizendo que

[...] A divisão das coisas e das atividades, segundo a oposição entre o masculino e o feminino ganha sua necessidade objetiva e subjetiva a partir de sua inserção num sistema de oposições homólogas, alto/baixo, acima/abaixo, frente/atrás, direita/esquerda, reto/curvo, seco/úmido, duro/macio, temperado/insípido, claro/escuro, etc., que sendo semelhantes na diferença, são suficientemente concordantes para se sustentarem mutuamente, no e pelo jogo inesgotável das transferências e das metáforas e suficientemente divergentes para conferir a cada uma delas uma espécie de densidade semântica [...] (BOURDIEU, 1995, p.138)

Assim, compreende-se a partir do que diz o autor, que os esquemas de pensamento parecem registrar diferenças inscritas na natureza das coisas. Resgata-se esta idéia de Bourdieu por reconhecer que ela vai ao encontro de muitas das justificações simbólicas que são produzidas por homens e mulheres no campo, como, por exemplo, associar as tarefas necessárias para funcionamento da propriedade rural no período noturno ao homem e as tarefas diurnas à mulher.

Por outro lado, a compreensão segue no sentido da desmistificação destes pares de opostos, pois eles estariam situados no âmbito do simbólico, interferindo sim na determinação do *habitus* de homens e mulheres, mas não sendo, de forma alguma, representativo das diferenças reais entre os mesmos.

Por conseguinte, associa-se ao pensamento de Bourdieu (1995), as considerações de Scott (1995) de que as diferenças entre homens e mulheres são conseqüências, ou melhor, efeitos dos papéis de gênero construídos historicamente enquanto pólos opostos, ou 'oposições binárias'. Assim, afirma-se que elas devem ser rapidamente desconstruídas, uma vez que existem apenas no plano simbólico e que, aquilo que se percebe no plano concreto das relações de gênero, são os reflexos, os quais embora sejam significativos no que tange sua interferência para as relações sociais, não justificam a existência de desigualdades entre homens e mulheres, muito menos a existência de relações de domínio e submissão.

Outrossim, ao indicar a associação entre algumas das concepções destes estudiosos, vê-se necessário salientar que Bourdieu apresenta as diferenças simbólicas entre homens e mulheres situadas em pólos contrários, entre os quais não há relação. Logo, sua desconstrução demandaria abandonar as relações tal qual acontecem e partir para a construção de uma nova ordem concreta e simbólica distante desta oposição binária. Já Scott (1995) apresenta a existência das mesmas diferenças, a partir da lógica da necessidade de complementaridade entre elas para que as relações de gênero efetivem-se enquanto relações sociais equitativas. Portanto, deste pensamento resultaria a necessidade de desconstruir estas diferenças tal qual estão firmadas na sociedade, de forma opostas e isoladas sem, no entanto eliminá-las, mas

sim, reconstruí-las privilegiando o reconhecimento das identidades diferentes de homens de mulheres e da complementaridade entre elas.

Veja-se neste sentido o que afirmam tais autores, a começar por Bourdieu (1995, p.141) que assim argumenta

A somatização progressiva das relações fundamentais que são constitutivas da ordem social resulta na instituição de duas “naturezas” diferentes, isto é, de dois sistemas de diferenças sociais naturalizadas que são inscritas ao mesmo tempo nos hexis corporais, sob a forma de suas espécies opostas e complementares de posturas, maneiras de andar, de portes, de gestos, etc., e nos cérebros que as percebem segundo uma série de oposições dualistas, miraculosamente ajustadas às distinções que elas contribuíram para produzir, como aquela que se faz entre o direito ou o endireitado, o curvo ou o curvado, e que permitiria recriar todas as diferenças registradas no uso dos corpos ou nas disposições éticas.

Já Scott (1995, p.89), as interpretações das representações sociais de homens e de mulheres, oferece

[...] a idéia de que as linguagens conceituais empregam a diferenciação para estabelecer o significado e que a diferença sexual é uma forma primária de dar significado à diferenciação. O gênero, então, fornece um meio de decodificar o significado e de compreender as complexas conexões entre as várias formas de interação humanas. Quando os/as historiadores/as buscam encontrar as maneiras pelas quais o conceito de gênero legitima e constrói as relações sociais, eles/elas começam a compreender a natureza recíproca do gênero e da sociedade.

Percebe-se, por fim, que Scott (1995) não inutiliza o modo pelo qual Bourdieu (1995) constrói seu quadro figurativo sobre as identidades de gênero e sobre a divisão sexual do trabalho, já que, segundo ela, trata-se de uma forma de demonstração destas identidades, que contribui para a compreensão, o que significaria dizer que corresponde a uma das etapas no processo de análises sobre as relações de gênero.

4.10 Da divisão sexual do trabalho à perpetuação do poder

As reflexões de Bourdieu (1995), ao tratar sobre os efeitos do poder simbólico na vida dos submissos, explicam de alguma forma, a atribuição segundo a lógica da dominação masculina, legitimada por parte, inclusive, das mulheres, de que tudo que aquilo que é atribuído como tarefa ou responsabilidade feminina caracteriza-se como coisas de ‘menor valor’. Exemplo disto é que toda produção agrícola familiar, cultivada nos arredores de casa e destinada apenas a subsistência familiar e não ao comércio, é designada como ‘produção de

miudezas', ficando sob responsabilidade da mulher em colaboração com os filhos – quando os mesmos ainda residem na casa familiar - o seu cultivo, colheita e armazenamento. Esta denominação, que remete 'às coisas menores, miúdas, mínimas e com pouca significância' é reproduzida inclusive pelas próprias mulheres. Veja-se como exemplo, o relato da entrevistada da família 06, ao falar das tarefas que realiza diariamente (1) e, num momento seguinte, descrever as responsabilidades que lhe cabe dentro da propriedade familiar (2).

1) [...] quando vê é 13:30h ou 14h. Daí toma umas cuias de chimarrão e vão pro aviário de novo. Se não vou no aviário, daí eu vou carpi um pouco, né? Vou fazer as limpezas nas miudezas, cuida a horta e assim por diante tudo aquilo que é meu serviço!

2) Ele assume mais os frangos e eu mais as vacas. [...] É sim, eu, por enquanto, assumo mais as vacas, a casa e as miudezas [...] sabê, só um pouquinho de mandioca e pipoca, e essas coisinhas pequenas, só pro gasto da família [...] isso fica comigo.

Destarte, encontra-se no relato da avicultora a aplicação do pensamento de Bourdieu (1995, p.142-143), que assim se exprime

Todo poder comporta uma dimensão simbólica: ele deve obter dos dominados uma forma de adesão que não repousa sobre a decisão deliberada de uma consciência esclarecida, mas sobre a submissão imediata e pré-reflexiva de corpos socializados. [...] Assim, por exemplo, cada vez que um dominado emprega para se julgar uma das categorias constitutivas da taxonomia dominante, ele aplica a si mesmo, sem o saber, o ponto de vista dominante, adotando, de algum modo, para se avaliar, a lógica do preconceito desfavorável.

Já em relação às construções sociais do corpo e daquilo que cabe à mulher e ao homem tendo em vista seus corpos masculinos ou femininos, parte-se primeiramente do relato de duas entrevistadas a respeito do que fazem seus maridos (1) nas horas de integração social na comunidade rural em comparação com as atividades que elas realizam (2) com este mesmo intuito, para depois, na seqüência, refletir à luz de Bourdieu (1995), sobre os efeitos da construção social dos corpos masculinos e femininos. Segundo elas

1) [...] Já o futebol [...] ele tem horário nas segunda a noite pra jogar como se fosse treino e nos domingo então tem os jogos oficiais do campeonato interiorano [...] quando tem jogo eles jogam e se não eles treinam entre eles, né? É isto que ele participa na comunidade, além do Conselho Comunitário onde é um dos membros da diretoria.

2) Eu participo do Clube de Mães. Eu gosto, é bom de participar, porque tu sai um pouco de casa. (Mulher - Família 13, Comunicação pessoal, 2008)

1) Eu participo do Clube de Mães, é o Nossa Senhora Aparecida e até faço parte da diretoria [...] já é sete ou oito anos que eu participo. Nós nos reunimos nas 2ª segunda-feira de todo mês, sempre depois do almoço. Daí

ficamos umas três horas e meia no clube e eu gosto, porque a gente vai lá e conversa bastante com as mães e fala de tudo um pouco.

2) Ah! Desde que eu conheço ele, e olha que já faz tempo, ele sempre jogou o futebol dele nos domingos à tarde lá no clube, né? (Mulher - Família 12, Comunicação pessoal, 2008)

O futebol sempre foi esporte masculino, o que se configura como uma construção social que diz respeito ao corpo, uma vez que se baseia nas características anatômicas e fisiológicas para justificar o que cabe a homens e mulheres, em termos de virilidade e de delicadeza seqüencialmente. É o que explica Bourdieu (1995, p.144), quando afirma que: “[...] o *habitus*, produz construções socialmente sexuadas do mundo e do próprio corpo [...], ao mesmo tempo como realidade sexuada e como depositário de categorias de percepção e apreciação sexuanes, que se aplicam ao corpo na sua realidade biológica”.

A construção social sexuada do corpo masculino e do feminino, também abordada por outros estudiosos, tais como Scott (1995), tem muita interferência sobre a divisão sexual do trabalho na agricultura familiar, uma vez que devido a ela atribui-se a execução de alguns trabalhos aos homens e outros às mulheres tendo em vista a necessidade do vigor físico, próprio da virilidade do agricultor, não encontrada na mulher, segundo o que pressupõe os estereótipos de gênero. Esta distinção, fruto da construção social do corpo masculino e feminino, fica expresso nas seguintes falas

É, ele fica com tudo pesado mesmo, desde a roça, ou mesmo no aviário ele fica com a parte mais pesada. Eu acho que sim, que é muito pesado. Trabalha na roça todos os dias, sozinho, né? Realmente é muito pesado, muito sofrido, né? (Mulher - Família 12, Comunicação pessoal, 2008)

Ah! Eu acho que as tarefas dela não são tão ruim assim. Às vezes só se queixa que não quer trabalhá, dizendo que é pesado, mas se não for trabalhar vai fazê o que? Então dá pra dizê que não é tão difícil não. (Homem - Família 08, Comunicação pessoal, 2008)

Verifica-se assim, que a divisão sexual do trabalho e as relações de dominação e submissão do homem para com a mulher, as quais estiveram em grande ascensão a partir da Revolução Industrial, trazendo um conjunto de vantagens para o desenvolvimento do capitalismo, dentre as quais se destaca neste momento a garantia da reprodução social por parte da mulher, e seu ingresso no mercado de trabalho como mão-de-obra significativamente mais barata que a masculina, além do que o engrossamento do exército de força de trabalho de reserva. Segundo Bourdieu (1995, p. 156)

O sistema de oposições fundamentais conservou-se, transformando-se através das mudanças que foram determinadas pela revolução industrial [...]. É assim, que a divisão entre o masculino e o feminino continua a se organizar em torno da oposição entre o interior e o exterior, entre a casa,

com a educação das crianças, e o trabalho. Ela encontrou sua forma canônica na burguesia, com a divisão entre o universo da empresa, orientado para a produção e o lucro, e o universo da casa, voltado para a reprodução biológica, social e simbólica do lar, portanto, á gratuidade e à futilidade aparentes dos gastos de dinheiro [...].

Esta situação, embora pareça remeter ao universo urbano e burguês, também pode ser observado no meio rural, quando, como já afirmado em parágrafos acima, cabe ao homem a responsabilidade por todas as atividades que geram recursos financeiros para a família e são realizados no âmbito externo da casa, enquanto à mulher cabe a responsabilidade pelos cuidados com os filhos e pelas atividades voltadas à subsistência familiar, realizadas no interior e entorno da casa, as quais não deixam de voltar-se para a reprodução social da família.

Deste modo, é importante perceber que na agricultura familiar a desigualdade na divisão sexual do trabalho não ocorre a partir da quantidade de tarefas desempenhadas pelos homens e pelas mulheres, uma vez que “[...] há distribuição quantitativa equânime de atividades produtivas para homens e mulheres, entretanto há uma expressiva desigualdade de valor do trabalho entre os sexos, o que colabora para reduzir as possibilidades de autonomia para as mulheres” (SILVA; PORTELLA, 2006, p.143).

Esta questão da desigualdade do valor do trabalho fica expressa na afirmação de Silva e Portella, quando explicam que

O critério de ‘importância’, baseado na idéias de valor comercial, é o que orienta a distribuição de responsabilidades e atribuições entre homens e mulheres, cujas conseqüências mais visíveis são a sobrecarga de trabalho das mulheres e o maior poder masculino em todas as esferas da vida nos estabelecimentos de agricultura familiar (2006, p.142).

Portanto, a conformação das oposições fundamentais é vantajosa para o capitalismo também no campo, pois ao determinar os sistemas ‘público/privado’, ‘lucro/subsistência’ e ‘dispendioso/gratuito’ e conceder o poder simbólico de dominação ao homem, assegura a geração de mais-valia e a reprodução social de trabalhadores também no meio rural. Além disto, por ficarem invisibilizados os conflitos de produção dentro da própria família e propriedade familiar, não há necessidade de preocupação no que se refere à resolução deste tipo de conflitos. Isto acontece porque no meio rural, muito mais do que no urbano, o limite entre espaço público e privado garante que a família resolva, ela mesma, todos os litígios e demandas sociais e econômicas que venham surgir a partir do processo de produção de capital.

4.11 Análises de Gênero no oeste catarinense: da submissão à emancipação das mulheres

No modo de produção e de vida camponesa há uma linha consideravelmente tênue entre submissão e emancipação das mulheres, embora pareça existir uma barreira intransponível que separa estas duas possibilidades. Assim, pode-se encontrar grupos de mulheres já emancipadas, ou em processo de emancipação – o que é menos freqüente - e por outro lado, grupos de mulheres cuja realidade de submissão aos homens nunca deixou de estar presente, desde as relações com sua família de origem, no trato com o pai e com os irmãos homens, continuando nas relações conjugais e na vida grupal e comunitária.

A sutileza entre emancipação e submissão feminina nas relações sociais no campo, possui alguns indícios dos possíveis motivos que podem propiciar a passagem da submissão para a emancipação, como por exemplo, a participação em grupos sociais politizados ou até mesmo a ocorrência de fenômenos naturais, tais como doença ou morte de algum dos membros da família, casos estes que figuram nas reflexões a seguir. Por outro lado, há alguns casos em que se constata a passagem da submissão para a emancipação feminina no campo, porém não são encontrados os ‘possíveis’ motivos pelos quais isto tenha acontecido, o que dá indicativos da necessidade de aprofundar os estudos destes casos.

Por emancipação, compreende-se todo processo de aquisição e reconhecimento público do potencial dos indivíduos de agirem autonomamente, cabendo-lhes decidir pelas questões que dizem respeito a sua vida, o que por sua vez afere dinâmica aos processos sociais, políticos, econômicos e culturais em que estão envolvidos, ou seja, significa um viver sob uma espécie de ‘auto-governança pessoal’.

Dentro dos estudos de gênero, o termo emancipação remete inclusive ao significado da categoria autonomia, a qual segundo explica Gamba (2007, p. 33) no Dicionário de Estudios de Género y Feminismos

Supone la autodeterminación, es decir que la persona sigue las leyes que ella misma se da. Es um concepto valorado como punto de partida de luchas de liberación. Aparece opuesto a dominación y subordinación, en cuanto a formas de interacción social, definido normativamente las/los sujetas/os de ésta. El concepto de sujeto autónomo es fundamental en los intentos de emancipación [...], por ejemplo, las mujeres en el sistema sexo-género, los pobres en el sistema de classes, las/os negras/os y las/os indígenas, las/los colonizadas/os, etc.

No entanto, este não é um processo que ocorre por si só, como se guardasse relação com um fenômeno da natureza, pelo contrário, ocorre nos marcos de outros micro-processos, tais como: “analizar, revalorizar las próprias experiências, prescindiendo de los valores masculinos como punto de referência, para poder autodefinirse y nombrarse” (GAMBA, 2007, p.33).

Já Nogueira (2006, p.26), alerta para o fato que

[...] historicamente as mulheres sempre estiveram em situação de desigualdade. As relações sociais capitalistas legitimaram uma relação de subordinação das mulheres em relação aos homens, imprimindo uma conotação considerada ‘natural’ à mulher, dada pela sua subordinação.

A submissão da mulher pelo homem, tratada pela autora acima como ‘subordinação’, tem origem nos marcos da família mononuclear e monogâmica capitalista, conforme refletido em seção anterior, tendo sido condensada no tecido social pelos longos séculos de domínio do capitalismo e dos capitalistas, que se perpetua até hoje nos marcos da reestruturação produtiva que atingiu também o campo, produzindo, e/ou reproduzindo-se nas relações de poder.

Dadas estas questões, passa-se a refletir sobre a existência de duas realidades, em princípio, bastante distintas, mas que ocorrem num mesmo plano geográfico regional, que é o oeste catarinense.

A antropóloga Renk (2001), ao fazer um estudo sobre as diferentes gerações de mulheres camponesas na região oeste catarinense, encontrou uma realidade bastante transformada em menos de três décadas. Segundo ela o panorama de submissão das mulheres – esposas, filhas e irmãs – para com os homens – maridos, pais e irmãos - outrora bastante marcado pelos traços culturais da colonização dos migrantes europeus vindo do vizinho estado do Rio Grande do Sul, hoje se apresenta diferente, pois nota indícios desta transformação quando a partir dos anos ‘80, “as mulheres começam a requererem também a paridade e a possibilidade de se associarem e de se representarem [...]” (p. 227). Segundo a antropóloga, “há também uma percepção das alterações dos espaços ocupados. Outrora os espaços públicos eram lugar de maior segregação e estavam mais delimitados fisicamente para os gêneros” (p.228).

Este estudo aponta para uma nova realidade onde as placas de identificação das propriedades indicam propriedade conjunta entre mulher e homem, onde as mulheres ascenderam a funções públicas de comando na comunidade, sindicatos e noutras várias instituições, onde o trabalho feminino não mais é identificado como ‘ajuda’, mas como ‘trabalho’ no seu justo significado econômico e social para a vida das famílias, onde a

vivência da sexualidade e o próprio casamento não são mais ditados pelo pai, mas passam a ser de livre-arbítrio das próprias mulheres.

Comparativamente ao estudo realizado e cujo produto final é o trabalho em tela, há de se dizer com bastante pesar que esta realidade não foi encontrada em ‘terras concordienses’. Embora estas estejam situadas também na região oeste-catarinense, parece que se trata de dois espaços geográficos separados por longa distância. Surgem então algumas perguntas: há realmente uma diferença no que tange a aquisição da emancipação e autonomia das mulheres? Em caso afirmativo, que processo teria resultado esta diferença?

Em relação à primeira pergunta, responde-se de imediato que ela existe sim, e já indicando pistas para a resposta da segunda, observa-se que há possibilidade de existir um diferencial do contexto social destas mulheres, o que resultaria numa distinção entre os grupos observados em ambos os estudos.

Segundo Cordeiro, é possível afirmar que

Os processos de emancipação não atingem as mulheres da mesma forma; eles são moldados de acordo com o contexto local e com a posição específica que elas ocupam na família, na comunidade ou nas relações mais amplas. Há famílias nas quais as mulheres conseguem estabelecer um poder de barganha maior e construir novos pactos conjugais com o marido/companheiro e novas relações com os (as) filhos (as); já em outras, as mulheres encontram muitas resistências para constituir novas posições (CORDEIRO, 2006, p.168).

Por conseguinte, compreende-se que enquanto Renk (2001) trabalha com “uma fração de mulheres que passam a se sindicalizar e a participar do Movimento de Mulheres Agricultoras”, hoje denominado por Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), o estudo em tela trabalha com mulheres avicultoras, as quais nenhuma mantém vínculos com movimentos sociais, sindicatos ou outros tipos de instituições de cunho político, mesmo porque este não se configurava como um dos critérios de seleção dos entrevistados.

Destarte, a situação indicada por Renk (2001, p.229) na seqüência, foi timidamente notada em apenas três das avicultoras entrevistadas no município de Concórdia, as quais serão comentadas após verificar-se o que aponta a autora:

Por parte das mulheres, o primeiro rebatimento no interior da família consistiu na reivindicação do poder de decisão, privilégio daqueles que “trabalham”. [...] Noutros tempos, “trabalhar” e “ajudar” podiam ser tomados como sinônimos. No entanto a semântica passa a fazer diferença, sendo realçada pelas mulheres. Obviamente nem todas fazem esforços para interiorizar a categoria “trabalho” em substituição à anterior, “ajuda”.

Na pesquisa efetivada para elaboração deste trabalho, das três manifestações que avançam no sentido de alcançar o exercício conjunto do poder, colaborando na desconstrução

da “ajuda” e construção do reconhecimento do “trabalho” realizado, observou-se primeiramente o caso da mulher viúva, da família 02, que se viu obrigada a assumir as decisões, administração e responsabilidades da propriedade e da família, uma vez que seu esposo faleceu – diga-se de passagem, por eletrocussão, ao trabalhar dentro do aviário – quando ela tinha ainda 29 anos. O segundo caso é da família 03 onde, durante os 25 anos de casamento, o casal conseguiu desenvolver o relacionamento conjugal e familiar com base na partilha eqüitativa de responsabilidades e tarefas e nas tomadas de decisão conjuntas. E o terceiro, é o caso da mulher da família 03, a qual desde o início da atividade há 7 anos atrás, sempre desenvolveu sozinha os trabalhos da avicultura, apenas com a colaboração das filhas, já que seu esposo exerce profissão liberal fora da propriedade familiar. Há de se salientar, que o acréscimo significativo em relação à reivindicação, acesso e exercício do poder de decisão desta última avicultora, aconteceu a cerca de um ano atrás (entre os anos de 2006 e 2007) devido ao fato de que ‘ela’ teve uns ‘probleminhas’ causados pela ‘má-administração’ realizada pelo marido. Embora não tenha sido revelada a natureza de tais problemas, o que interessa é apontar a transformação ocorrida.

Dada a situação ‘menos transformada’ encontrada no meio rural de Concórdia, aponta-se que maiores semelhanças foram encontradas em relação à realidade que antecedeu às transformações ocorridas nas famílias, comunidades e sociedade de forma geral, do que as que se sucederam a ela e foram indicadas por Renk (2001).

A primeira a ser apontada refere-se ao fato que, “nessa sociedade ‘tradicional’, naturalizava-se também o sistemático deserdamento das mulheres, cabendo aos elementos masculinos o acesso às terras, [...] enquanto às mulheres era destinado o dote [...] se os recursos familiares o permitiam” (RENK, 2001, p.220). Encontra-se direta correspondência desta afirmativa com a lógica de pensamento apresentada pelo seguinte entrevistado, o qual é o mais jovem dentre os avicultores entrevistados, possuindo 32 anos

Porque eu tenho um piá e uma menina, então eu penso muito pra frente. Eu penso de repente pro meu guri ficar aqui, porque se eu me aposentar mais tarde, mas aí se ele ficasse seria bom. [...] Já ela que é uma menina, com certeza vai crescer, ficar moça e vai arrumar um namorado. Talvez ela vai casar com um cara que trabalha na cidade, ou talvez com um cara que trabalha no interior. E se ela casar com um cara que for como a gente, que tenha vontade trabalhar também, então, aqui é perto da cidade, ela pode fazer uma casa por aqui e pode trabalhar na cidade e morar aqui (Homem - Família 08, Comunicação pessoal, 2008).

Nota-se que segundo a fala do avicultor, a propriedade familiar seria destinada em herança para o filho homem, enquanto à filha mulher, seria permitido construir uma casa em

cima do terreno da família, caso ela venha a se casar com um homem que tenha vontade de trabalhar, com a mesma vontade que seus pais têm.

Além desta situação ligada à questão da transmissão dos bens familiares através da herança, há outras levantadas por Renk (2001), como parte de um passado pouco distante, mas que foram encontradas na pesquisa de campo em Concórdia. A segunda a ser apresentada, refere-se aos padrões de sociabilidade no meio rural para homens e mulheres. Renk (2001, p.220) dizia que, há algumas décadas, “[...] a clivagem de gênero também passava pela sociabilidade, tendo como exemplo os bailes. Se à mulher não era cobrado ingresso, em contrapartida não lhe cabia tomar a iniciativa na escolha do par, tampouco poderia recusar o pedido de dança”.

Hoje, o exemplo que se apresenta não se refere especificamente à sociabilidade dos bailes de comunidades, mas do tipo de grupos sociais em que participam homens e mulheres, em cujos quais são notadas também identidades relacionadas ao que ‘é próprio para mulher’ – ações e atividades que requerem pouca ou nenhuma iniciativa – e o que ‘é próprio para o homem’ – ações e atividades que requerem iniciativa, comando público, decisões, etc – ou seja, o que está dentro de um padrão de sociabilidade para mulheres e homens, segundo modo de vida das famílias dos entrevistados.

Segue a Tabela 06, que ilustra os tipos de grupos sociais em que participam os entrevistados. Antes, porém, informa-se que dentre as 18 mulheres, 5 disseram não participar de grupos sociais na comunidade. Já dentre os 17 homens entrevistados, também 5 indicaram a não-participação.

Tabela 06 - Grupos sociais em que participam os entrevistados

MULHERES	HOMENS
Clube de Mães	10 Conselho Deliberativo da Escola 02
Clube de Idosos	01 Associação de Moradores 08
Grupo de cantos e liturgia	01 Associação de Avicultores 02
Pastorais da Igreja	01 Orçamento participativo 03
Ministra Eucaristia	01 Esportes 05
	Conselho da Capela 03
	Ministro Eucaristia 03

Fonte: Entrevistas realizadas pela pesquisadora, Concórdia (SC), 2008.

Dos treze homens, cuja esposa participa ou já participou em outro período da vida de grupos sociais, ao serem perguntados se houveram modificações na vida conjugal e familiar a partir desta participação, onze homens afirmaram que não e dois disseram que “*ela ficou mais alegre*”.

Das treze mulheres que participam ou já participaram em outro período da vida de grupos sociais, somente três delas disse que nada modificou entre os períodos que participam ou participaram e o período sem participação grupal. As outras dez indicaram as seguintes mudanças ocorridas:

- a) As três mulheres deste grupo que participaram de algum grupo social, mas que deixaram de participar dizem que as mudanças referem-se à:
 1. Sentir-se desinformada sobre a comunidade – excluída
 2. Sentir falta da integração que ocorria entre os grupos
 3. Sentir falta da integração que ocorria com outras mulheres
- b) As sete mulheres que participam atualmente de um ou mais grupo social, atribuem as mudanças à:
 1. Estar informada
 2. Ter possibilidade de viajar
 3. Sentir que pode ‘ajudar outras pessoas’
 4. Divertir-se e integrar-se em substituição à solidão
 5. Adquirir de conhecimentos gerais
 6. Aprender a desenvolver de habilidades manuais que não conhecia
 7. Desenvolver a auto-estima

A terceira semelhança encontrada entre o que apresentaram as entrevistadas e entrevistados durante a pesquisa para este trabalho e o que já afirmava a antropóloga Renk (2001), é ilustrada nos seguintes trechos

O primado masculino cerceava o acesso à escola a inúmeras mulheres, principalmente entre as “italianas” (COSTA e BATTISTEL, 1983). Entre as entrevistadas essas decisões diferenciadas também ocorreram. Em alguns casos, tratava-se de difícil acesso à escola; noutros, de ausência de escola; e noutros, de uma decisão do pai, que permitia a alguns elementos da prole a freqüência às aulas e a impedia a outros. Neste último caso, notam-se ressentimentos vivenciados como sentimentos de injustiça. Tensão e autoridade paterna apresentam-se também sob o rótulo de *machismo*, na avaliação feminina (RENK, 2001, p.220. Grifos da autora).

[...] Eu sempre sonhei em estudar, sempre, sempre! E o meu pai disse ‘não’, você não vai mais estudar porque tem que ajudar em casa. Então eu tenho aquilo entalado até hoje, não consigo perdoar. Eu vejo que deveria ter adquirido um estudo melhor, porque você tendo estudado é bem mais fácil conseguir algo na vida, do que ficar peleando [...] porque no interior o serviço não é fácil (Mulher - Família 02, Comunicação pessoal, 2008).

Verifica-se que há uma mesma linha lógica entre o que a antropóloga explica que acontecia há aproximadamente três décadas atrás, e o que relatou esta avicultora que também é uma das mais jovens dentre as mulheres, já que possuía no dia da entrevista 34 anos.

Em relação à avicultora, é importante recompor alguns aspectos de sua trajetória de vida em relação aos aspectos da educação e das relações com outros homens. Como percebido através de suas próprias palavras, esta mulher teve que abandonar a escola desde muito cedo e para seguir as ordens do pai, completou apenas a 4ª série do ensino fundamental. Viveu na propriedade e casa de seus pais, trabalhando, até os 23 anos quando se casou. Aos 29 anos, depois de seis anos de casada e tendo dois filhos, ficou viúva. Um ano depois de sua viuvez voltou a estudar, cursando primeiramente as séries especiais no Centro de Educação para Jovens de Adultos (CEJA), onde concluiu o ensino fundamental em um ano e meio, indo na seqüência fazer o Ensino Médio através de um curso supletivo presencial oferecido por um dos colégios da sede do município. Assim, concluiu em 2006 o Ensino Médio e prestou vestibular, ingressando em 2007 no Curso de Administração de Empresas oferecido por uma das instituições privadas de ensino superior de Concórdia. No período da entrevista, em janeiro de 2008, a mesma estava de férias das aulas na Universidade e assim se referiu aos estudos e à sua turma de sala de aula

Agora nas férias eu sinto muita falta da minha turma, isto sim! Por isso que eu te falei: eu acho que não vou deixar de estudar nunca, porque daí você tem aquela turma, né. O meu grupo é a minha turma de sala de aula, que na verdade, naquela época que meu marido era vivo, seria o clube de mães. Daí, agora, você deixa de lado um pouco estas coisas que já não tem sentido e você vive mais e se joga nos estudos. Daí você vai lá, estuda, participa, faz seus amigos lá [...] parece ser diferente, né. Faz algumas festinhas de turma, daí todo mundo se integra. [...] Lá tem apenas uma pessoa que é mais velha que eu, as demais são todas 'piazada mais nova' e mesmo assim a gente se entende muito bem (Mulher - Família 02, Comunicação pessoal, 2008).

Percebe-se então, que esta mulher descobriu ao retornar para as salas de aula, quão significativo é apreender constantemente e que o ato de 'aprender em grupo' também é uma forma de se integrar que porta consigo muitas outras vantagens, tais como as trocas intergeracionais e o desejo de querer sempre aprender mais. Detecta-se na experiência desta mulher, que o fato dela voltar a estudar a impulsionou para novas conquistas, bem como para a elevação da auto-estima, da autonomia e da emancipação, o que dentro dos estudos de gênero desenvolvidos por esta pesquisadora nos últimos três anos, seria denominado como 'Empoderamento'³⁰.

³⁰ A concepção adotada neste trabalho, refere-se aos processos de emancipação dos indivíduos com base no respeito à autonomia, respeito às percepções de mundo, incentivo ao protagonismo e às

Partindo para o encerramento desta seção, é importante registrar algumas considerações acerca das perguntas que foram realizadas ainda antes de se proceder a análise comparativa dos dois grupos pesquisados. Ora, o indicativo de que a diferença entre os grupos estava na forma de inserção das mulheres na vida social, realmente confirmou-se a partir dos dados apresentados sobre os tipos de grupos que as entrevistadas e os entrevistados de Concórdia participam, bem como no fato do retorno aos estudos da única entrevistada que no período da coleta de dados não vivia relações de gênero conjugais.

A partir da constatação destas duas situações, pressupõe-se que haveria duas formas 'diretas' de superação da situação de desigualdade de gênero, de domínio masculino e submissão feminina, que em outros contextos da mesma região oeste catarinense já aconteceram. Um deles seria o aniquilamento das relações conjugais, para que as avicultoras entrevistadas conseguissem, a exemplo da avicultora viúva, desvencilhar-se da dominação masculina e buscar a realização de suas necessidades, sonhos e perspectivas. A outra seria a inserção, mesmo que forçada, destas avicultoras em grupos sociais em que possam discutir assuntos realmente pertinentes às suas vidas e onde lhes seja propiciado desenvolverem-se como lideranças locais e serem reconhecidas como tais.

Na verdade, tanto uma quanto outra forma de superação da situação de desigualdade de gênero não se apresentam condizentes com a própria perspectiva de gênero estudada por esta pesquisadora nos últimos anos. Outrossim, todas duas são consideradas radicais e, mais que isto, impossíveis de serem colocadas em prática, logo, são incondizentes com a própria realidade das famílias entrevistadas. Não será a extinção das relações conjugais entre homens e mulheres que extinguirão as desigualdades de gênero, nem muito menos poder-se-ia obrigar qualquer indivíduo a participar de determinados grupos sociais, como se fossem seguir uma espécie de prescrição médica para um mal crônico que afeta seu bem-estar.

Detectar alguns dos possíveis fatores que fazem com que tenha sido verificada a predominância da desigualdade de gênero na divisão sexual do trabalho e nas relações

práticas democráticas e participativas. Além disto, significa falar em atores sociais, grupos, coletivos e movimentos sociais, já que se refere a um tipo de processo que inicia desde a esfera pessoal do indivíduo e chega até a esfera coletiva mais ampla de uma nação ou continente. De acordo com Young, o processo de empoderamento da mulher "transforma as relações de gênero [...] implicando numa alteração radical dos processos e das estruturas que reproduzem a posição subalterna da mulher como um gênero" (1993, *apud* DEERE; LEON, 2002, p. 52). Entretanto, a categoria empoderamento tem sido aplicada com diferentes e divergentes significados, o que faz com que sua indicação como metodologia de trabalho com pessoas e grupos se insira num campo delicado, a ser superado através de profícuos estudos e debates que esclareçam seus múltiplos sentidos e usos.

familiares, não tem outro objetivo senão traçar indicativos do que pode ser feito para esta superação, com base na própria realidade das famílias.

Assim, tomando como exemplo, os três casos onde foram percebidos avanços na direção do exercício eqüitativo das relações de gênero, citados nos primeiros parágrafos desta seção, afirma-se que a transformação para uma realidade com maior nível de igualdade faz parte da dinâmica das relações sociais que já está em curso nas ‘terras concordienses’. No entanto, esta dinâmica, seriamente influenciada pelos meios de comunicação social e pelas instituições sociais, tais como a Escola e a Igreja, demanda atenção e acompanhamento de todos aqueles profissionais que trabalham com os membros das famílias de agricultores, sejam eles técnicos da área agrícola, comercial, educacional, de saúde ou social, especificamente: engenheiros agrônomos, extensionistas rurais, pedagogos, assistentes sociais, sociólogos, entre outros.

Especialmente aos profissionais da área social e dentre estes, especificamente para aqueles do Serviço Social, indica-se a necessidade de adentrar de forma mais tenaz nos estudos sobre o meio rural e sobre a agricultura familiar – no caso deste trabalho – a fim de produzir subsídios que possam fundamentar a prática profissional voltada à realidade, necessidades e demandas das famílias agricultoras. Para tanto, há de se observar que é premente garantir que já durante a formação acadêmica, possibilite-se ao futuro profissional de Serviço Social acessar conteúdos que sejam perpassados de forma transversal pelas questões não só do mundo urbano, mas também do mundo rural.

Não se pretende que a transformação da realidade de desigualdade na divisão sexual do trabalho e nas relações de gênero, de forma geral, venha acontecer de forma mirabolante e nem mesmo, que um único profissional, ou uma única categoria profissional possa dar cabo desta transformação. Pelo contrário, esta transformação almejada será fruto da mudança das mentalidades conservadoras e patriarcais, ‘cimentadas’ na sociedade capitalista. A partir dela será possível experimentar uma nova dinâmica nas relações sociais, com base na perspectiva de gênero.

Logo, reconhecendo que o desafio é avançar da submissão à emancipação, é importante ter em mente que

[...] as metamorfoses do mundo do trabalho [...] acabam sendo *positivas*, uma vez que permitem constituir e avançar o difícil processo de emancipação feminina, e desse modo minimizar as formas de dominação patriarcal no espaço doméstico. São também *negativas*, pois essas transformações vêm agravando significativamente a precarização da mulher trabalhadora (NOGUEIRA, 2004, p. 88, grifos no original).

Cabe, neste sentido, ressaltar que ‘a emancipação’ aqui indicada pela pesquisadora e autora deste trabalho em tela, é compreendida a partir de dois vieses: 1) Na perspectiva marxista, onde a emancipação - no caso, humana - somente poderá acontecer com a superação do capitalismo; 2) Na perspectiva sociológica dos atuais ‘estudos de gênero’, onde figuram estudiosas como Carmen Diana Deere e Magdalena Leon³¹, onde a emancipação – especialmente das mulheres – é compreendida como um processo que conquista de autonomia e superação de desigualdades.

Dadas as definições, expressa-se que nem um nem outro viés são excluídos – ou se excluem - do horizonte a que se pretende alcançar. Outrossim, afirma-se sim que a efetiva emancipação humana somente será possível numa sociedade cujo modo de produção não explore e escravize de modo perverso através do trabalho os indivíduos ‘não proprietários’, principalmente mulheres, crianças e jovens. Entretanto, passos significativos na direção desta emancipação são necessários para que aconteça tal superação e, dentre estes, configuram-se os processos de acréscimo de autonomia, de participação efetiva nas esferas social, econômica, política e cultural da vida em sociedade, entre outros.

Enfim, é importante dedicar um olhar atento às relações de gênero vinculadas à produção e ao trabalho nos marcos do capitalismo, dado que, como bem ressalta Nogueira (2004, p.93)

Tudo isto evidencia que o capital se opõe frontalmente ao processo de emancipação da mulher, visto que ele necessita, para a preservação do seu sistema de dominação, do trabalho feminino, tanto no espaço produtivo como no reprodutivo, preservando, em ambos os casos, os mecanismos estruturais que geram a subordinação da mulher.

Dar atenção a esta dinâmica de subordinação, significa aceitar o desafio de pensar, implementar e executar outras possíveis formas de organização social, política e econômica de grupos como agricultores e agricultoras, mulheres, jovens, etc, que possibilitem superar primeiramente esta situação, para também superar o sistema. Para isto, é indispensável dedicar olhar, escuta e compreensão para a realidade e contexto em que vivem estes indivíduos, levantando, entre outros aspectos, suas perspectivas, sonhos e necessidades, os quais no âmbito deste trabalho, passam a ser discutidos no próximo item.

³¹ Para maiores esclarecimentos ver: DEERE, Carmen Diana. LEÓN, Magdalena. **O empoderamento da mulher: direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina**. Trad. Letícia Vasconcellos Abreu, Paula Azambuja Rossato Antinolfi e Sônia Terezinha Gehering. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

4.12 Articulando perspectivas, sonhos e necessidades desta gente camponesa

Diante da realidade da agricultura familiar no Brasil, acrescida pelas múltiplas determinações observadas em terras concordienses, decorrentes do desenvolvimento do Sistema de Integração Avícola, que sofreu intenso processo de reestruturação produtiva a partir dos anos '90, e da perpetuação de uma cultura patriarcal que alicerça as desigualdades de gênero, entende-se que não são necessárias muitas palavras eloqüentes para demonstrar as perspectivas que possuem as agricultoras e agricultores entrevistados.

Infelizmente, muitas foram as necessidades apresentadas pelos protagonistas deste estudo, outros tantos foram os sonhos que eles afirmaram ter em suas mentes já cansadas e desgastadas pelo árduo trabalho no campo e poucas foram as perspectivas indicadas para continuidade da vida no campo.

Para Pereira (2000), identificação das necessidades humanas estaria relacionada ao reconhecimento de toda uma gama de quesitos indispensáveis para a vida em sociedade. O atendimento destes quesitos garantiria o exercício da cidadania plena, e se configurariam tanto a partir do aspecto biológico, quanto do aspecto social, econômico, cultural e político da vida. Além do atendimento das necessidades de alimentação, moradia, saúde, a proteção social, reconhecida aqui como meio de efetivação das perspectivas e sonhos das agricultoras e dos agricultores entrevistados, deveria atender também as necessidades de educação, cultura, liberdade, bem como a necessidade de existência de condições adequadas para pensar, refletir, optar, decidir.

Apresentadas estas considerações, ilustra-se a reflexão com os dados coletados nas entrevistas e codificados na Tabela 07, já que nela consta o que expressaram os entrevistados em relação às suas necessidades. Na seqüência partir-se-á diretamente para a apresentação de algumas considerações acerca do que os dados indicam.

Tabela 07: Necessidades de atendimento - Indicações segundo sexo

NECESSIDADE	Nº DE INDICAÇÕES		
	M	H	T
Adequação das exigências ambientais à realidade das pequenas propriedades Lazer e convívio / integração social na localidade rural.	2	3	5
Pagamento de preço justo pelos produtos.	5	4	9
Acesso ao ensino técnico e/ou superior.	9	8	17
Atenção à educação básica.	7	5	12
Acesso permanente ao conhecimento (capacitação técnica).	4	1	5
Orientações e assistência técnica agrícola / rural.	9	5	14
	4	6	10

Habitação rural.	4	4	8
Melhoria e manutenção de estradas de rodagem.	8	9	17
Manutenção das estradas de roça e outros serviços. Exemplo: terraplanagem.	10	12	22
Financiamento Agrícola De Baixo-Custo	7	9	16
Investimentos nas propriedades.	5	7	12
Prever Seguro Agrícola.	5	9	14
Captação de água para a propriedade.	1	2	3
Transporte público e escolar.	7	3	10
Atendimento das Unidades Locais de Saúde.	10	7	17
Melhoria da Aposentadoria Rural.	4	3	7
Acesso a programas de assistência social.	2	1	3
Mão-de-obra na propriedade familiar.	5	8	13
Ter renda mínima e diversificação das atividades na propriedade.	3	7	10

Fonte: Entrevistas realizadas pela pesquisadora, Concórdia (SC), 2008.

Em relação aos sonhos, percebeu-se pequenas mudanças entre os sonhos dos homens e das mulheres, sendo que o ponto marcante continua sendo que a mulher, ao ser instigada a falar de seus sonhos, remete-se, de modo predominante, aos seus desejos em relação ao ‘bem-estar’ da família, enquanto o homem revolve-se mais à propriedade familiar.

Assim, as mulheres sonham com: trabalhar menos; ter tempo e condições para usufruir momentos de lazer com a família; receber reconhecimento da atividade – ser valorizada como agricultora; disponibilizar de mais mão de obra; ser mais organizada, conseguindo fazer seu próprio planejamento; ter mais tempo para os filhos; melhoria do preço de seus produtos; ter casa boa – construir ou reformar; voltar a ter saúde; garantir estudo de qualidade para os filhos; viver com mais conforto e investir na propriedade. Constatou-se de modo preocupante que muitas das entrevistadas sonham em ‘não ser mais agricultora’, ‘não morar no meio rural’ e ‘fechar o aviário, no sentido de vendê-lo e terminar com a atividade’.

Já os homens entrevistados, sonham com: trabalhar menos; poder ter férias – viajar; melhorar o lucro, melhorando os preços de seus produtos e baixando os custos; ser valorizado como agricultor e ter estabilidade no preço dos produtos. Também de modo preocupante, alguns avicultores relataram sonhar em ‘encaminhar filhos para um bom emprego na cidade’; ‘vender a propriedade pelo preço justo’ e ‘deixar de ser colono’.

Observa-se que os últimos desejos das mulheres e homens estão diretamente ligados à perspectiva de saída do campo, dado preocupante e bastante visível a partir do Gráfico 08.

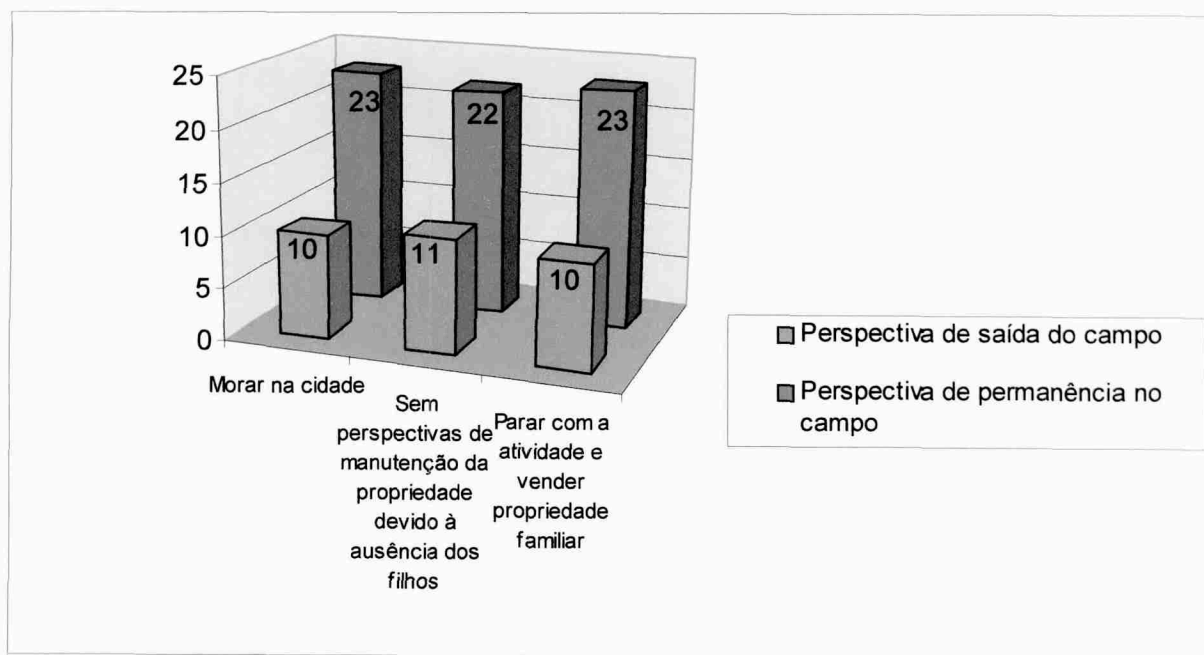


Gráfico 08 - Perspectiva de saída e de permanência no campo – Segundo as entrevistas validadas (N = 33) / Fonte: Entrevistas realizadas pela pesquisadora, Concórdia (SC), 2008.

Em relação a esta situação em que dez dos trinta e três entrevistados a quem se aplicou a pergunta, indicaram a perspectiva de vender a propriedade familiar e também dez indicaram a perspectiva de morar na cidade, percebe-se o desalento pelas peripécias da profissão e das condições de vida no campo, que não lhes concede boas visões acerca de um futuro promissor se continuarem no meio rural.

Da mesma forma é preocupante, quando na resposta de onze entrevistados aparece a ausência dos filhos que são os primeiros a sair do campo em direção aos centros urbanos. Ora, todas três informações indicam a urgência de políticas públicas que possibilitem a permanência das famílias e dos jovens (os quais constituirão novas famílias) no campo, segundo o atendimento das necessidades humanas apontadas por Pereira (2000), com qualidade de vida, com a diminuição e/ou extinção dos riscos da atividade agrícola e com garantia de preço justo para a produção familiar.

4.13 Reconhecendo as demandas e propondo políticas de atenção à agricultura familiar

Chega-se neste ponto do trabalho, ao seu ápice em termos de retribuição simbólica da parte da pesquisadora, para as mulheres e homens que trabalham com a avicultura, no modelo

de familiar e que prontamente se dispuseram a compartilhar suas vidas através das entrevistas realizadas.

Esta retribuição faz parte já de um compromisso profissional, enquanto futura Assistente Social, com todos aquelas e aqueles trabalhadores que, pertencendo a classe subalterna, configuram-se como principais destinatários das atenções, olhares e do atendimento do Serviço Social. Portanto, o levantamento das demandas e a indicação de políticas que aqui será apresentada, tem como base todo conhecimento adquirido nos quatro anos e meio de estudos e dedicação ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, nos quais aprendeu-se os fundamentos teórico-metodológicos, técnico-operativos e ético-político da profissão.

Destarte, apresenta-se num primeiro momento o Gráfico 09, que ilustra quais as demandas indicadas pelas mulheres e homens agricultores familiares e na seqüência o Gráfico 10, que indica as áreas de Políticas Públicas em que foram reconhecidas as demandas.

[redimensionamento do gráfico para a página seguinte]

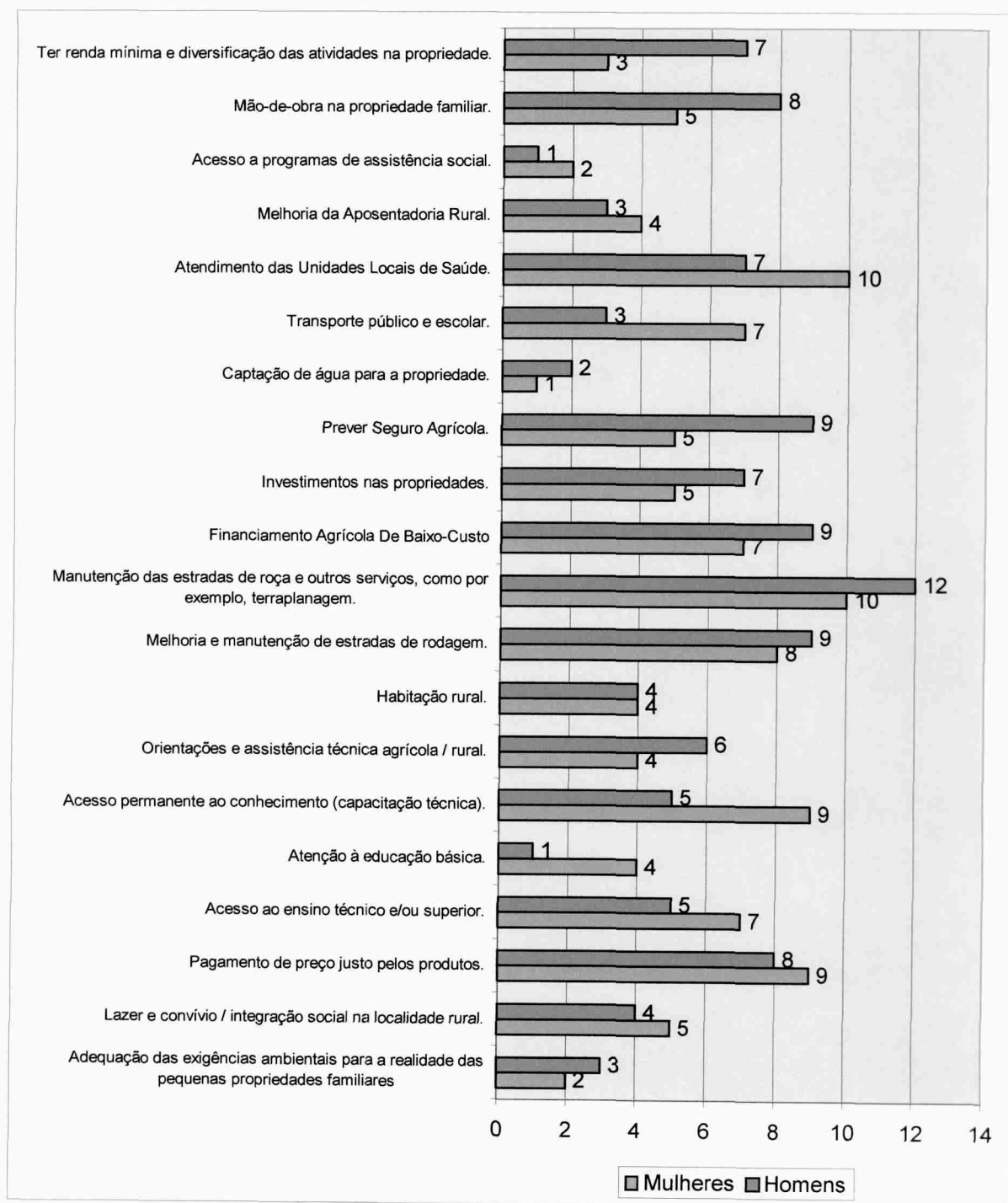


Gráfico 09 - Demandas de Políticas Públicas indicadas segundo sexo.
 Fonte: Entrevistas realizadas pela pesquisadora, Concórdia (SC), 2008.

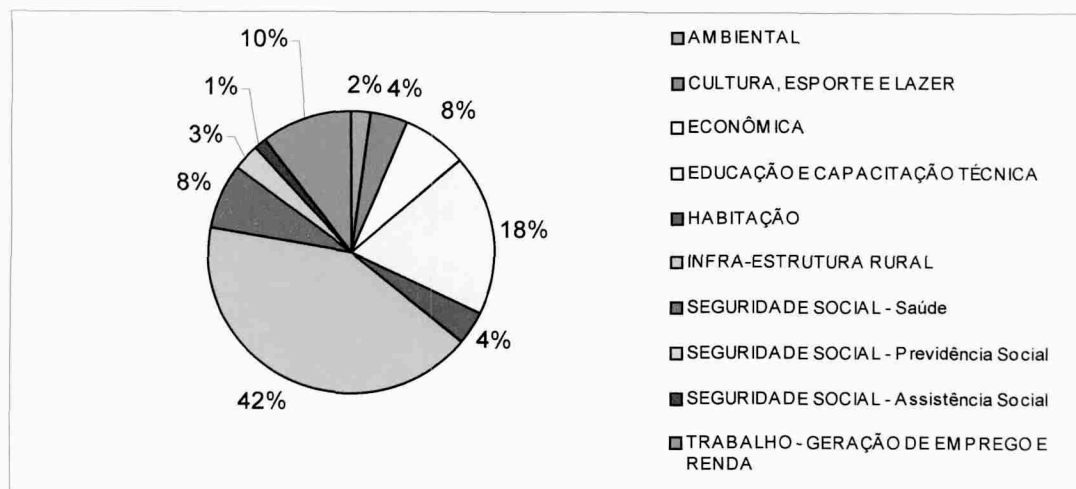


Gráfico 10 - Áreas de Políticas Públicas demandadas pelos entrevistados – segundo grande área de atendimento / Fonte: Entrevistas realizadas pela pesquisadora, Concórdia (SC), 2008.

Nota-se a partir do gráfico que a maior área de Política Pública demandada pelos agricultores familiares entrevistados, refere-se à Política de Infra-Estrutura, seguida pela Política de Capacitação Técnica e pela Política de Geração de Emprego e Renda.

Somadas as três áreas que compõem o tripé da Seguridade Social – Saúde, Previdência e Assistência Social, também há fortes indicativos de que é imprescindível dedicar atenção para o atendimento destas políticas para a população rural, realizando revisões e reestruturações nos serviços já existentes, se necessárias, ou implantação novos serviços que respondam às necessidades relatadas pelos entrevistados.

Na seqüência é apresentada o Quadro 02 contendo seqüencialmente: a necessidade, a grande área de Política Pública e a demanda específica elaborada de forma a subsidiar futuros estudos e/ou profissionais e instituições voltados ao atendimento do meio rural, que queiram efetivar as considerações apresentadas neste trabalho.

NECESSIDADE	POLÍTICA	DEMANDA
Adequação das exigências ambientais para a realidade das pequenas propriedades familiares , uma vez que a produção nestas está ficando inviável devido à redução da área passível para cultivo.	Ambiental	Revisão da Legislação Ambiental para a zona rural, garantindo indenização e/ou outra forma de ressarcimento para famílias cuja produção para subsistência e/ou comercial seja afetada pelas normas ambientais, tanto em termos de quantidade como de qualidade dos produtos, o que repercute na renda-familiar.

Quadro 02 – Necessidades, políticas e demandas apresentadas pelos entrevistados (*continua*)
Fonte: Entrevistas realizadas pela pesquisadora, Concórdia (SC), 2008.

NECESSIDADE	POLÍTICA	DEMANDA
Infra-estrutura para lazer e convívio / integração social na localidade rural. Falta tempo para dispor de momentos de lazer e convívio social.	Cultura, esporte e lazer	Políticas de Cultura, Esporte e Lazer voltadas para o Meio Rural, como por exemplo: 'projetos de cinema itinerante'.
Pagamento de preço justo pelos produtos da agricultura familiar.	Econômica	Política de preços de produtos agrícolas, em que sejam considerados e remunerados infraestrutura, instrumentos, força de trabalho e reprodução social necessários para obtê-los, prevendo inclusive políticas de subsídios para a produção da agricultura familiar.
Acesso ao ensino técnico e/ou superior, preferencialmente voltado para o campo (e sua diversidade).	Educação e capacitação técnica	Ampliação de número de vagas na Escola Agrotécnica Federal e criação de Universidade Pública voltada para as características e demandas da região, dando prioridade aos cursos ligados ao campo.
Atenção à educação básica: garantia de escolas mais próximas das residências e transporte escolar seguro e gratuito quando for necessário.	Educação e capacitação técnica	Revisão da 'Política de Educação Básica', para adequação à realidade de trabalho, convívio e organização das famílias agricultoras. Incluir no currículo temas transversais à realidade rural.
Acesso permanente ao conhecimento (capacitação) de novas formas de produção agrícola, sustentáveis ecológica, econômica e socialmente.	Educação e capacitação técnica	Capacitação e atualização permanentes, através de cursos de curta e média duração, voltados a todos os membros das famílias de agricultores familiares. Prever capacitação nas áreas de produção agrícola, pecuária e criação de animais; beneficiamento da produção; higienização e armazenamento da produção; embalagem e comercialização dos produtos; turismo rural, entre outras conforme a demanda local dos usuários.
Orientações e assistência técnica agrícola / rural.	Educação e capacitação técnica	Garantir efetividade da Política de Assistência Técnica Rural (ATER), disponibilizando recursos e equipes em quantidades suficientes para o atendimento de famílias agricultoras, grupos e comunidades rurais, segundo realidade específica de cada local. Propiciar instrumentos e meios para que as equipes de ATER possam fazer levantamento de necessidades, demandas e possibilidades de atendimento na área de responsabilidade.

Quadro 02 – Necessidades, políticas e demandas apresentadas pelos entrevistados (continuação)

Fonte: Entrevistas realizadas pela pesquisadora, Concórdia (SC), 2008.

NECESSIDADE	POLÍTICA	DEMANDA
Habitação rural com segurança e conforto.	Habitação	Política de Habitação Rural, garantindo especificidades do campo no que se refere à cultura e identidade camponesa e às exigências do cotidiano familiar neste meio.
Melhoria e manutenção de estradas de rodagem , as quais servem tanto para escoamento da produção, quanto para o deslocamento dos moradores até a sede do município onde estão concentrados os serviços de saúde, educação, comércio e bancos, entre outros.	Infra-estrutura rural	Investimentos em estradas de rodagem ligando as localidades rurais entre si e com a sede do município (política de serviços de infra-estrutura de estradas no meio rural).
Atendimento aos agricultores com horas máquina de tratores (com cota anual para cada família), com a finalidade de manutenção das estradas de roça e outros serviços de melhoria, como por exemplo, terraplanagem.	Infra-estrutura rural	Incluir a demanda específica das famílias para disponibilização de serviços de máquinas pesadas nas propriedades, dentro da política de serviços de infra-estrutura de estradas no meio rural.
Financiamento Agrícola De Baixo-Custo , Voltado Para Melhoria e/ou Manutenção De Pequenas Propriedades, Com Juros Baixos, assegurando novos investimentos nas propriedades. Prever Seguro Agrícola e política de subsídios para a agricultura	Infra-estrutura rural	Na política de micro-crédito para a agricultura familiar Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, especificamente na linha de investimento de infra-estrutura das propriedades rurais, verificar possibilidade de acesso a diferentes patamares de créditos sem definição pelo Estado, mas segundo opção das próprias famílias, observando valores segundo a renda líquida e não renda bruta da propriedade, como acontece atualmente. Garantir acesso à seguro agrícola, bem como à subsídios agrícolas.
Captação de água para a propriedade – há escassez de água nas antigas nascentes que abasteciam as propriedades, situação que aumenta nos períodos de estiagem, os quais estão ficando recorrentes de ano em ano.	Infra-estrutura rural	Política de garantia de infra-estrutura mínima nas propriedades: água (consumo humano e animal), tratamento de esgotos e dejetos humanos e animais, fornecimento de energia elétrica com baixo-custo, serviço de coleta seletiva de resíduos, com atenção à embalagens de resíduos tóxicos (esta política estaria diretamente ligada à Política Ambiental).

Quadro 02 – Necessidades, políticas e demandas apresentadas pelos entrevistados (*continuação*)

Fonte: Entrevistas realizadas pela pesquisadora, Concórdia (SC), 2008.

NECESSIDADE	POLÍTICA	DEMANDA
Melhoria no transporte público e escolar.	Infra-estrutura rural	Adequação do transporte público às necessidades e possibilidades econômicas das famílias agricultoras, garantindo horários de atendimento de transporte adequados à disponibilidade de tempo dos mesmos, bem como a cobrança de preço compatível com a renda da agricultura. Atenção especial para o transporte de estudantes, para que crianças e adolescentes passem o menor tempo possível no deslocamento entre suas residências e escola, observando distâncias, trajetos percorridos pelos ônibus e segurança dos usuários.
Profissionais de saúde para comporem o quadro básico de atendimento das Unidades Locais de Saúde (ULS), para que realmente a atenção básica de saúde seja efetivada nas localidades (regiões ou distritos). Segundo a agricultora da família 01, “Posto de Saúde até tem, mas profissionais como médico, falta muito”. Já a agricultora da família 04 diz que tem que se deslocar para a sede do município para ter atendimento e mesmo assim não consegue marcar consulta médica.	Seguridade social <i>Saúde</i>	Dotar as ULS do município com profissionais da área de saúde, principalmente àquelas localizadas no meio rural e/ou que atendam população camponesa, de forma a propiciar atendimento em nível de atenção básica através de equipe multi-profissional. Prever neste atendimento a atenção à saúde da mulher e atendimento à gestantes e crianças; atendimento para uso de medicamentos contínuos (ex.: insulina) e agendamentos de exames em outras unidades de saúde.
Melhoria da Aposentadoria Rural, principalmente no que se refere ao valor.	Seguridade social <i>Previdência social</i>	Revisão da Política Previdenciária para agricultores e agricultoras: reconhecer que os trabalhos são executados em condições que podem ser consideradas de ‘insalubridade’; aumentar o valor da aposentadoria que atualmente é de um salário-mínimo.
Acesso a programas de assistência social, tais como o Bolsa-Família.	Seguridade social <i>Assistência social</i>	Garantir no cumprimento da Política Nacional de Assistência Social, que os municípios estejam garantindo o atendimento conforme a demanda local dos usuários, adaptando programas e projetos segundo a realidade dos mesmos, o que viabilizaria a atenção para o meio rural.

Quadro 02 – Necessidades, políticas e demandas apresentadas pelos entrevistados (*continuação*)

Fonte: Entrevistas realizadas pela pesquisadora, Concórdia (SC), 2008.

NECESSIDADE	POLÍTICA	DEMANDA
Falta mão-de-obra na propriedade familiar.	Trabalho - Geração de emprego e renda	Política de permanência no campo, voltada a todas e todos agricultores independente de idade ou sexo, mas dedicando olhar especial para os jovens filhos de famílias agricultoras. Prever: educação e capacitação voltada para o campo; implantação e/ou garantia de acesso a infraestrutura social nas sedes das localidades rurais (cultura, lazer, esportes); disponibilização de meios para subsidiar as famílias agricultoras para realização de serviços de infraestrutura internos em suas propriedades, tais como manutenção de estradas de roça; garantia de acesso a créditos de investimento (custeio de produção e infraestrutura) segundo especificidades sociais e econômicas dos demandatários, entre outros. Política de geração de emprego e renda no campo, com incentivo a formação de “cooperativas de prestação de serviços agrícolas”. Estas poderiam oferecer mão-de-obra qualificada às famílias que dela precisarem, segundo custo econômico e social justo para a realidade rural e, por outro lado, garantir forma de emprego para aqueles e aquelas agricultoras que necessitam gerar renda no âmbito externo da propriedade familiar, devido principalmente ao tamanho insuficiente para produção agrícola comercial.
Ter renda mínima garantida na agricultura. Diversificação das atividades na propriedade familiar.	Trabalho - Geração de emprego e renda	Política de Assistência Técnica Rural (ATER) voltada para o incentivo às famílias agricultoras para produção de subsistência familiar, diminuindo custo de vida no meio rural, como forma de gerar renda mínima (em espécie-produto) para as mesmas.

Quadro 02 – Necessidades, políticas e demandas apresentadas pelos entrevistados (*conclusão*)

Fonte: Entrevistas realizadas pela pesquisadora, Concórdia (SC), 2008.

Além das políticas descritas acima, outra ainda que merece grande atenção é a ‘Política de Terras’ no Brasil, compreendida aqui como processo de acesso, posse e permanência da propriedade da terra, cujos principais excluídos da efetivação deste direito, que é universal, são as mulheres e jovens. Logo, indica-se a necessidade de se pensar em formular uma espécie de ‘Estatuto da Pequena Propriedade’, que possibilite a trabalhadores

rurais e também urbanos o acesso à propriedade da terra, com condições de produção e com qualidade de vida que lhe possibilitem viver dignamente, participando com autonomia de todas as dimensões da vida em sociedade.

Com a apresentação desta tabela, pretende-se objetivar as formas verificadas para a atuação do Estado na direção da garantia das condições de permanência das famílias camponesas no meio rural.

Neste sentido, cabe salientar que, sendo o Serviço Social uma profissão, em cuja uma de suas competências principais é a formulação, implementação, execução e avaliação das políticas públicas, indica-se a premência de que as e os Assistentes Sociais passem a pressionar o Estado para que haja condições objetivas de efetivação de políticas para o campo.

Contemporaneamente, é imprescindível que a própria categoria volte seu olhar para o meio rural, um tanto quanto desprivilegiado de atenções visto que parece hegemônica a compreensão de que a questão social estaria instalada somente no meio urbano e que a mesma não teria nenhuma conexão com as condições de exploração do capital e pobreza vividas no campo.

Ora, a partir dos dados tabelados percebe-se a demanda por políticas ligadas diretamente à atuação do Serviço Social, sejam elas das áreas da previdência social, saúde, assistência social, habitação, trabalho e geração de emprego e renda, educação e capacitação técnica, cultura, esporte e lazer, bem como da área ambiental. Mas para que isto seja possível, é preciso que o próprio Serviço Social assuma seu papel de transformar necessidades em políticas públicas.

Afirma-se isto, por compreender que as necessidades problematizadas e transformadas em ‘questões explícitas’, ao serem reconhecidas, transformam-se em matéria-prima para a proposição de políticas públicas, que somente serão viabilizadas e efetivadas nos marcos do que Pereira (2004, p. 53) denomina de “relação entre *estrutura* e *sujeitos*, traduzida pelo confronto entre *necessidades* (engendradas pela contradição fundamental do capitalismo) e *atores sociais* (estrategicamente situados e com poder de pressão para desnudar e esconjurar publicamente as forças que os oprimem)”³². Tanto o reconhecimento das necessidades e demandas, quanto o acompanhamento da própria dinâmica da relação entre estrutura e sujeitos, são matérias básicas para o Serviço Social.

Portanto, reside aí a importância da atuação das e dos Assistentes Sociais neste campo: o reconhecimento das necessidades, associadas às perspectivas e sonhos das agricultoras e

³² Grifos no original.

agricultores familiares, não somente pelos agentes responsáveis por traduzi-las em políticas públicas, mas pelos próprios sujeitos em questão, os quais se configuram como protagonistas neste processo. “Foram essas necessidades que, uma vez problematizadas por atores conscientes de sua situação de exploração, e com poder de pressão, propiciaram a passagem do problema [...] em explosiva *questão social*” (PEREIRA, 2004, p.59. Grifos no original).³³ E sendo questão social, torna-se assunto imprescindível para o Serviço Social.

5 COLHENDO AS FLORES E OS ESPINHOS DESTA CAMINHADA

Depois de ter apresentado o cotidiano familiar dos avicultores entrevistadas, de ter resgatado seus traços culturais e suas raízes sócio-históricas, de ter explanado sobre algumas das múltiplas determinações do sistema de integração avícola, de ter delineado o modo de vida e organização familiar com base no reconhecimento da divisão sexual do trabalho e, por fim, de ter indicado Políticas Públicas e possíveis formas de atuação do Serviço Social no meio rural, cabe a tarefa de amarrar as reflexões já realizadas e apontar novas possibilidades de investigação neste campo temático, a tarefa agora identificada como ato de ‘colher as flores e os espinhos encontrados neste caminho’.

Tentar-se-á cumprir esta última tarefa de modo diferente do que foi feito até o momento. Deixar-se-á de lado as palavras dos autores dos livros e demais materiais onde foram encontrados os aportes teóricos, para traçar um percurso a ser construído somente com as palavras da pesquisadora. Então, como um último convite ao leitor, faz-se um chamamento para que acompanhe algumas ponderações que, para além da racionalidade científica, requerem um caráter subjetivo. Esta subjetividade ficará expressa de um lado através de ‘flores’ - fazendo referência aos pontos positivos, às possibilidades de atuação profissional, à emancipação de algumas mulheres e, sobretudo, às conquistas demonstradas nos depoimentos de alguns entrevistados - de outro lado, através de espinhos - referenciando a indignação, os desafios e entraves a serem superados neste contexto. Espera-se com isto não comprometer a cientificidade da pesquisa, visto que se compreende que ela própria só cumprirá seu papel científico e também social, se apresentar em tom crítico a leitura da realidade visitada.

Destarte, inicia-se este percurso final ressaltando que muitos dos traços culturais que conformaram a identidade dos camponeses na região de Concórdia desde o princípio de sua ocupação territorial ainda persistem na contemporaneidade, tornando sua história sempre muito atual. A preocupação com a família e com o futuro fez tanto dos camponeses imigrantes, como dos originais ‘bons trabalhadores’ rurais para o capital, os quais não medem esforço físico, nem tempo e, de certa forma, nem outros tipos de investimentos para ver na propriedade não só uma forma de sustento para a família, como também um meio para melhorar as condições de vida presentes e futuras.

A existência de famílias camponesas com tais características de vida foi um dos fatores que impulsionou o desenvolvimento da agroindústria, que desde o seu surgimento sempre contou com a mão-de-obra da população local, embora tenha empregado também

mão-de-obra especializada vinda de outros municípios, estados, regiões e, até mesmo, outros países. Esta mão-de-obra prestava tanto para os trabalhos no frigorífico (geralmente garantida pela população urbana), quanto para os trabalhos que envolviam a produção da matéria-prima básica, tal qual era a criação dos suínos e aves destinados para o abate.

Com o processo de reestruturação produtiva do capitalismo, tanto os procedimentos internos ao frigorífico modificaram-se, como aqueles ligados à engorda de animais, dentre os quais a criação de aves no ‘Sistema de Integração com a Agroindústria’. Assim, inicia-se um longo período, ainda não findado, de aparecimento de diversas exigências tais como a implantação de equipamentos tecnológicos nos aviários, as mudanças de manejo e as transformações no modo de trabalho e cuidados necessários para com os lotes de frangos, as quais têm decorrência direta na quantidade de horas trabalhadas na atividade.

Não é difícil, portanto, constatar a precarização do trabalho realizado na avicultura. Talvez esta precarização não seja entendida como tal por muitos indivíduos e por alguns dos próprios avicultores e avicultoras, uma vez que a grande arma ideológica de defesa da reestruturação produtiva é que a partir dela diminui a necessidade de emprego de força física tão intensa como acontecia antigamente, o que figura superficialmente como uma forma de ‘facilitação do processo de trabalho’.

No entanto, como efeito das inovações, aparecem novas exigências de trabalho, tais como aquela indicada pelos avicultores como “*tirar casca*”. Este trabalho, que continua a ser manual e exige o emprego de significativa força física, se intensifica ainda mais durante o período de inverno devido às condições climáticas de umidade. Além disto, outro dado laboral que indica a precarização das condições de trabalho refere-se ao gradual surgimento da exigência da “*atenção direta*”. Ora, anteriormente as famílias de agricultores já dispunham de jornadas de trabalho significativamente elevadas para realizar todas as atividades existentes na propriedade, desde os cuidados com o ambiente doméstico, com os filhos, quintal, pomar, horta e lavoura, até os cuidados com a criação de animais para obtenção de carne, leite e ovos. O dia iniciava bem ‘cedinho’, geralmente às cinco horas da manhã e terminava não antes das vinte horas, quando a família se retirava para a casa a fim de tomar banho, jantar e descansar para repor as forças despendidas durante o dia. Com o surgimento desta nova forma de trabalho, a “*atenção direta*”, as famílias não finalizam suas atividades ao entrarem em casa a noite para jantar e descansar, pois lhes é exigido continuar as atividades no período noturno, interrompendo geralmente três vezes seu sono para fazer a vistoria, a qual geralmente fica a cargo do homem, conforme indicado no quadro da ‘Divisão Sexual do Trabalho’, mas que também é desempenhado por algumas mulheres, tais como a avicultora da família 17.

Não obstante isto tudo, a reestruturação produtiva parece ter servido para aumentar os ganhos da agroindústria – do capital – em detrimento do rebaixamento do preço pago ao produtor – neste trabalho identificado como ‘trabalhador’. Isto é justificado através da alegação de descontos relativos às falhas no produto dos avicultores e da não adequação de muitos dos equipamentos tecnológicos indicados para instalação nos aviários. Assim, reconhece-se a perversidade do sistema capitalista que para garantir o aumento da mais-valia relativa para o capitalista chega a criar a tal “*celulite nos frangos*”, ou então a “*arranhadura velha*”, ou ainda o “*calo de pata*”, como se antes estas ocorrências não existissem. Ao descontar do produtor estas ‘falhas’ nas carcaças dos animais, atesta-se ser o avicultor responsável por terem surgido durante os cerca de 35 a 40 dias em que cuida do frango, como se ele tivesse utilizado um tipo de alimentação que não fosse aquela distribuída pela própria empresa, ou então tivesse propositalmente provocado *stress* nos animais a ponto de aparecerem as tais arranhaduras e calos antes ‘milagrosamente’ inexistentes.

Sobre a perversidade do capital (representado aqui pela agroindústria), pondera-se que a situação de vida e trabalho das famílias que desenvolvem atividades em sistema de integração avícola no município de Concórdia deve ser denunciada como uma afronta à dignidade do trabalhador. Ora, mulheres e homens trabalhadores que não dispõem de condições de vida com qualidade e conforto, são obrigados a garanti-los para os animais que criam para ‘o capital’, tal qual afirmou a avicultora da família 14: “*se for olhar tudo o que eles querem, os frangos têm uma vida melhor do que a da casa da gente!*”. Ou então como indica o avicultor da família 15 ao afirmar que “*o compromisso da gente é deixá o galpão arrumado e cuidá esses pintinho [...] é o bem estar animal, né, [...] não pode faltá água, nem passá calor e nem passá frio. Eles têm que tê o ambiente saudável pra sobrevivê.*”

Somadas os traços culturais e sócio-históricos que conformam o modo de vida das famílias camponesas no município de Concórdia, às condições dadas pela reestruturação produtiva que atingiu o campo, obtêm-se como resultado as condições necessárias para a produção e reprodução da divisão sexual do trabalho, que por sua vez aprofunda ainda mais as desigualdades de gênero vividas nas relações familiares e comunitárias no meio rural.

É claro que situações que demonstram significativos avanços para a equidade nas relações de gênero na família camponesa foram encontradas, as quais figuram nestas considerações finais como as flores encontradas pelo caminho, que servem para reforçar que novas formas de relações e de organização do trabalho com maior equidade de gênero são possíveis também no meio rural, tal qual acontece entre o casal da Família 03, cujo entrevistado afirma:

Nós sempre se preocupêmo em ensinar os filhos como é que se faz tudo na propriedade, tanto eu quanto ela. Seja na cozinha, na casa, na roupa, na roça, com os porco [...] eles têm que aprender e fazer tudo, assim como nós fazêmo [...], porque um dia eles podem crescer e casar e daí vão ter que saber como se faz todas as coisas. Então posso dizer que admiro minha esposa porque ela administra as coisas tudo fácil [...] é uma coisa que a gente agradece a Deus por ter colocado ela na vida da gente.

Igualmente configura-se como ‘as flores encontradas pelo caminho’, a situação de emancipação já vivida pela mulher da família 2, que teve como ponto impulsor a retomada dos estudos um ano após o falecimento do esposo e a responsabilidade assumida na administração da propriedade familiar ocorrida no mesmo período. Do mesmo modo ‘são flores’, a maneira pela qual a mulher da família 17 organiza e administra conjuntamente com suas filhas a propriedade familiar.

Entretanto, de forma geral, percebeu-se que diariamente homens e mulheres colaboram para que o desenho desigual das tarefas, papéis e responsabilidades entre os gêneros seja fixado no *habitus* dos agricultores e agricultoras como algo intrínseco a própria organização familiar e de trabalho, naturalizando tais atribuições como algo que prescinde a própria existência camponesa. Esta situação, ainda existente neste contexto, configura-se como os espinhos encontrados pelo caminho, os quais podem gradualmente perder a visibilidade até desaparecer – quem sabe? – conforme as próprias flores forem despontando no cenário.

Tal conformação desigual de gênero faz com que não seja possível visualizar ‘novas formas’ de relações sociais, de organização do trabalho e da vida cotidiana familiar e comunitária. Afirma-se isto, por ter constatado que mesmo diante de um quadro de desigualdade de gênero, o qual foi muitas vezes indicado como algo que desagradava tanto aos homens, mas principalmente às mulheres, a totalidade dos entrevistados afirmou estar satisfeita com a atual distribuição das tarefas e responsabilidades na família e propriedade. Ora, quando homens e mulheres dizem que estão satisfeitos assim, pois ‘não tem como ser diferente’, é porque em verdade suas respostas seriam: ‘Se tem como ser diferente, então não estamos satisfeitos assim e queremos mudar, mas como faremos?’

Ao se deparar com esta situação, verificou-se que talvez aqui resida uma das principais contribuições que os estudos e trabalhos como estes possam oferecer para os sujeitos envolvidos e para a sociedade em geral. Reconhecida a realidade, demonstrar-lhes que existe possibilidade das relações de gênero na família, no trabalho e na comunidade serem vividas de forma diferente do desenho atual. O exercício destas novas formas de relações, sob a

perspectiva da equidade de gênero, pode contribuir para proporcionar maior qualidade de vida e realização pessoal para mulheres e homens no campo

Aponta-se neste caso, o papel fundamental do Serviço Social, que atuando diretamente com homens e mulheres no seu cotidiano profissional pode interferir neste contexto através de ações pedagógicas de cunho emancipatório, voltadas para a desconstrução de estereótipos de gênero e da divisão sexual do trabalho perpetuada no campo. Mas para que isto possa acontecer, é necessário que o Serviço Social volte seu olhar e suas ações para este meio, ainda desprivilegiado da atenção e do atendimento profissional.

Enfim, a contextualização das condições de vida e trabalho das famílias agricultoras, a discussão de suas múltiplas determinações, o reconhecimento de suas demandas e a indicação de políticas públicas que possam respondê-las, demonstra que o objeto de intervenção do Serviço Social – as múltiplas faces da questão social – não se faz presente somente no meio urbano. Pelo contrário, reveste-se com diferentes roupagens também no meio rural, exigindo preparação acadêmico-profissional para que se possa atuar de forma comprometida e efetiva, de acordo com os valores éticos profissionais.

Neste caminho encontrar-se-ão tanto flores como espinhos. No entanto, com o tempo, quem sabe, muitas mais serão as flores a serem encontradas pelo caminho que os próprios espinhos, situação esta que dependerá inclusive das sementes lançadas através da atuação profissional.

REFERÊNCIAS

- BARROCO, Maria Lúcia Silva. **Ética e Serviço Social**. Fundamentos Ontológicos. 5 Ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- BONI, Valdete. **Produtivo ou Reprodutivo: O trabalho das mulheres nas agroindústrias familiares - um estudo na região oeste de Santa Catarina**. [Dissertação de mestrado. Centro de Filosofia e Ciências Humanas]. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Universidade Federal de Santa Catarina: 2005. [99 pp.]
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. In: **Revista Educação & Realidade**. V. 20, N. 2. Porto Alegre: Faculdade de Educação/UFRGS, jul/dez.1995. p.133-184.
- _____. **A dominação masculina**. Tradução de Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). **Pesquisa Participante**. [2 ed.]. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.
- CAIADO, Aurílio Sergio Costa; RIBEIRO, Thiago Figueiredo Fonseca; AMORIM, Ricardo Luis Chagas. Políticas neoliberais e reestruturação produtiva. In: POCHMANN, Márcio (Org.). **Reestruturação Produtiva: perspectiva de desenvolvimento local com inclusão social**. Petrópolis: Vozes, 2004. p.63-145.
- CASTEL, Robert. **A insegurança social**. O que é ser protegido? Tradução de Lúcia M. Endlich Orth. Petrópolis: Vozes, 2005.
- CASTRO, Mary Garcia. “Marxismo, feminismos e feminismo marxista – mais que um gênero em tempos neoliberais”. **Crítica Marxista**, n. 11, 2000. p.98-108. Dossiê Marxismo e feminismo. Disponível em: <http://www.unicamp.br/cemarx/criticamarxista/07mary.pdf>. Acesso em: 05/07/07.
- CORDEIRO, Rosineide. Empoderamento e mudança das relações de gênero: as lutas das trabalhadoras rurais no Sertão Central de Pernambuco. In: SCOTT, Parry e _____ (orgs). **Agricultura Familiar e Gênero: práticas, movimentos e políticas públicas**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2006, p.145-169.
- CORTEZ, Soraya M. Vargas. Técnicas de coleta e análise qualitativa de dados. In: **Cadernos de Sociologia**. V.9. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Sociologia / UFRGS, 1998, p 11-47.
- DEERE, Carmen Diana. LEÓN, Magdalena. **O empoderamento da mulher: direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina**. Trad. Leticia Vasconcellos Abreu, Paula Azambuja Rossato Antinolfi e Sônia Terezinha Gehering. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.
- ESPINDOLA, Carlos Jose. **As agroindústrias no Brasil: 'o caso Sadia'**. Chapecó: Grifos, 1999.

_____; MAMIGONIAN, Armen. *As agroindústrias de Oeste Catarinense: o caso Sadia*. São Paulo, 1996. 310f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de São Paulo, Departamento de Geografia.

FARIAS, Márcio de Almeida. **O modelo sindical brasileiro**. Disponível em: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=6665&p=1>. Acesso em: 04/05/2008.

FERREIRA, Helen Claudia. Sistema de integração de aves como modelo de produção para acesso de pequenos e médios produtores. In: **VII SEMINÁRIO DE AVES E SUÍNOS – AveSui Regiões/2007**. Belo Horizonte (MG), 10, 11 e 12 de abril de 2007. Disponível em: www.cnpsa.embrapa.br/down.php?tipo=publicacoes&cod_publicacao=964. Acesso em: 29/04/2008.

FONTANA, Atílio. **História de minha vida**. Petrópolis: Vozes, 1980.

FOUCAULT, Michel **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

GAMBA, Susana B. (coord). **Diccionario de estudios de género y feminismos**. 1. ed. Buenos Aires: Biblos, 2007.

GEHLEN, Ivaldo. Noções e ambigüidades sobre o trabalho dos agricultores familiares nos complexos agroindustriais. In: **XVII Encontro Nacional do PIPSA**. GT Agricultura Familiar. Campina Grande, 1996.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Editora Atlas, 2002.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Editora Atlas, 1999.

GOULARTI FILHO, Alcides. **Formação econômica de Santa Catarina**. 2. ed. rev. Florianópolis: Editora da UFSC, 2007.

GROSSI, Miriam e MIGUEL, Sonia. **A trajetória do conceito de gênero nos estudos sobre mulher no Brasil**. *Calhamaço*, nº 2, 1995.

IBGE. **Concórdia Santa Catarina – SC: histórico e formação administrativa**. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/santacatarina/concordia.pdf>. Acesso em: 17/04/2008.

_____. **Contagem da População 2007**. Rio de Janeiro: 2007. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem2007/contagem.pdf>. Acesso em: 18/05/2008.

LISBOA, Teresa Kleba. **Gênero, classe e etnia**. Trajetórias de vida de mulheres migrantes. Florianópolis: Editora da UFSC; Chapecó: Argos, 2003.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 1997.

- LUSA, Mailiz Garibotti. **Equidade de Gênero nas relações familiares no sistema integração avícola entre agricultores e agroindústria no município de Concórdia (SC)**. [Projeto de Pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso]. Florianópolis: UFSC / Departamento de Serviço Social, 2007.
- MARQUES, Humberto Luís; QUEVEDO, Andréa. Granjas automatizadas. **Avicultura Industrial**. N. 03. V.94. Ed.1110. Porto Feliz: Ediagro Editora, 2003. p.37-45.
- MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1996.
- NOGUEIRA, Cláudia Mazzei. **A feminização no mundo do trabalho: entre a emancipação e a precarização**. Campinas: Autores Associados, 2004.
- _____. **O trabalho duplicado: a divisão sexual no trabalho e na reprodução – Um estudo das trabalhadoras do telemarketing**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- PAULILO, Maria Ines. Movimento de Mulheres Agricultoras: terra e matrimônio. In: _____ e SCHMIDT. **Agricultura e espaço rural em Santa Catarina**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2003. pp.183-210.
- PEREIRA, Potyara A. P. **Necessidades Humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais**. São Paulo: Cortez, 2000.
- _____. Questão Social, Serviço Social e Direitos da Cidadania. In: **Temporalis**. 2 Ed. v.2. n.3 (jan/jul.2001). Brasília: ABEPSS, Gráfica Odisséia, 2004. p. 51-61.
- POLI, Odilon Luiz. Camponese no Oeste Catarinense. In: **CADERNOS DO CEOM**. [Ano 15, N.14, dez/2001]. Chapecó: Argos, 2001, p. 11-62.
- PRIBERAM, Informática. **Dicionário On-line da Língua Portuguesa**. Disponível em: http://www.priberam.pt/dlpo/definir_resultados.aspx. Acesso em: 01/05/2008.
- RENK, Arlene. **A luta da erva: um ofício étnico no Oeste Catarinense**. Chapecó: Grifos, 1997.
- _____. Mulheres Camponesas: experiência de geração. MORGA, Antônio Emílio (org.). **História das Mulheres de Santa Catarina**. Argos: Chapecó; Letras Contemporâneas: Florianópolis, 2001. p. 218-249.
- RIBEIRO, Jucélia Santos Bispo. Brincadeiras de meninas e de meninos: socialização, sexualidade e gênero entre crianças e a construção social das diferenças. In: **Cadernos Pagu**. Revista Semestral do Núcleo de Estudos de Gênero. V.26. Campinas: UNICAMP, jan/jun.2006. p.145-168.
- ROCHA-COUTINHO, Maria lúcia. **Tecendo por detrás dos panos: a mulher brasileira nas relações familiares**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. [Gênero Plural].

ROSA, Marcelo. As novas faces do sindicalismo rural brasileiro: a reforma agrária e as tradições sindicais na Zona da Mata de Pernambuco. In: **DADOS – Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: IUPERJ, Vol. 47, N. 3, 2004, pp. 473 a 503. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/dados/v47n3/a02v47n3.pdf>. Acesso em 24/04/2008.

SADIA. **Sadia 50 anos: construindo uma historia**. São Paulo: Premio, 1994.

SCHREINER, Marilei Teresinha. **Abuso sexual: o processo de responsabilização da menina**. [Projeto de Pesquisa de Dissertação / Qualificação]. Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, 2007.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: **Revista Educação & Realidade**. V. 20, N. 2. Porto Alegre: Faculdade de Educação/UFRGS, jul/dez.1995. p.71-99.

SILVA, Carmem e PORTELLA, Ana Paula. Divisão sexual do trabalho em áreas rurais no nordeste brasileiro. In: SCOTT, Parry & CORDEIRO, Rosineide (orgs). **Agricultura Familiar e Gênero: práticas, movimentos e políticas públicas**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2006. (pp.127-144).

SILVA, José Graziano. **Tecnologia & agricultura familiar**. 2.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

SORJ, Bernardo; POMPERMAYER, Malori J.; CORADINI, Odacir Luiz. **Camponeses e agroindústria: transformação social e representação política na avicultura brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1982.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. **A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

SPURK, Jan. A noção de trabalho em Karl Marx. In: MERCURE, Daniel e SPURK, Jan (Orgs.). **O trabalho na história do pensamento ocidental**. Tradução de Patrícia Chittoni Ramos Reuillard, Sônia Guimarães Taborda. Petrópolis: Vozes, 2005.

TEIXEIRA Júnior, Welson. **Comunicado ao mercado - Almoço com imprensa**. São Paulo: 12 dez./2007. Disponível em: <http://ri.sadia.com.br/ptb/860/Comunicado%20ao%20mercado%20121207%20-%20port.pdf>. Acesso: 22/04/2008.

APPENDICES

Apêndice A

**QUESTIONÁRIO PARA ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA
AGRICULTORES FAMILIARES - MULHER**

- Pesquisa do tipo exploratório com abordagem qualitativa -

Sobre a família:

Dos componentes familiares:			
Nome	Idade	Escolaridade	Vínculo de parentesco
			<i>(casal)</i>
			<i>(filhos)</i>
			<i>(outros)</i>
Há quanto tempo são casados? Em caso de viuvez: há quanto tempo?			
Sua família é de que descendência?			
Componentes que trabalham na propriedade familiar			
Componentes que trabalham fora da propriedade (constar o que fazem e se são remunerados)			

Sobre o trabalho desenvolvido na propriedade familiar

→ De forma geral: quais são as atividades desenvolvidos na propriedade?

Tipo de trabalho	Quem faz

→ Em relação ao sistema de integração:

Tipo parceria:	
Como você define o sistema de integração?	
Há quantos anos trabalham neste sistema?	
Houveram modificações no período?	
Quem trabalha?	
Quantas horas?	

Sobre as relações de trabalho e familiares

	Perguntas	Observações	Obj. específico
01	Descreva o que você faz durante o dia (de trabalho): <ul style="list-style-type: none"> • Em um dia da semana • No sábado 		03
02	O que o companheiro faz durante o dia: <ul style="list-style-type: none"> • Em um dia da semana • No sábado 		03
03	Das responsabilidades gerais na propriedade: <ul style="list-style-type: none"> • Quais são assumidas pelo homem? • Quais são assumidas pela mulher? • Você está contente com esta divisão de responsabilidades? 		03
04	Das responsabilidades familiares: <ul style="list-style-type: none"> • Quais a mãe assume? • Quais o pai assume? 	EXEMPLOS: - Alimentação; - Vestuário; - Educação; - Saúde; - Bebês (mamadeiras, fraldas, banho, etc)	03
05	O que os filhos fazem: (estudam? brincam? trabalham?) <ul style="list-style-type: none"> • Menino(s); • Menina(s). 		03
06	De onde provêm os recursos financeiros da família?		03
07	Quanto entra em média por mês? (se possível fracioná-la conforme a proveniência: masculino, feminino, trabalho conjunto)		03
08	Quanto a família gasta? (se possível: em quê?)		03
09	O que é colocado em comum? (valores disponíveis tanto para o homem quanto para a mulher)		03
10	Se eu tivesse uma varinha mágica aqui: o que a senhora gostaria de mudar em sua vida? A senhora acha que isto traria maior igualdade em relação a seu esposo?		04
11	Já que não tenho a varinha mágica, o que você indica fazer para que os desejos que você descreveu se realizem?		04
12	Você participa de algum grupo na comunidade (ou município)? E seu marido?		04
13	Você sente que alguma coisa mudou em relação ao tempo quando ainda não participava?		04
14	Como você considera as atividades desempenhadas por seu esposo?		03
15	Que tipos de problemas a família vive?		05
16	Quais as necessidades você sente na propriedade?		05
17	Caso você fosse a prefeita do município, que tipo de melhorias você faria?		05

Sobre a entrevista

Nome do Entrevistado (constar vínculo de parentesco)	
Localidade e data:	

Apêndice B

**QUESTIONÁRIO PARA ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA
AGRICULTORES FAMILIARES - HOMEM**

- Pesquisa do tipo exploratório com abordagem qualitativa -

Sobre a família:

Dos componentes familiares:			
Nome	Idade	Escolaridade	Vínculo de parentesco
			(casal)
			(filhos)
			(outros)
Há quanto tempo são casados? Em caso de viuvez: há quanto tempo?			
Sua família é de que descendência?			
Componentes que trabalham na propriedade familiar			
Componentes que trabalham fora da propriedade (constar o que fazem e se são remunerados)			

Sobre o trabalho desenvolvido na propriedade familiar

→ De forma geral: quais são as atividades desenvolvidas na propriedade?

Tipo de trabalho	Quem faz

→ Em relação ao sistema de integração:

Tipo parceria:	
Como você define o sistema de integração?	
Há quantos anos trabalham neste sistema?	
Houveram modificações no período?	
Quem trabalha?	
Quantas horas?	

Sobre as relações de trabalho e familiares

	Perguntas	Observações	Obj. específico
01	Descreva o que você faz durante o dia (de trabalho): <ul style="list-style-type: none"> • Em um dia da semana • No sábado 		03
02	O que a companheira faz durante o dia: <ul style="list-style-type: none"> • Em um dia da semana • No sábado 		03
03	Das responsabilidades gerais na propriedade: <ul style="list-style-type: none"> • Quais são assumidas pelo homem? • Quais são assumidas pela mulher? • Você está contente com esta divisão de responsabilidades? 		03
04	Das responsabilidades familiares: <ul style="list-style-type: none"> • Quais a mãe assume? • Quais o pai assume? 	EXEMPLOS: - Alimentação; - Vestuário; - Educação; - Saúde; - Bebês (mamadeiras, fraldas, banho, etc)	03
05	O que os filhos fazem: (estudam? brincam? trabalham?) <ul style="list-style-type: none"> • Menino(s); • Menina(s). 		03
06	De onde provêm os recursos financeiros da família?		03
07	Quanto entra em média por mês? (se possível fracioná-la conforme a proveniência: masculino, feminino, trabalho conjunto)		03
08	Quanto a família gasta? (se possível: em quê?)		03
09	O que é colocado em comum? (valores disponíveis tanto para o homem quanto para a mulher)		03
10	Se eu tivesse uma varinha mágica aqui: o que o senhor gostaria de mudar em sua vida?		04
11	Já que não tenho a varinha mágica, o que você indica fazer para que os desejos que você descreveu se realizem?		04
12	Você participa de algum grupo na comunidade?		04
13	Sua esposa participa de algum grupo na comunidade? Há quanto tempo? Você observou mudanças em relação ao tempo em que ela não participava?		04
14	Como você considera as atividades desempenhadas por sua esposa?		03
15	Que tipos de problemas a família vive?		05
16	Quais as necessidades você sente na propriedade?		05
17	Caso você fosse o prefeito do município, que tipo de melhorias você faria?		05

Sobre a entrevista

Nome do Entrevistado (constar vínculo de parentesco)	
Localidade e data:	

Apêndice C

QUESTIONÁRIO PARA ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA – INSTITUIÇÕES

- Pesquisa do tipo exploratório com abordagem qualitativa -

Sobre a SADIA

	Perguntas	Observações
01	Quando a Sadia foi fundada?	
02	Que tipo de produtos produzia?	
03	Como era o sistema de produção dos animais para o abate?	
04	Existia algum sistema de parceria com o agricultor?	
05	Quando iniciou o sistema de integração de avicultura? Já iniciou com suínos e aves?	
06	Como surgiu a idéia de um sistema de integração entre agroindústria e agricultores?	
07	O que cabia a ambas as partes em relação à avicultura?	
08	Atualmente, como é o sistema de parceria / integração com o agricultor em relação à avicultura?	
09	Na sua opinião, houve modificações em relação a estes distintos períodos?	
10	Atualmente, o que cabe a ambas as partes em relação à avicultura?	
11	Existe algum parâmetro que determine a permanência ou saída do avicultor do 'sistema de integração'?	
12	Existe alguma mulher registrada como proprietária – titular de uma propriedade e/ou sistema de integração de aves e/ou suínos? Quantas e quem?	
13	Quantas parcerias estão registradas em nome da família (geral)? Em nome do homem? E em nome da mulher? Quantos e quem?	

Sobre a relação do agricultor com a SADIA (aplicar nas entrevistas com Sindicatos)

01	Quando este sindicato foi fundado?	
02	Caso o sindicato já tivesse sido criado na época da fundação da SADIA, existia alguma vinculação do mesmo com a referida empresa? Como era?	
03	Seria possível descrever como acontecia a parceria entre a SADIA e o agricultor nos primeiros anos?	
04	Como você descreve atualmente a parceria entre a SADIA e o agricultor?	
05	Houveram mudanças nesta relação (SADIA / Agricultor)? Quais	
06	O que este sindicato oferece ao agricultor integrado à SADIA com fomento de avicultura?	
07	Quais os principais problemas e/ou demandas que os avicultores apresentam para sindicato?	
08	Quais são os direitos dos avicultores na relação de integração com a SADIA?	
09	Existe violação destes direitos? Quais?	
10	Você considera que existem aspectos que poderiam ser considerados como embate entre este sindicato e a SADIA? Quais? Como o sindicato procura resolvê-los?	

Sobre a entrevista

Nome da instituição, local e data	
Nome do entrevistado (constar vínculo com a instituição)	

ANEXO

Anexo A

A divisão do trabalho entre os sexos

Fonte: P. Bourdieu

Le sens pratique, op.cit. p.358

Trabalhos masculinos	Trabalhos femininos
<p>alimentar os animais à noite</p> <p>(tabu da vassoura)</p>	<p>DENTRO</p> <p>guardar as provisões, a água</p> <p>vigiar as provisões</p> <p>amarrar os animais na volta do trabalho no campo</p> <p>cozinhar (cozinha, fogo, caldeirão, couscous, alimentar as crianças, os animais (vacas, Galinhas)</p> <p>cuidar das crianças</p> <p>varrer (manter limpo)</p> <p>tecer (e fiar lã)</p> <p>moer</p> <p>amassar a terra (cerâmica e rebocar as paredes)</p> <p>ordenhar a vaca (bater a nata do leite)</p>
<p>levar o rebanho ao pasto</p> <p>ir ao mercado</p> <p>cultivar os campos (longe, aberto, amarelo, cereais)</p> <p>arar (relha, sapatos)</p> <p>semear</p> <p>colher (foice, avental)</p> <p>debulhar</p> <p>peneirar os grãos</p> <p>transportar e erguer as vigas ("corvéia dos homens") e construir o telhado</p> <p>transportar o adubo aos campos no lombo dos animais</p> <p>derrubar (subir nas árvores e varejar as azeitonas, abater as árvores — para a casa)</p> <p>cortar a lenha, o "diss" (fabricar os utensílios de cozinha em madeira com o machado ou com a faca)</p> <p>abater o gado</p>	<p>FORA</p> <p>cuidar do jardim (próximo, fechado, verde, legumes)</p> <p>(tabu da área de debulha)</p> <p>transportar as sementes, o adubo (nas costas), a água, a lenha, a pedra e a água ("corvéia das mulheres para a construção da casa)</p> <p>recolher as azeitonas (proibida de varejar), os figos, as glandes, a lenha e amarrar (os feixes de lenha)</p> <p>respigar</p> <p>capinar (descalça, vestido amarrado atrás)</p> <p>esmagar as azeitonas com os pés (amassar) (proibida de abater o gado)</p> <p>amasar o barro (para a casa e para a área da debulha — com excremento de gado) à mão (depois de tê-lo extraído)</p>